

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
FACULDADE DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

MILLANE CHAVES DA SILVA

**ANÁLISE DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL: ESTUDO
COMPARATIVO ENTRE DEZ MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO – 2011.**

Cuiabá, MT
2015

MILLANE CHAVES DA SILVA

**ANÁLISE DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL: ESTUDO
COMPARATIVO ENTRE DEZ MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO – 2011.**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Economia, Programa de Pós-Graduação em Agronegócios e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal de Mato Grosso.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ivana Aparecida Ferrer Silva.

Cuiabá, MT
2015

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)

Silva, Millane Chaves da

Análise do processo de desenvolvimento municipal: estudo comparativo entre dez municípios do Estado de Mato Grosso- 2011/ Millane Chaves da Silva; orientadora Ivana Aparecida Ferrer Silva. – 2015.

162 f.: il.; 29 cm

Inclui Bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Programa de Pós-graduação em Agronegócios e Desenvolvimento Regional, Cuiabá, 2015.

1. Desenvolvimento. 2. Indicadores municipais. 3. Economia Institucional. 4. Mato Grosso. I. Silva, Ivana Aparecida Ferrer, orientadora. II. Título.

CDD. 338.098171

MILLANE CHAVES DA SILVA

**ANÁLISE DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL: ESTUDO
COMPARATIVO ENTRE DEZ MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO - 2011.**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Economia, Programa de Pós-Graduação em Agronegócios e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal de Mato Grosso.

Aprovado em: 30/10/2015.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Ivana Aparecida Ferrer Silva
Orientadora- UFMT

Prof. Dr. Alexandro Rodrigues Ribeiro
Examinador interno - UFMT

Prof. Dr. Francisco de Sousa Ramos
Examinador externo - UFPE

Resultado: Aprovada



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Avenida Fernando Corrêa da Costa, 2367 - Boa Esperança - Cep: 78060900 - CUIABÁ/MT
Tel : 3615 - 8521 - Email : secmestrado@ufmt.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO : "ANÁLISE DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE DEZ MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO - 2011"

AUTORA: Mestranda Millane Chaves da Silva

Dissertação defendida e aprovada em 30/10/2015.

Composição da Banca Examinadora:

Presidente Banca / Instituição	Doutora UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	Ivana Aparecida Ferrer Silva
-----------------------------------	--	------------------------------

Examinador Interno Instituição	Doutor UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	Alexandro Rodrigues Ribeiro
-----------------------------------	---	-----------------------------

Examinador Externo Instituição	Doutor UFPE	Francisco de Sousa Ramos
-----------------------------------	----------------	--------------------------

CUIABÁ, 30/10/2015.

Dedico este estudo aos que desejam o desenvolvimento com mais oportunidades e liberdades de escolha.

A minha filha Letícia, que conseguiu com carinho e paciência, suportar a minha ausência, o cansaço e a falta de tempo durante esses dois longos anos.

AGRADECIMENTOS

A Deus! pela saúde, proteção, força e sabedoria e a possibilidade de cursar um programa de mestrado.

A minha família pelo apoio e compreensão, visto que o tempo de lazer foi sacrificado nestes anos. Foram vários finais de semanas, feriados prolongados de dedicação onde não pude dar a atenção e a presença necessárias.

A Prof^a Dr^a Ivana Aparecida Silva Ferrer, por ter aceitado o papel de Orientadora e ter acreditado no projeto, que com calma e sabedoria me tranquilizou nos momentos mais críticos.

Ao Prof^oDr^o Alexandro Rodrigues Ribeiro, que fortaleceu mais o meu interesse pelo tema desenvolvimento, suas aulas na disciplina de desenvolvimento econômico, suas orientações, os textos enviados ao longo da elaboração deste trabalho foram fundamentais para este trabalho.

Ao Prof^o Dr^o Dirceu Grasel, pelo despertar ao campo da Nova Economia Institucional, e por suas importantes contribuições no exame de qualificação.

Ao Prof^oDr^o Adriano Figueiredo pelo envio de materiais valiosos e pela sua sempre presteza no auxílio quando solicitado.

Ao Prof^o Dr^o Benedito Dias Pereira pelo apoio de sempre, pela bibliografia indicada, pela paciência, pela convivência, e por compartilhar conosco seu grande conhecimento.

Ao colega de mestrado Daniel Maciel, minha grande gratidão pelo auxílio e acompanhamento nas análises estatísticas, que foram de fundamental importância para este trabalho.

Aos meus colegas do IBGE, pelo apoio, pela paciência e compreensão, em especial os amigos, Márcio Henrique Cavichioli, Renata Bortoletto e Pedro Nessi. Aos colegas William Foschiera e Silvio Pimentel pelo auxílio na confecção dos mapas.

Aos Coordenadores, Professores e servidores do Programa de Mestrado em Agronegócios e Desenvolvimento Regional.

Aos colegas de curso pela harmoniosa e feliz convivência.

A todos que de alguma forma contribuíram para a construção dessa Dissertação, a minha gratidão!

Nada choca tanto o observador da economia brasileira como a contradição entre o formidável potencial de recursos do país e o baixo nível de desenvolvimento alcançado por este até o presente.

(Celso Furtado, 2002)

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo principal a identificação dos fatores que influenciaram positivamente no processo de desenvolvimento dos municípios e regiões do Estado de Mato Grosso no ano de 2011. A importância em descortinar elementos oriundos da trajetória político-institucional, socioeconômica e ambiental, se dá em função da necessidade de conhecer e compreender os motivos que definiram os diferentes processos de desenvolvimento municipal existentes no Estado. Para tanto foi construído o Índice de Desenvolvimento Multidimensional Municipal (IDMM) que buscou avaliar o desenvolvimento nas dimensões socioeconômica, político-institucional e ambiental, tomando como base o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM). A pesquisa foi operacionalizada por meio do levantamento, tratamento e análise dos dados, índices e indicadores nas referidas dimensões. A pesquisa bibliográfica procurou levantar a importância das instituições e do contexto histórico, e o poder *path dependence*, como fatores explicativos na trajetória do desenvolvimento dos municípios de Mato Grosso. Nesse sentido, à luz da teoria institucional, e com o apoio dos indicadores, este estudo confirma a hipótese de que a existência de um ambiente institucional favorável, apresenta-se como fator explicativo para o desenvolvimento municipal, e ainda que, a existência de instituições fortes podem criar condições favoráveis em prol do desenvolvimento. Identificou-se ainda a importância do planejamento público nos processos iniciais da colonização no Estado, seja no âmbito público ou privado, na promoção do desenvolvimento, porém, tendo como aliado e como base o capital social existente na sociedade, e o papel fundamental da cooperação, confiança e capacidade de associativismo. Foram avaliados dez municípios com a metodologia do IDMM, e os resultados nas três dimensões demonstram que é necessário se buscar o equilíbrio entre as dimensões do desenvolvimento, e buscar a incorporação do desenvolvimento local ou endógeno como alternativa viável para mitigação dos enclaves e diminuição das desigualdades econômicas, sociais, ambientais e institucionais nos municípios do Estado de Mato Grosso.

Palavras-Chave: Desenvolvimento. Indicadores municipais. Economia Institucional. Mato Grosso.

ABSTRACT

The following dissertation has as its main goal identify the factors that positively contributed on the development process of Mato Grosso state's municipalities and regions in the year of 2011.

The importance in unveil elements that come from political-institutional, socioeconomic and environmental trajectories is given due the need to know and understand the reasons that defined the different municipal development processes that happened in the state. With that in mind, it was built the Multidimensional Municipal Development Index (IDMM) that sought to evaluate the development on the socioeconomic, political-institutional and environmental dimensions, having as basis the Human Development Index (IDHM). The research was conducted through raising, treatment and analysis of data, indexes and indicators concerning those dimensions. The bibliographic research aimed to identify the importance of the institutions and the historical context, and the path dependence power, as factors that explain the trajectory of Mato Grosso's municipalities development. In that sense, in the light of the institutional theory, and with the support of indexes, this dissertation confirms the hypothesis that the existence of a favorable institutional environment presents itself as a factor that explains municipal development, and that the existence of strong institutions can create favorable conditions for development. It was also identified the importance of public planning on the state early colonization processes, whether it was on public or private scope, on promoting development, having, however, as an ally and basis the social capital that exists on society, and the cooperation, trust and capacity in associations. Ten municipalities were evaluated through the IDMM methodology, and the results on the three dimensions show that it is necessary to search for balance among the development dimensions, and to seek incorporating the local or endogenous development as an viable alternative for mitigating the enclaves and reducing the economic, social, environmental and institutional inequalities on Mato Grosso state's municipalities.

Keywords: Development. Municipal Indexes. Institutional Economy. Mato Grosso.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 -	Divisão territorial do Brasil em 1940.....	25
Mapa 2-	Divisão territorial de Mato Grosso nas décadas de 70 e 80 e malhas municipais nas décadas de 70, 80 e 2010.....	26
Mapa 3-	Mapa político do Estado de Mato Grosso em 2010.....	28
Mapa 4 -	Localização territorial dos Projetos de Colonização em Mato Grosso.....	31
Mapa 5 -	Localização dos cinco melhores e cinco piores municípios segundo o IDMM.....	87
Gráfico 1 -	Os cinco melhores municípios do IDMM por dimensão	146
Gráfico 2 -	Os cinco piores municípios do IDMM por dimensão.....	147

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-	Composição do Índice de Desenvolvimento Multidimensional Municipal IDMM.....	74
Figura 2-	Biograma dos cinco melhores municípios classificados para o IDMM....	93
Figura 3-	Biograma dos cinco piores municípios classificados para o IDMM.....	94
Figura 4-	Biograma das três dimensões do IDMM do município de Nova Canaã Norte - 2011.....	95
Figura 5-	Biograma das três dimensões do IDMM do município de Sorriso.....	98
Figura 6-	Biograma das três dimensões do IDMM do município de Canarana.....	101
Figura 7-	Biograma das três dimensões do IDMM do município de Conquista D'Oeste.....	105
Figura 8-	Biograma das três dimensões do IDMM do município de Lucas do Rio Verde.....	107
Figura 9-	Biograma das três dimensões do IDMM do município de São Pedro da Cipa.....	111
Figura 10-	Biograma das três dimensões do IDMM do município de Denise.....	113
Figura 11-	Biograma das três dimensões do IDMM do município de Poconé.....	116
Figura 12-	Biograma das três dimensões do IDMM do município de Porto Estrela.	119
Figura 13-	Biograma das três dimensões do IDMM do município de Chapada dos Guimarães.....	121

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Evolução da Balança Comercial Brasil e Mato Grosso – 2000 a 2013.....	38
Quadro 2-	Principais produtos Exportados MT – Jan. – Março 2015.....	39
Quadro 3 -	Existência de Conselhos Municipais paritários e deliberativos.....	71
Quadro 4-	Subdimensões Ambientais do ISMA.....	72
Quadro 5 -	Quadro resumo dos indicadores e variáveis componentes do IDMM.....	75
Quadro 6 -	Cinco melhores para o IDHM.....	89
Quadro 7 -	Cinco melhores para o IDMM.....	89
Quadro 8 -	Cinco piores para o IDHM.....	90
Quadro 9 -	Cinco piores para o IDMM.....	90

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADEJ	Agência de Desenvolvimento de Jundiaí e Região
BASA	Banco da Amazônia
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEDEPLAR	Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CIP	Contribuição de Iluminação Pública
DA	Dimensão Ambiental
DATASUS	Banco de Dados do Sistema Único de Saúde
DSEI	Distrito Sanitário Especial Indígena
FJP	Fundação João Pinheiro
FOB	<i>Free on board</i>
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDA	Indicador da Dimensão Ambiental
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDMM	Índice de Desenvolvimento Multidimensional Municipal
IDS	Índice de Desenvolvimento Sustentável
IGFM-MT/TCE	Indicador de Gestão Fiscal Municipal do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INDEA	Instituto de Defesa Agropecuária
INPE/PRODES	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais/ Programa Desflorestamento
IPPA	Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI-MT	Índice de Produção Industrial de Mato Grosso
ISMA	Índice de Sustentabilidade Ambiental da Amazônia
LSPA	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MUNIC	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
NEI	Nova Economia Institucional
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Projeto de Assentamento Canaã
PIA	Pesquisa Industrial Anual
PIB	Produto Interno Bruto
PIM-PF	Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC	Paridade do Poder de Compra
PPM	Pesquisa Pecuária Municipal
QPI	Quociente Político Institucional
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RPPS	Regime Próprio de Previdência
SEDRAF	Secretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar
SEPLAN-MT	Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso
STN/FINBRA	Secretaria do Tesouro Nacional/Finanças Municipais do Brasil
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste
TCE-MT	Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso
UDH	Unidade de Desenvolvimento Humano
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
VAB	Valor Adicionado Bruto
VEI	Velha Economia Institucional
VTI	Valor da Transformação Industrial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	ASPECTOS DA FORMAÇÃO DO AMBIENTE POLÍTICO INSTITUCIONAL DO ESTADO DE MATO GROSSO	23
3	PRINCIPAIS TEORIAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO	41
3.1	Teorias Clássicas do Crescimento (mainstream)	42
3.1.1	Os modelos de Harrod & Domar e Solow.....	43
3.1.2	Teoria da modernização de Rostow.....	45
3.1.3	Teoria dos pólos de crescimento de Perroux.....	46
3.2	O Pensamento de Celso Furtado	50
3.3	Teorias institucionalistas	53
3.3.1	A economia institucional de Douglas North.....	55
3.3.2	Propostas de Desenvolvimento: Endógeno, Sustentável e como Liberdade	62
3.4	Desenvolvimento Endógeno	63
3.5	Desenvolvimento Sustentável	64
3.6	Desenvolvimento como liberdade	65
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	68
4.1	O Cálculo do Índice	69
4.1.1	Indicador da Dimensão Político-Institucional – IDPI.....	70
4.1.2	Indicador da Dimensão Ambiental – IDA.....	72
4.1.3	Indicador da Dimensão Socioeconômica.....	73
4.2	Apresentação e Definição das Dimensões e Subdimensões do IDMM ..	73
4.2.1	Dimensão Socioeconômica.....	77
4.2.2	Dimensão Ambiental.....	82
4.2.3	Dimensão Político-Institucional.....	83
5	ANÁLISE DOS RESULTADOS	87
5.1	Análise dos cinco melhores e cinco piores do IDMM	92
5.1.1	Nova Canãa do Norte.....	94
5.1.2	Sorriso.....	97
5.1.3	Canarana.....	100
5.1.4	Conquista D’Oeste.....	104
5.1.5	Lucas do Rio Verde.....	107
5.1.6	São Pedro da Cipa.....	111
5.1.7	Denise.....	113
5.1.8	Poconé.....	116
5.1.9	Porto Estrela.....	118
5.1.10	Chapada dos Guimarães.....	121
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
	REFERÊNCIAS	127
	ANEXOS	133

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento não ocorre de forma homogênea e equilibrada em toda a parte, consiste em um processo desigual e irregular e que uma vez iniciado, possui a característica de fortalecer áreas, regiões ou municípios que apresentam maior potencial de crescimento. Identificar os fatores determinantes do processo de desenvolvimento municipal no Estado de Mato Grosso, constituiu-se no objetivo deste estudo, na medida em que, a explicação das desigualdades torna-se objeto bastante complexo, dadas as inter-relações entre múltiplas dimensões explicativas do processo desenvolvimentista.

Desenvolvimento requer um entendimento dentro de uma visão multidimensional¹, que contemple as dimensões socioeconômicas, ambientais, culturais, político-institucionais e aponte para possibilidade da ampliação dos direitos e liberdades democráticas para o seu alcance. Desta forma, prescinde da compreensão reducionista do aumento do rendimento nacional ou simplesmente, do crescimento econômico. Sen (2000), destaca que o principal propósito do desenvolvimento é reduzir as privações, ou ampliar as escolhas decorrente de um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam, sendo a liberdade o fim, o objetivo e o meio para se alcançar o desenvolvimento.

A concepção de desenvolvimento tradicional², apresenta dimensões possíveis de captação por meio de variáveis com certa simplicidade e facilidade de obtenção e mensuração. Variáveis tais como: renda *per capita*, acesso a educação, taxa de alfabetização, expectativa de vida ao nascer, acesso a saúde, acesso a habitação etc, encontram-se disponíveis com certa regularidade por meio dos institutos oficiais de estatísticas na maioria dos países. Entretanto, medidas que captem as transformações de ordem institucional, cultural e mental em uma população capazes de possibilitar o aumento cumulativo e duradouro do produto real ainda são raras e de difícil mensuração.

O processo de desenvolvimento considerado no âmbito socioeconômico, político-institucional, ambiental e cultural concebe como “efeito”, melhoria na vida das pessoas

¹ O IDHM, é um índice composto que mede o progresso em três dimensões básicas: saúde, educação e renda, sendo utilizado para medir desenvolvimento nos municípios com metodologia do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Brasil (PNUD). Para este trabalho pretende-se abordar além das previstas no IDHM, as dimensões político-institucional e ambiental que serão mensuradas pelo indicador IDMM, construído para este trabalho.

² Para este estudo, desenvolvimento tradicional é aquele que contempla as três dimensões básicas: saúde, educação e renda, não insere as dimensões político-institucional e ambiental.

(dimensão do desenvolvimento humano); de todas as pessoas (dimensão social); das que estão vivas hoje e das que estarão vivas amanhã (dimensão sustentável), devendo ser permeado pelo contexto histórico-cultural, na medida em que este, é capaz de exercer um poder *path dependence*³. O papel das instituições é fundamental neste sentido, alterando estruturas nacionais e taxas de crescimento, o que repercute inclusive no desenvolvimento cultural (PERROUX, 1967).

Desta forma, uma explicação que não contemple, o processo de desenvolvimento em suas várias dimensões, poderia apresentar lacunas e limitações, sob pena de se apresentar generalista. Furtado (1959), já manifestava preocupação com a perspectiva limitada de uma teoria de desenvolvimento,

A teoria do desenvolvimento, na forma como é concebida nos grandes centros universitários do mundo ocidental, tem o propósito limitado de “mostrar a natureza das variáveis não econômicas que determinam, em última instância, a taxa de produção da economia. (FURTADO 1959, p. 147).

Ainda de acordo com o autor (1961), dada a taxa de crescimento de uma economia, e sua estrutura, o exercício seria reconstituir os seus processos fundamentais, identificando aquelas variáveis exógenas que responderiam pelas variações no ritmo do crescimento e pela sua intensidade. Contudo, tais pontos de vista apresentam a falha fundamental de ignorar que o desenvolvimento econômico possui uma nítida dimensão histórica.

Retratar o desenvolvimento em suas múltiplas dimensões, provavelmente configura-se no maior desafio das economias contemporâneas. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), apresenta como propostas para medir o desenvolvimento, o uso das dimensões do capital humano e social. Com a publicação do Relatório do Desenvolvimento Humano partir da década de 90, iniciou-se a apresentação das estimativas atualizadas do Índice de Desenvolvimento Humano, divulgados para mais de 170 países, que leva em consideração as dimensões em um contexto humano, por conseguinte, a perspectiva reducionista de atrelar desenvolvimento meramente com crescimento econômico, evoluiu para a construção de um indicador quantitativo de nível de vida.

Neste contexto, os indicadores podem enfrentar dificuldades na mensuração de dimensões mais complexas e subjetivas, que vão desde a sua concepção, que significa “ajustar” o conceito

³Nort e Putnam trabalham o conceito de *path dependence*, ou trajetória dependente

ao indicador⁴construído, até o planejamento da coleta e custo da obtenção destas variáveis em escala nacional, bem como definição de metodologia harmônica e compatível que possibilite comparações inter-regionais. Observa-se, inclusive, a ausência de variáveis adequadas e indicadores possíveis, capazes de captar fenômenos e observações de natureza subjetivas. A operacionalização e aderência ao conceito, bem como a interpretação dos resultados, de indicadores de percepção ou de avaliação subjetiva, não é trivial, visto que, indicadores subjetivos, enfatizam percepções individuais e avaliação das condições sociais, político-institucional, ambiental etc. (JANUZZI, 2012).

A melhoria nas condições de vida das pessoas requer modificações estruturais na economia capazes de assegurar esta situação ao longo do tempo, assim sendo, para mensuração do grau de melhoria cada vez mais se faz necessária, a investigação de variáveis subjetivas, suficientes para captar determinadas sutilezas do processo, tais como, nível de satisfação com a vida e o trabalho, qualidade da educação recebida, percepções de justiça distributiva, igualdade de gênero, aspirações quanto ao futuro, nível de acesso das pessoas às oportunidades decorrentes do processo de crescimento econômico quando existente.

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano 2014 publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, (PNUD, 2014) o Brasil figura na 79ª posição, com um IDH de 0,744 (IDH 2013), sendo classificado, como um país pertencente ao grupo de desenvolvimento humano elevado, com valores próximos aos do Peru, para uma comparação com um país mais próximo, e a Sérvia citando um país mais longínquo.

Observa-se que o Estado de Mato Grosso alcançou em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano de 0,725, classificado também como alto (0,700 a 0,799), ocupando o 11º lugar no ranking nacional. (PNUD; BRASIL, 2013).⁵O Estado vem se destacando no cenário nacional na medida em que alcançou na última década taxas de crescimento⁶superiores à média do país, exceção somente para os anos de 2006 e 2010. No período de 2002 a 2009, Mato Grosso figura

⁴ Para Januzzi (2012), um aspecto importante na seleção e ou na elaboração de um indicador é que o mesmo garanta em tese, fundamentalmente uma relação recíproca entre o conceito e o indicador proposto, indicador apenas indica, não substitui o conceito que o originou.

⁵ A adaptação do IDH para níveis subnacionais tem sido praticada em diversos países, com vistas a adaptar a metodologia do IDH Global ao contexto nacional. No Brasil, essa adaptação é feita desde 1998. Em 2103, o PNUD Brasil, IPEA e Fundação João Pinheiro, adaptaram a metodologia do IDH Global para calcular o IDH Municipal IDHM para os 5.565 municípios brasileiros a partir de dados do Censo Demográfico 2010.

⁶ Os dados referentes às Contas Regionais e PIB *per capita* tem como base o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e SUFRAMA.

como o Estado que apresentou o maior crescimento em termos nominais de seu Produto Interno Bruto (PIB), registrando uma expansão da ordem de 173,60%, no mesmo período. O PIB *per capita* mato-grossense registrou um aumento de 140,76%, já no ano de 2012 observou-se o valor de R\$25.945,87, superior ao verificado no país que foi R\$22.645,86, sendo que a participação do produto mato-grossense em relação ao nacional, passou de 1,4% em 2002, para 1,8% em 2012.

Não obstante, apesar dos resultados favoráveis quando comparados ao país, observa-se no âmbito regional diferenças e descompasso nas taxas de crescimento e nos indicadores de desenvolvimento; a capital Cuiabá ocupa a 1ª posição no IDHM no ranking estadual e 92ª no ranking nacional, com um índice de 0,785 (PNUD Brasil, 2013), já o município de Campinápolis na mesorregião nordeste do Estado, ocupa a 141ª posição estadual e 5.339ª no ranking nacional com um índice de 0,538 no universo dos 5.565 municípios brasileiros, os indicadores revelam um quadro de desigualdade no Estado de Mato Grosso.

Contudo, o índice IDHM não consegue expressar a totalidade dos reais fatores, que levam municípios e ou regiões a apresentar índices que, por si só, os consideram como diferentes. O IDHM é construído de acordo com as diretrizes básicas do PNUD e toma como base os resultados do IDH nacional e estadual e reflete esta metodologia.

O Manual de Apoio IDH, (PNUD 2014), argumenta que o IDH, enquanto índice composto, não consegue medir sozinho o nível de desenvolvimento de um país. Considera ainda que, o IDH foi projetado para refletir conquistas médias em três aspectos básicos do desenvolvimento humano – uma vida longa e saudável, conhecimento e um padrão de vida decente, e nesse sentido sugere que, quesitos subjetivos e outros aspectos de bem-estar, que mesmo sendo apresentadas discussões em seu relatório, adverte que, as questões de medição dos outros aspectos (subjetivos) do desenvolvimento humano, demonstram desafios conceituais e metodológicos que precisam ser melhor abordados.

Nesse sentido, a presente pesquisa busca identificar fatores que possam promover um processo de desenvolvimento dos municípios e regiões do estado de Mato Grosso. Para tanto, será construído método para cálculo de um indicador próprio em âmbito municipal, o Índice de Desenvolvimento Multidimensional Municipal (IDMM). O indicador a ser construído, tomará como base metodologia de cálculo do Índice de Sustentabilidade dos Municípios da Amazônia (ISMA), com adaptações e ajustes próprios em suas dimensões por meio da substituição e

agregação de variáveis e indicadores, caracterizando assim um índice próprio e ajustado a disponibilidade de dados para os municípios mato-grossenses.

O índice a ser construído, utilizará para as dimensões socioeconômica os dados brutos do IDHM base 2010. Para a dimensão político-institucional os dados brutos do Indicador de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (IGFM TCE/MT) base 2011, acrescidos de dados referentes a existência de Conselhos Municipais provenientes da Pesquisa de Informações Municipais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (MUNIC/IBGE) base 2011. Para a dimensão ambiental, serão utilizados os dados de desflorestamento municipal do Instituto Nacional de Pesquisa Aeroespacial no Programa de Desflorestamento (INPE/PRODES) base 2011, acrescido dos dados municipais sobre o acesso a água potável, coleta de lixo domiciliar e rede de esgoto resultantes do Censo Demográfico 2010 realizado pelo IBGE.

Considera-se para este estudo, que o uso de indicadores para mensuração do desenvolvimento, mesmo considerando suas limitações de ajuste ao conceito, dado o caráter subjetivo do fenômeno, conforme já mencionado, é de extrema importância, pois constituem-se em ferramentas que possibilitam ao pesquisador aferir a realidade com isenção fornecendo pistas sobre as forças mobilizadoras de um processo de desenvolvimento.

O uso da metodologia ajustada para o cálculo do IDMM, para os municípios do Estado de Mato Grosso procura agregar outras dimensões não contempladas pelo IDHM, com o objetivo de preencher lacunas dos indicadores convencionalmente utilizados, com ênfase nos aspectos político-institucional e ambiental, possíveis para explicar o processo de desenvolvimento dos municípios, fundamentados nas teorias do desenvolvimento.

A constatação de processos distintos na trajetória do desenvolvimento regional, requer uma análise pormenorizada, North (1992) em um estudo sobre as regiões americanas, acerca da sequência dos estágios que estas percorreram no curso do seu desenvolvimento, observa que quando os mesmo são confrontados com a história econômica das regiões, algumas objeções são encontradas, sendo uma delas a de que, estes estágios apresentam pouca semelhança com o desenvolvimento real das regiões, e de que não são capazes de fornecer qualquer indicação sobre as causas do crescimento e da mudança. Desta forma, uma teoria do crescimento econômico regional deveria claramente, concentrar-se nos fatores críticos que promovam ou

impedem o desenvolvimento. Para a teoria institucional⁷, os aspectos histórico-cultural, e particularmente as características das instituições, devem ser considerados para a compreensão do processo de desenvolvimento.

Assim levanta-se o seguinte questionamento: quais fatores explicam as desigualdades no processo de desenvolvimento dos municípios de Mato Grosso? Dado este problema, considera-se na análise, além dos fatores socioeconômicos, também os fatores político-institucionais e ambientais como fatores explicativos para a trajetória do desenvolvimento dos municípios do Estado.

Acredita-se que importantes dimensões explicativas, além daquelas captadas pelo IDHM, encontram-se presentes nos distintos processos de desenvolvimento municipal.

A hipótese que norteia o trabalho é que, a existência de um ambiente institucional favorável, apresenta-se como fator explicativo para a trajetória do desenvolvimento municipal, assim, um ambiente institucional propício pode favorecer o desenvolvimento, contrastando com a inexistência deste ambiente. A hipótese, coaduna com o papel do contexto histórico e sua capacidade de exercer um poder *path dependence*, no ritmo do processo desenvolvimentista bem como a explicação das diferenças e desigualdades neste processo.

O objetivo geral deste trabalho é identificar quais fatores influenciam positivamente no processo de desenvolvimento dos municípios e regiões do Estado de Mato Grosso, tomando como base dados dos anos de 2010 e 2011, especificamente objetiva-se:

- a) Levantar as correntes teóricas que subsidiam a compreensão do desenvolvimento considerando as suas dimensões socioeconômica, político-institucional e ambiental.
- b) Eleger as variáveis e indicadores socioeconômicos, ambientais e político-institucionais para a construção do IDMM- Índice de Desenvolvimento Multidimensional Municipal
- c) Análise de dez municípios do Estado de Mato Grosso, que apresentaram resultados extremos avaliados pelo IDMM, classificados dentre os cinco melhores resultados e os cinco com os piores desempenho.

Pretende-se ao final, comparar os resultados do IDMM calculado com os resultados do IDHM para os dez municípios escolhidos, com o objetivo de analisar a força das variáveis

⁷ De acordo com Enriquez (2011, p. 36): para as teorias institucionalistas, a qualidade das instituições interfere diretamente nos custos de transação, e conseqüentemente na, eficiência econômica e nas possibilidades de desenvolvimento.

político-institucional e ambiental, visto que tais dimensões foram àquelas acrescidas ao indicador IDHM.

A compreensão das causas das desigualdades no processo de desenvolvimento dos municípios Estado de Mato Grosso, justifica-se na medida em que tal compreensão pode indicar os principais fatores que promovem o desenvolvimento pleno e, com isso propor análises e estudos para a diminuição destas desigualdades, visto que um processo desequilibrado, cerceia as pessoas das oportunidades e não garante ao conjunto total da população do Estado os mesmos benefícios de um processo desenvolvimentista, possibilitando a coexistência de desigualdades econômicas, sociais, ambientais e institucionais, dentro do mesmo estado, que possui regiões com grande dinamismo econômico e outras regiões que não conseguem alcançar os mesmos patamares de crescimento e desenvolvimento.

Busca-se a compreensão particular da realidade regional inserida em um estado de dimensões continentais, onde convivem municípios e regiões com capacidade de gerar emprego, renda, qualidade de vida para sua população, e outras que não possibilitam tais processos, enfrentam dificuldades até mesmo na fixação de sua população no respectivo território, tornando-se por vezes, ameaçadas de perder sua identidade histórico-cultural.

Os resultados do IDMM para o conjunto de todos os municípios do Estado de Mato Grosso, bem como as análises dos dez municípios escolhidos, podem fornecer caminhos para as políticas públicas estaduais. Planejadores e gestores públicos terão instrumental e referência disponíveis para utilização em anos subsequentes, com os devidos ajustes metodológicos para cada ano-base, para mensurar o desenvolvimento municipal. Possibilitando a orientação de ações e políticas públicas no âmbito dos municípios, e assim também minimizar possibilidades de erros na eleição das referidas políticas, contribuindo para o bom uso dos recursos públicos bem como o fortalecimento do processo de desenvolvimento.

Já a sociedade, recebe mais uma ferramenta de controle, acompanhamento e de avaliação das políticas públicas implementadas pelos governos, seja em âmbito estadual ou municipal. Informações que podem ser de extrema relevância para o conhecimento das realidades municipais capazes de estimular o controle social, e por conseguinte, o exercício da cidadania.

O trabalho está organizado em seis capítulos. Neste capítulo inicial são apresentados o problema da pesquisa e sua justificativa, os objetivos, as hipóteses iniciais, além da importância e contribuição do estudo.

No segundo capítulo, apresentam-se os aspectos da formação do ambiente político-institucional do Estado de Mato Grosso, por meio de breve caracterização nas dimensões socioeconômica, geográfica, populacional e histórica.

O terceiro capítulo apresenta a revisão bibliográfica, a base teórica que norteia o trabalho apresenta algumas das principais teorias “tradicionais” do desenvolvimento até as que, consideram este no caráter multidimensional.

O quarto capítulo apresenta a metodologia: os indicadores escolhidos para os cálculos, nas três dimensões utilizadas para a composição dos índices, fonte dos dados, e a metodologia empregada.

O capítulo cinco apresenta os resultados dos índices construídos para os cinco melhores e os cinco piores municípios avaliados pelo IDMM, a análise dos fatores explicativos dos resultados considerando as dimensões resultantes e respectivas participações, revelando quais são as dimensões responsáveis ou que mais contribuem para o processo do desenvolvimento municipal.

E por fim, no sexto capítulo, são apresentadas as considerações finais e algumas recomendações para o uso futuro do indicador construído.

A tentativa de explicar o Mato Grosso para os mato-grossenses, repousa no anseio de demonstrar que, apesar da sua grande contribuição para a geração de superávits para a balança comercial e resultados satisfatórios no produto total, o que garante ao Estado um destaque no contexto nacional, o processo de desenvolvimento pode ocorrer de forma desigual, dado o modelo de ocupação do território e desenvolvimento voltado para fora.

O estudo apropria-se dos resultados do IDHM visando aprimorar e agregar índices que possam refletir as dimensões político-institucionais e ambiental, ainda não contempladas em índice único para o Estado. Não existe a intenção de desqualificação do uso do índice e ou qualquer alusão de críticas. Espera-se que a investigação de outras dimensões acrescidas às demais já conhecidas do IDHM, possam indicar caminhos para a tomada de decisões e eleição de políticas públicas direcionadas e integradas no âmbito municipal e ou regional.

2 ASPECTOS DA FORMAÇÃO DO AMBIENTE POLÍTICO INSTITUCIONAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Este capítulo tem por objetivo apresentar como se deu a formação do ambiente político institucional do Estado de Mato Grosso, levando em consideração que o processo de evolução do Estado de Mato Grosso foi permeado por projetos desenvolvimentistas e políticas intervencionistas que direcionaram as diferentes fases ou ciclos econômicos e de transformação sócio cultural em sua história. A percepção de intervenções estruturalistas pode ser visualizada nas duas subdivisões geopolíticas que culminaram na criação de novos municípios, crescimento populacional e transformação da paisagem. Nesse sentido, faz-se necessário resgatar parte desses acontecimentos para uma melhor compreensão da trajetória produtiva atual e os efeitos do poder *path dependence*.

A formação do político institucional de Mato Grosso encontra-se alicerçada em perspectivas históricas diferenciadas, o processo de ocupação do território ocorreu de formas distintas ao longo da história, que influenciaram a dinâmica do seu crescimento. No século XVIII, ainda na época colonial, ocorre o primeiro fluxo migratório com finalidade de ocupação do território, neste momento observa-se o desenvolvimento dos primeiros núcleos urbanos, que tiveram como base econômica principal a exploração mineral, de modo concomitantemente e contínua, as atividades pecuária e extrativista vegetal (BORGES, 1991).

De acordo com Borges (1991), observa-se a partir de 1737, o registro de rebanhos de gado em Mato Grosso. Chegaram com a expedição realizada com a finalidade de abrir a estrada Cuiabá-Goiás, sendo que durante o período colonial, não se atingiu um crescimento autônomo, em função da epizootia e do contrabando. Porém após a Guerra do Paraguai a atividade ganha fôlego, sendo possível um incremento da atividade em 1914 com a estrada de Ferro Noroeste do Brasil, possibilitando o escoamento da produção. Em 1920, o Estado já era considerado detentor do quarto rebanho bovino no país, fixando-se prioritariamente no pantanal mato-grossense por meio da pecuária extensiva. Atualmente, de acordo com dados do IBGE, o Estado de Mato Grosso figura como o maior produtor de bovinos do país, respondendo por cerca de 13,4% da produção nacional.⁸

O segundo momento da ocupação do Estado, ocorre no século XX, dentro do contexto da interiorização do país e da expansão da fronteira agrícola.

⁸ Dados referentes a Pesquisa Pecuária Municipal (PPM -2013) realizada pelo IBGE, disponível no anexo 8.

O processo de produção do espaço mato-grossense compõe-se de duas fases distintas: a primeira, de características pré-capitalistas, foi centrada no extrativismo mineral e posteriormente vegetal, com o desenvolvimento paralelo da agricultura de subsistência e da pecuária extensiva, o que perdurou, aproximadamente, até a metade do século XX. A segunda e atual refere-se à inserção de Mato Grosso na economia de mercado, caracterizada pela disseminação dos projetos de colonização e modernização agropecuária. Um traço comum permeia as duas fases: os fluxos migratórios que dinamizaram o processo de ocupação de Mato Grosso. (HIGA, 2005. p. 21).

As fases possuem um elemento comum, a opção da ocupação via fluxo migratório. As duas divisões territoriais ocorridas no Estado, evidenciam esses momentos. A primeira em 1943, quando foi criado o Território do Guaporé, atual Estado de Rondônia, e a segunda em 1977, que originou o Estado de Mato Grosso do Sul, ambas promoveram impactos na estrutura socioeconômica do Estado de Mato Grosso, determinando a partir de então rupturas, adaptações, novos direcionamentos no processo produtivo, bem como reordenamento da base econômica que caracterizam a atual estrutura existente no Estado.

O período anterior a primeira divisão é marcado pelo ápice das atividades extrativistas, baseadas nas drogas do sertão, poia e borracha que eram extraídas no Estado. Neste contexto, de acordo com Lenharo (1985, p. 23), a Marcha para o Oeste, buscava colonização e industrialização, e ainda que o Oeste, região denominada de “espaços vazios”, já era ocupado com a exploração da erva-mate nos seus campos ao Sul, usinas de açúcar às margens do Rio Cuiabá, criação de gado no pantanal mato-grossense, a exploração da borracha e das drogas do sertão:

[...] no caso do estado de Mato Grosso, um quadro de colonização complexo, mapeado de grandes propriedades particulares e estatais, boa parte delas de origem estrangeira. Isto para não se falar de povos de formação social inteiramente diferentes, habitantes da região – os indígenas -, que acarretavam pelo menos dois sérios dilemas para a política colonizadora: como ficariam suas terras e como eles participariam da empreitada da colonização através de seu trabalho? (LENHARO, 1985, p. 61).

O mapa 1 demonstra o território do Estado de Mato Grosso em 1940, antes da primeira divisão ocorrida em 1943 que possuía uma economia pré-capitalista orientada em função dos grandes centros, extrativista e alicerçada nas oligarquias agrárias.

Mapa 1 - Divisão territorial do Brasil em 1940



Fonte: IBGE (2000).

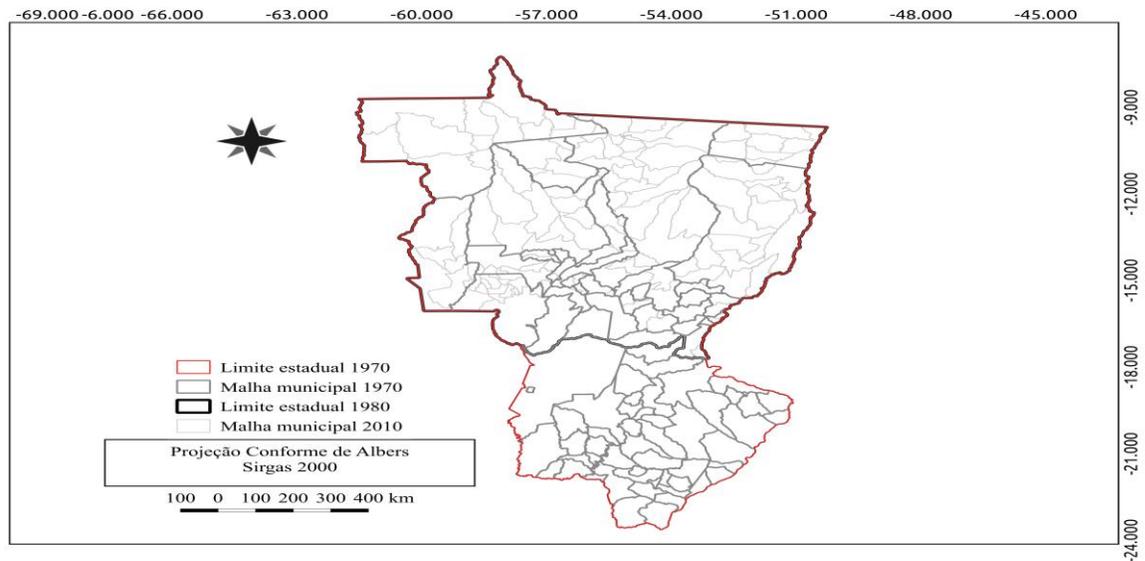
A intervenção pública em prol do desenvolvimentismo efetivamente começa em 1953 quando regulamentada a Lei n. 1806 de 11 de fevereiro, que dispõe sobre a criação de um plano de desenvolvimento regional, destinando 3% dos impostos federais a Amazônia Legal. No entanto, o resultado efetivo na indústria começa a acontecer a partir da década de 1960. Pela Lei 5.374/67 a SUDAM passa a ser vinculada ao Ministério do Interior e incorporava-se à estratégia global do planejamento do desenvolvimento nacional. Em 1967 foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), substituindo a Fundação Brasil Central, instituída em 1943. De acordo com Abreu (2001) a grande preocupação dos programas implementados pela SUDECO visaram a ocupação da região com a fixação de colonos, a introdução de uma agricultura comercial, viabilizar infraestrutura básica e redes viárias de acesso.

Segundo Pereira (2007, p. 17), a política de ocupação de fronteiras agrícolas, por oportuno foi concebida com a finalidade de realizar o preenchimento dos espaços vazios, rotulada de Marcha para o Oeste, projeto governamental que buscava ocupar e integrar as regiões de Goiás, Mato Grosso e Amazônia ao restante da nação, a proposta do governo incluía a construção de estradas, aeroportos e núcleos de colonização, como resultado houve a imigração de grande número de pessoas para Mato Grosso.

Neste contexto ocorreu o segundo desmembramento do Estado, em 1977, que propiciou uma série de transformações no território, e direcionou o cunho desenvolvimentista apoiado no

agronegócio. O Mapa 2 demonstra a configuração do Estado antes e depois da segunda divisão, onde é possível observar que como consequência deste novo direcionamento, a ampliação do número de municípios no Estado.

Mapa 2 – Divisão Territorial de Mato Grosso nas décadas de 70 e 80 e malhas municipais nas décadas de 70, 80 e 2010.



Fonte: Elaboração própria. Evolução da malha municipal digital IBGE, disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_int.shtm?c=3.

O Estado, constituído por 93 municípios em 1977, passou a contar com apenas 38 municípios logo após a segunda divisão. Porém o contexto da constituição nova fronteira agrícola nacional, propiciou uma rápida expansão municipal do recém-dividido estado de Mato Grosso, poucos anos depois, já em 1979, foram criados os seguintes municípios: Água Boa, Alta Floresta, Araputanga, Canarana, Colíder, Jauru, Juscimeira, Nova Brasilândia, Paranatinga, Pontes e Lacerda, Rio Branco, Salto do Céu, São José do Rio Claro, São José dos Quatro Marcos e Sinop, grande parte destes provenientes dos projetos privados de colonização.

A abertura da fronteira agrícola, a partir da década de 70, no auge da ocupação e interiorização do país, amparada no aporte de inovações tecno-científicas que possibilitaram o plantio no cerrado, delineou grandes transformações com fortes efeitos na sua base econômica

com a transformação do modelo agrícola de subsistência para o modelo agro-exportador. Para Pereira (2007, p.21):

No final dos anos sessenta e nos anos setenta (Século XX), a lógica da inserção externa da economia mato-grossense continuou inalterada em relação ao decênio imediatamente anterior. À economia agropecuária do Estado foi reservada a função nítida no cenário nacional: a produção de excedentes destinados ao consumo alimentar interno e à exportação. Essa produção se pautou tanto no cultivo de bens de origem agrícola quanto na produção pecuária.

A constituição de uma nova fronteira agrícola nacional no Estado de Mato Grosso, a partir da década 70, apoiada na expansão da malha municipal, com a criação de vários municípios, em grande parte, decorrentes de projetos de colonização possibilitou uma grande atração populacional. Assim, em menos de uma década, observou-se um aumento de cerca de 50% no número de municípios, visto que, logo após a divisão, o Estado contava com 55 municípios, em 1991 já possuía 95 cidades, e após 2001, contava com 141 municípios, sendo essa a configuração atual⁹. O mapa 3 apresenta a malha atual com os respectivos 141 municípios.

⁹ A EC 15/1996, limitou a criação de novos municípios, assim o processo de emancipação de novos municípios encontra-se suspenso no aguardo de regulamentação de legislação infra-constitucional.

Mapa 3 - Mapa político do Estado do Mato Grosso em 2010



Fonte: IBGE - Base Censo Demográfico (2010).

1 - ACORIZAL	36 - CONQUISTA D'OESTE	71 - NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	106 - RIO BRANCO
2 - ÁGUA BOA	37 - COTRIGUAÇU	72 - NOVA BANDEIRANTES	107 - SANTA CARMEM
3 - ALTA FLORESTA	38 - CUIABÁ	73 - NOVA NAZARÉ	108 - SANTO AFONSO
4 - ALTO ARAGUAIA	39 - CURVELÂNDIA	74 - NOVA LACERDA	109 - SÃO JOSÉ DO POVO
5 - ALTO BOA VISTA	40 - DENISE	75 - NOVA SANTA HELENA	110 - SÃO JOSÉ DO RIO CLARO
6 - ALTO GARÇAS	41 - DIAMANTINO	76 - NOVA BRASILÂNDIA	111 - SÃO JOSÉ DO XINGU
7 - ALTO PARAGUAI	42 - DOM AQUINO	77 - NOVA CANAÃ DO NORTE	112 - SÃO PEDRO DA CIPA
8 - ALTO TAQUARI	43 - FELIZ NATAL	78 - NOVA MUTUM	113 - RONDOLÂNDIA
9 - APIACÁS	44 - FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE	79 - NOVA OLÍMPIA	114 - RONDONÓPOLIS
10 - ARAGUAIANA	45 - GAÚCHA DO NORTE	80 - NOVA UBRATÁ	115 - ROSÁRIO OESTE
11 - ARAGUAINHA	46 - GENERAL CARNEIRO	81 - NOVA XAVANTINA	116 - SANTA CRUZ DO XINGU
12 - ARAPUTANGA	47 - GLÓRIA D'OESTE	82 - NOVO MUNDO	117 - SALTO DO CÉU
13 - ARENÓPOLIS	48 - GUARANTÁ DO NORTE	83 - NOVO HORIZONTE DO NORTE	118 - SANTA RITA DO TRIVELATO
14 - ARIPUANÁ	49 - GUIRATINGA	84 - NOVO SÃO JOAQUIM	119 - SANTA TEREZINHA
15 - BARÃO DE MELGAÇO	50 - INDIAVAÍ	85 - PARANAITA	120 - SANTO ANTÔNIO DO LESTE
16 - BARRA DO BUGRES	51 - IPIRANGA DO NORTE	86 - PARANATINGA	121 - SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER
17 - BARRA DO GARÇAS	52 - ITANHANGÁ	87 - NOVO SANTO ANTÔNIO	122 - SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA
18 - BOM JESUS DO ARAGUAIA	53 - ITAÚBA	88 - PEDRA PRETA	123 - SAPEZAL
19 - BRASNORTE	54 - ITIQUIRA	89 - PEIXOTO DE AZEVEDO	124 - SERRA NOVA DOURADA
20 - CÁCERES	55 - JACIARA	90 - PLANALTO DA SERRA	125 - SINOP
21 - CAMPINÓPOLIS	56 - JANGADA	91 - POCONÉ	126 - SORRISO
22 - CAMPO NOVO DO PARECIS	57 - JAURU	92 - PONTAL DO ARAGUAIA	127 - TABAPORÁ
23 - CAMPO VERDE	58 - JUARA	93 - PONTE BRANCA	128 - TANGARÁ DA SERRA
24 - CAMPOS DE JÚLIO	59 - JUÍNA	94 - PONTES E LACERDA	129 - TAPURAH
25 - CANABRAVA DO NORTE	60 - JURUENA	95 - PORTO ALEGRE DO NORTE	130 - TERRA NOVA DO NORTE
26 - CANARANA	61 - JUSCIMEIRA	96 - PORTO DOS GAÚCHOS	131 - TESOURO
27 - CARLINDA	62 - LAMBARID'OESTE	97 - PORTO ESPERIDIÃO	132 - TORIXORÉU
28 - CASTANHEIRA	63 - LUCAS DO RIO VERDE	98 - PORTO ESTRELA	133 - UNIÃO DO SUL
29 - CHAPADA DOS GUIMARÃES	64 - LUCIARA	99 - POXORÉO	134 - VALE DE SÃO DOMINGOS
30 - CLÁUDIA	65 - VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE	100 - PRIMAVERA DO LESTE	135 - VÁRZEA GRANDE
31 - COCALINHO	66 - MARCELÂNDIA	101 - QUERÊNCIA	136 - VERA
32 - COLÍDER	67 - MATUPÁ	102 - SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS	137 - VILA RICA
33 - COLNIZA	68 - MIRASSOL D'OESTE	103 - RESERVA DO CABAÇAL	138 - NOVA GUARITA
34 - COMODORO	69 - NOBRES	104 - RIBEIRÃO CASCALHEIRA	139 - NOVA MARILÂNDIA
35 - CONFRESA	70 - NORTELÂNDIA	105 - RIBEIRÃOZINHO	140 - NOVA MARINGÁ
			141 - NOVA MONTE VERDE

O objetivo maior da presente dissertação não é a de detalhar o processo ocupacional ocorrido em MT, contudo para compreender as desigualdades e os impactos sociocultural sob a transformação ocorrida no Estado, faz-se necessário resgatar alguns aspectos do processo ocupacional.

Em relação às características sociais da população autóctone do Estado, originalmente abrigaram-se os povos tradicionais - sobreleve a presença de ribeirinhos, caboclos, quilombolas, seringueiros, indígenas, denominados autóctones, mantinham um estilo de vida associado à dinâmica da natureza - tiveram seu estilo de vida e saber desprezados em função da lógica do mercado. A visão reducionista e direcionada pela razão ocidental de modernização imperou nas políticas desenvolvimentistas executadas em toda Amazônia Legal, inclusive em Mato Grosso, gerando enorme prejuízo à etnografia, ao conhecimento endógeno, a ciência do concreto e a autoestima das sociedades tradicionais. (SILVA; FERRER SILVA, 2011, p. 171).

Ramminger e Grasel (2011) relatam que as políticas públicas de “ocupação e desenvolvimento” implementadas em Mato Grosso possuíam três objetivos principais: ocupar, garantir a produção e o consumo de bens e amenizar tensões sociais de outras regiões do país. A bem dizer reflete uma visão míope baseada no crescimento econômico e na modernização tecnológica, propagada sob o discurso do progresso e do envolvimento direcionado ao capital. A transformação de Mato Grosso em novo mercado consumidor passou pela necessidade da desconsideração do conhecimento endógeno dos povos tradicionais e autóctones e prepararia o Estado para cumprir o seu papel, hoje bem definido, de gerar divisas por meio das *commodities* agrícolas, cumprindo ainda auxílio, no sentido de eliminar as ligas camponesas e a tensão no campo na região sul do país (SILVA, 2012). Uma das lacunas se deu em função da importação de projetos preestabelecidos. Na medida em que, contemplavam outras realidades e não as características territoriais endógenas e o respectivo o aproveitamento dos fatores preexistentes.

Os movimentos de colonização inseridos dentro da estratégia nacional de interiorização, eram realizados de tal forma que, buscava-se realizar um processo de ocupação com instituições que soubessem lidar com indígenas, que significava conseguir o apoio dos povos indígenas para o projeto hegemônico do Estado, para que a ocupação ocorresse sem maiores problemas. Visto que, havia população autóctone presente no território, e neste ambiente, competia ao Estado Nação o desenvolvimento de mecanismos para transformar a região que até então, não se inseria em uma economia de mercado.

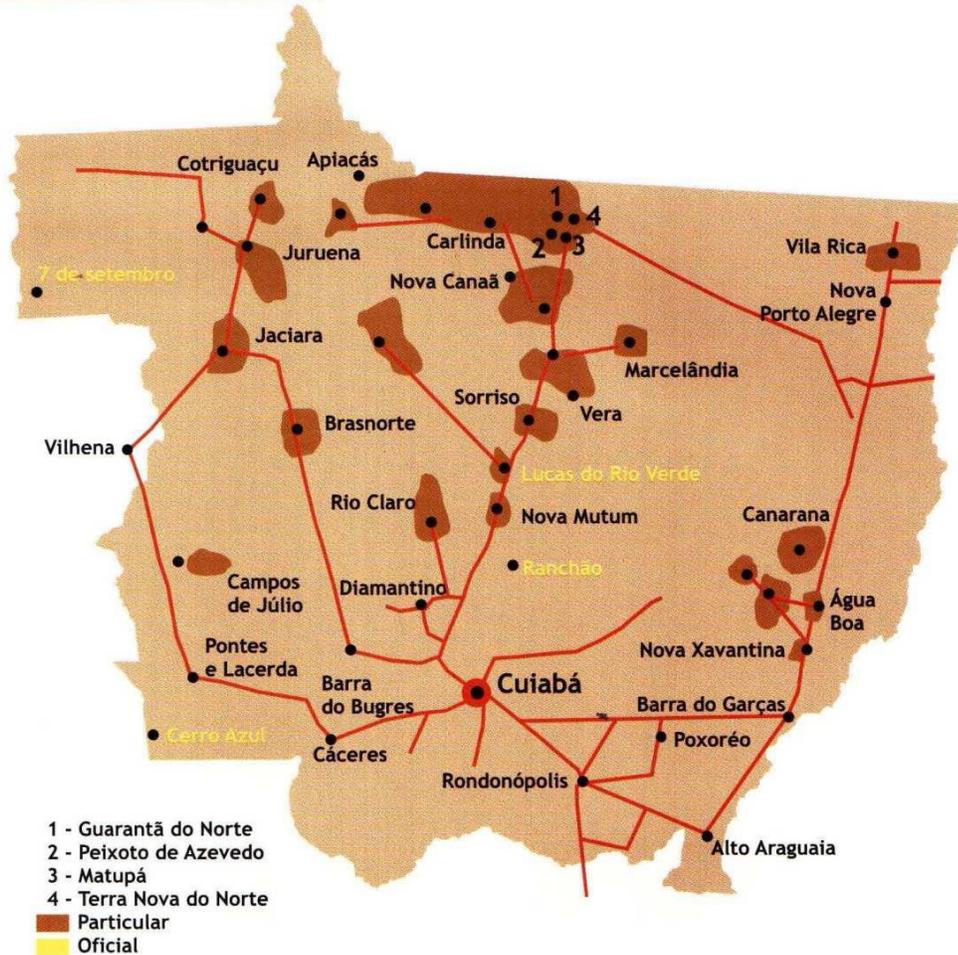
O processo foi feito com o auxílio de instituições tais como, Expedição Roncador-Xingu e Fundação Brasil Central, que buscavam atrair novos fluxos migratórios, implantando núcleos em terras povoadas por indígenas. Esse processo obteve sucesso a partir de 1970. (HIGA, 2005).

Assim, o primeiro período de “desbravamento”, criado no contexto da era Vargas, inserido em um período de expansão econômica e unificação nacional, por meio de colônias agrícolas, tinha como principal objetivo explorar regiões desconhecidas do país, no caso, a região centro-oeste e da Amazônia, compreendendo-se desbravamento como colonização, através da criação de colônias agrícolas.

A colonização privada, combinada com a oficial ou dirigida, foi inserida em um contexto de aporte de financiamentos institucionais, neste ambiente surgem instituições como o Banco da Amazônia (BASA) em 1942, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em 1966 e a SUDECO em 1967, como órgãos financiadores e detentores de estímulos fiscais para que empresas e latifundiários se instalassem na região. Como resultado, observa-se a partir de 1970 a criação de várias cidades em decorrência de projetos de colonização, conforme demonstrado no mapa 3.

Mapa 4 - Localização Territorial dos Projetos de Colonização em Mato Grosso -

Projetos de Colonização em MT



Fonte: Piaia (2003).

O mapa indica que, várias cidades criadas por meio de projetos de colonização se consolidaram, e atualmente possuem grande importância relativa no contexto econômico do Estado. Observa-se que cidades importantes no contexto econômico de Mato Grosso detentoras dos melhores indicadores de desenvolvimento em 2011, tais como Sorriso, Lucas do Rio Verde, Sinop, Nova Mutum, Canarana e Nova Canaã do Norte, figuram entre as decorrentes de projetos de colonização.

Não obstante as ações realizadas para a ocupação no passado, e os decorrentes processos de imigração, e considerando a existência no Estado de três ecossistemas distintos, o cerrado, pantanal e floresta Amazônia, observa-se atualmente, uma ocupação não homogênea, apresentando áreas mais populosas e outras menos densas, atualmente a densidade demográfica é da ordem de 3,36 habitantes/km², com uma população de 3.224.357 habitantes (IBGE, 2014) distribuída no território de 903.378,2 km².

A ocorrência de constantes movimentações internas intermunicipais e interestaduais, e ou “retornos” dos fluxos migratórios, em alguns municípios e regiões, demonstra uma dinâmica populacional dependente de oportunidades imediatas de emprego e renda, sinalizando a inexistência de uma política integrada de desenvolvimento regional capaz de garantir a fixação da população em seu território, tendo em vista que, determinadas localidades, ora funcionam como “pólos” de atração populacional, ora como localidades de “repulsão”.

Nessa perspectiva, não raro observar, a preocupação dos gestores municipais com a possibilidade de perda de recursos de repasses federais, em especial o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), quando das operações censitárias e nas divulgações anuais das estimativas populacionais. Tal preocupação, demonstra que grande maioria dos municípios, em especial os com menos de 20.000 habitantes, contam como receita exclusiva os recursos federais, não possuindo uma base econômica e conseqüentemente tributária, própria, para fazer frente aos serviços públicos essenciais aos munícipes.

Identifica-se situações onde determinados empreendimentos instalados no entorno dos municípios, tais como, uma grande usina, a título de exemplo, pode provocar a princípio, preocupações sobre as possibilidades do município em prover os atendimentos nas áreas de saúde, segurança, educação etc para a população proveniente de um rápido processo de migração interna, evidenciando falta de articulação entre setores privado e público, bem como inexistência de prévio planejamento tributário. Tais situações, podem remeter, a um espaço para possibilidades da promoção de ações orientadas ao desenvolvimento endógeno¹⁰ com vistas a minimizar possíveis efeitos dos enclaves¹¹, visto que, tais aspectos ainda não foram plenamente

¹⁰ O desenvolvimento econômico local ou desenvolvimento endógeno, pode ser definido como um processo de crescimento e mudança estrutural que ocorre em razão da transferência de recursos das atividades tradicionais para as modernas, bem como pelo aproveitamento das economias externas (VAZQUEZ BARQUERO, 2002)

¹¹ Martínez Alier (2007), atribuí o conceito de enclave a Jonatan Levin nos anos 1960, entendido como a situação econômica em que não existem laços entre o setor exportador e a economia doméstica

considerados no planejamento regional do Estado, sendo os desdobramentos e consequências sociais e ambientais decorrentes de não contemplar tais variáveis, um campo de estudo.

Assim sendo, observa-se que, na maioria das vezes, as motivações para atrações e ou repulsões internas no Estado, decorrem por conta do início ou declínio de determinadas atividades econômicas externas, que se desenvolvem sem considerar um planejamento integrado em nível regional, apoiado em grande parte no extrativismo mineral ou vegetal, em atividades agrícolas sazonais ou orientadas ao mercado externo, que passam caracterizar a base ou força motriz daquela economia em dado momento, estas situações se evidenciam nas flutuações populacionais identificadas, quando das operações censitárias do IBGE.

A capacidade de resiliência municipal¹², frente a eventos externos que ameaçam a sua base econômica, voltada para fora, é variável neste contexto ora apresentado. Alguns municípios conseguem sobreviver e conseguir nova alternativa, outros não. Para esse último grupo, resta o esvaziamento decorrente da repulsão de sua população que não vendo alternativas migra para outras regiões, em especial os jovens, que partem na busca de oportunidades de estudo e trabalho abandonando a terra natal. Como consequência, existem cidades, com grande contingente populacional caracterizado por crianças e idosos, que por sua condição, não compõe a força de trabalho municipal, revelando um ciclo vicioso, a não existência de oportunidades de emprego, renda e capacitação, que perpetua a carência de força de trabalho, bem como capital social e intelectual, necessária para uma atividade econômica ancorada em base local.

Esta dita resiliência pode ser observada em cidades como Sinop, Alta Floresta e Colíder que encontraram na agricultura e na pecuária, novas alternativas para a atividade econômica e prosseguem, não no mesmo ritmo de outrora, porém não representam áreas de repulsão. Já em outras, em especial as que a atividade era extrativista mineral ou vegetal, (garimpos e exploração de madeira em florestas nativas) sofrem com a falta de alternativas de emprego e renda para sua população, exemplos para esta situação, pode ser encontrada nos municípios de Poxoréo, Poconé, Nossa Senhora do Livramento, Peixoto de Azevedo.

Tal fato pode reforçar a inexistência no âmbito regional de uma estratégia de desenvolvimento integrado e articulado regionalmente, visto que cada município ou região

¹²Para o Relatório de Desenvolvimento Humana 2014 do PNUD, resiliência representa a capacidade dos indivíduos, sociedades e países para reagirem a seus reveses. A resiliência da economia no seu conjunto pode ser estimulada a desenvolver-se, e ainda, que as instituições, estruturas e normas podem reforçar ou enfraquecer a resiliência humana, entendida como a capacidade de resposta ou adaptação das pessoas frente a eventos externos ou choques.

responde de forma isolada aos choques adversos na economia local, e ainda que, atividades exploradoras orientadas ao mercado externo, estão sujeitas, a geração dos chamados “enclaves” agrícolas ou mineiros, citados na literatura pelos teóricos dependendistas.

Os enclaves, podem ocorrer em regiões com grande disponibilidade de recursos naturais, mas que padecem de uma estrutura institucional organizada. A consequência é, a não fixação do capital no país, região ou município, onde prevalece a abundância de recursos naturais, visto que o excedente se dissipa no exterior (PERROUX, 1967).

Perroux (1967), apresentou em meados da década de 60, a teoria dos pólos de crescimento¹³, este termo, tem sido utilizado em Mato Grosso, para qualificar regiões que se destacam no agronegócio, neste contexto, a utilização do termo, faz alusão a cidades e ou regiões que funcionam como irradiadoras de crescimento.

Nesta linha de raciocínio, existe atualmente um impulso dinâmico capaz de promover os citados, enclaves externos, no contexto mato-grossense, capitaneado especialmente pelo setor agropecuário exportador, que permitiu a formação de um “setor moderno”¹⁴ na economia regional, que ora funciona como um prolongamento tecnológico e financeiro das economias centrais.

Esta situação identifica-se nas chamadas cidades do “agronegócio” ou “*agribusiness*”¹⁵ de Mato Grosso, onde já é possível verificar um aparato tecnológico, financeiro com alto nível de qualificação permeando o sistema. Porém, observa-se também as contradições nas referidas cidades, sendo possível identificar, neste mesmo centro dinâmico, contingentes de pessoas com baixa qualificação, baixos salários, que ficam à margem dos benefícios associados à atividade principal. Informalmente, podendo existir até mesmo espaços delimitados que demonstram tal contradição, onde, por exemplo, o lado A da rodovia concentra um segmento, e o lado B da mesma rodovia, concentra outro segmento da população municipal.

¹³ O conceito de pólos de crescimento será discutido posteriormente.

¹⁴ A modernização da agricultura de Mato Grosso é analisada com base em indicadores por Pereira (2007).

¹⁵ O conceito de agronegócio ou *agribusiness* possui enfoque sistêmico de acordo com estudo de Goldberg (1968).

Para Pereira (2012, p. 9):

A maior parte da economia dos municípios de Mato Grosso tem suas características econômicas definidas menos por sua dinâmica industrial e de serviços e mais pelos efeitos das relações sociais e econômicas que se originam na agropecuária e alcançam os indicadores econômicos urbanos. Portanto, se configuram afetações que singularizam o ambiente mato-grossense particularizado por várias desigualdades e pela coexistência entre elementos de uma economia que progressivamente vem se modernizando, mas que contraditoriamente preserva caracteres sociais e produtivos anacrônicos, herdados de séculos anteriores.

Na teoria do pólos de Perroux (1967), o instrumento-chave é a “indústria-motriz”, entendida como aquela que impulsiona toda a economia, gerando efeitos “desestabilizadores”, ou as chamadas “externalidades” tanto positivas, quanto negativas. Tais externalidades se propagam por todo o sistema econômico.

O aparecimento de várias indústrias, muda a atmosfera e cria um novo ambiente favorável ao crescimento e progresso, sendo que o desenvolvimento consequente, dependerá do nível e da qualidade dos efeitos sobre as estruturas pré-existentes. Caso os efeitos positivos da indústria motriz forem de certa forma “filtrados” por um sistema ineficiente e ou por falta de direcionamento dos recursos recebidos, prevalecerão assim, os efeitos negativos, gerando assim o enclave. O enclave ocorre quando os efeitos negativos (ambientais, sociais, desemprego) superam os efeitos positivos, não existindo articulação institucional capaz de viabilizar alternativas para os recursos, na maioria das vezes, provenientes de política fiscal ajustada (PERROUX, 1967).

Em Mato Grosso, as cidades que foram criadas tendo como base o agronegócio, atualmente, frente a um cenário globalizado, procuram se adequar espacialmente, e a buscar relações com outros centros urbanos, no sentido de atrair novas empresas, aumentando consequentemente seus negócios. Porém, a consolidação do setor agropecuário nestas localidades, traz consigo ainda uma característica ainda persistente no cenário mato-grossense, o modelo primário-exportador. Para Pereira (2007) a base econômica mudou do ouro para o gado, que passou a se constituir em seu principal bem de exportação, no final do século XIX, e que apesar da busca de alternativas produtivas, dado o esgotamento da exploração aurífera, a natureza primário-exportadora da economia, entretanto, foi mantida.

Ainda de acordo com Pereira (2012, p. 127), “o modelo primário-exportador que caracteriza a economia do Estado e que desafia o tempo deve ser alvo de análises e reflexões

voltadas especialmente para as questões sociais e ambientais que acompanham a dinâmica desse modelo”. Assim, neste contexto regional apresentado, bem como o de abertura comercial, o Estado de Mato Grosso, a partir do século XX, insere-se na economia nacional com uma função bem definida.

A economia de MT atualmente se insere na economia nacional com pauta de exportação concentrada em poucos produtos: a soja e seus derivados representam os principais bens de exportação do Estado. Em cenário de elevado endividamento externo do país, a partir dos anos noventa do século XX, a economia de MT se insere na economia nacional com uma função bem-definida: gerar divisas externas, visto que a grande maioria da produção interna da soja e os poucos outros bens primários são destinados à exportação. (PEREIRA, 2007, p. 23).

Por fim, após a apresentação de alguns fatos e teorias que procuraram demonstrar como se deu a formação do ambiente político institucional do Estado de Mato Grosso, inserido no contexto dos projetos desenvolvimentistas e políticas intervencionistas, conclui-se que tais processos direcionaram o processo socioeconômico atual do Estado. Assim, apresenta-se a seguir algumas considerações acerca da economia recente do Estado.

Atualmente o Estado de Mato Grosso é destaque no contexto nacional no que se refere às taxas de crescimento do seu produto capitaneado pelo setor agropecuário, os dados estão apresentados nas tabelas 1 e 5, constantes dos anexos 2, 3 e 4 respectivamente. Em análise das tabelas, observa-se o dinamismo da evolução do Produto Interno Bruto estadual e o grau de participação do setor agropecuário no Valor Adicionado Bruto (VAB). Relevante é o papel da soja no contexto das demais culturas, dada a sua importância nos anos recentes na pauta de exportações mato-grossense. Também vale destacar o desempenho recente da produção industrial no Estado, que vem apresentando indicadores de desempenho superiores a média nacional.

O Estado de Mato Grosso figura como o maior produtor nacional de grãos do país, com uma participação acima de 20% em relação a produção nacional, a Região Centro-Oeste representa cerca 40,3%, de acordo com o gráfico da evolução da produção em comparação ao Brasil apresentado no anexo D, provenientes do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA-IBGE). O Estado de Mato Grosso ultrapassou em 2014 o Estado do Paraná na produção de grãos, sendo os maiores destaques as culturas da soja e do milho.

A produção atual da soja ultrapassa 25 milhões de toneladas e representa cerca de 30% da produção nacional conforme dados da pesquisa PPM e do Levantamento Sistemático da

Produção Agrícola, ambas as pesquisas do IBGE, este desempenho é demonstrado no gráfico da produção de soja do período de 2006 até a produção prevista para o ano de 2015 constante do anexo 6, a evolução da produção e da participação do milho em 2014 chegou quase a 18 milhões de toneladas, representando cerca de 22% da produção nacional conforme apresentado no gráfico do anexo G. Mato Grosso destaca-se também na posição de maior produtor de bovinos do país, em 2013 a produção ultrapassou 28 milhões de cabeças, representando mais de 13% do rebanho nacional, os números da evolução da produção constam no gráfico do anexo H.

Estes dados retratam a dimensão do setor agropecuário de Mato Grosso, que vem cumprindo o papel que foi atribuído no contexto da política econômica nacional, o de gerar divisas externas.

Os dados do quadro 1 a seguir, apresentamos valores das exportações e importações do Brasil e de MT, para os anos de 2000 a 2015, revelam que no ano de 2000, a Balança Comercial brasileira ficou deficitária, enquanto que a de MT apresentou superávit, no ano seguinte em 2001, a balança comercial de MT apresentou um superávit de US\$1,26 bilhões, sendo que tal superávit contribuiu com cerca de 47% para o resultado positivo do Brasil, sendo ainda para MT os resultados superavitários em todos os anos da série apresentada. Pode se inferir ainda da tabela, que os percentuais que aferem a variação nas exportações são todas positivas para Mato Grosso, com o destaque especial para o ano de 2009, em que o país sofreu os impactos da crise mundial, com redução nas exportações da ordem de 22,71%, neste contexto, Mato Grosso apresentou taxa positiva na ordem de 7,87%.

Quadro 1 – Evolução da Balança Comercial Brasil e Mato Grosso – 2000 a 2013.

BALANÇA COMERCIAL						BALANÇA COMERCIAL					
BRASIL						MATO GROSSO					
Ano/Mês	Exportação		Importação		Saldo	Ano/Mês	Exportação		Importação		Saldo
	US\$ FOB (A)	Var%	US\$ FOB (B)	Var%	US\$ FOB (A) - (B)		US\$ FOB (A)	Var%	US\$ FOB (B)	Var%	US\$ FOB (A) - (B)
2000	55,118,919,865	0.00	55,850,663,138	0.00	-731,743,273	2000	1,033,353,505	0.00	90,644,198	0.00	942,709,307
2001	58,286,593,021	5.75	55,601,758,416	-0.45	2,684,834,605	2001	1,395,772,413	35.07	136,531,731	50.62	1,259,240,682
2002	60,438,653,035	3.69	47,242,654,199	-15.03	13,195,998,836	2002	1,795,852,919	28.66	209,049,041	53.11	1,586,803,878
2003	73,203,222,075	21.12	48,325,566,630	2.29	24,877,655,445	2003	2,186,162,887	21.73	276,688,419	32.36	1,909,474,468
2004	96,677,498,766	32.07	62,835,615,629	30.03	33,841,883,137	2004	3,101,889,085	41.89	417,680,072	50.96	2,684,209,013
2005	118,529,184,899	22.60	73,600,375,672	17.13	44,928,809,227	2005	4,151,627,748	33.84	410,198,812	-1.79	3,741,428,936
2006	137,807,469,531	16.26	91,350,840,805	24.12	46,456,628,726	2006	4,333,467,995	4.38	406,517,643	-0.90	3,926,950,352
2007	160,649,072,830	16.58	120,617,446,250	32.04	40,031,626,580	2007	5,130,866,400	18.40	753,285,172	85.30	4,377,581,228
2008	197,942,442,909	23.21	172,984,767,614	43.42	24,957,675,295	2008	7,812,346,163	52.26	1,277,175,809	69.55	6,535,170,354
2009	152,994,742,805	-22.71	127,722,342,988	-26.17	25,272,399,817	2009	8,426,868,709	7.87	792,396,073	-37.96	7,634,472,636
2010	201,915,285,335	31.98	181,768,427,438	42.32	20,146,857,897	2010	8,462,207,162	0.42	988,980,211	24.81	7,473,226,951
2011	256,039,574,768	26.81	226,246,755,801	24.47	29,792,818,967	2011	11,099,522,991	31.17	1,578,482,577	59.61	9,521,040,414
2012	242,578,013,546	-5.26	223,183,476,643	-1.35	19,394,536,903	2012	13,864,959,187	24.91	1,578,488,467	0.00	12,286,470,720
2013	242,033,574,720	-0.22	239,747,515,987	7.42	2,286,058,733	2013	15,815,951,351	14.07	1,705,130,697	8.02	14,110,820,654

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Secretaria de Comércio Exterior

Fonte: Ministério do Desenvolvimento. Secretária do Comércio Exterior (2014).

Em análise dos principais produtos da pauta de exportações do Estado de Mato Grosso constantes do quadro 2 a seguir, ratifica-se que a mesma ainda é constituída em sua maioria por produtos com baixo nível de beneficiamento ou agroindustrializados, com grande contribuição do setor de alimentos e madeireiro, o que pode caracterizar um ambiente oportuno para maior diversificação.

Quadro 2 - Principais produtos Exportados MT – Jan – Março 2015.

Descrição (NCM)	2015 (JAN - MAR)		2014 (JAN - MAR)		Var% JAN - MAR 2015/2014
	US\$ FOB	Part %	US\$ FOB	Part %	
TOTAL GERAL	2.660.890.083	100,00	3.378.277.350	100,00	-21,24
SOJA, MESMO TRITURADA, EXCETO PARA SEMEADURA	1.084.733.961	40,77	1.806.565.793	53,48	-39,96
MILHO EM GRAO, EXCETO PARA SEMEADURA	553.329.890	20,79	568.503.243	16,83	-2,67
BAGACOS E OUTS. RESÍDUOS SÓLIDOS, DA EXTR. DO ÓLEO DE SOJA	391.784.396	14,72	292.904.723	8,67	33,76
CARNES DESOSSADAS DE BOVINO, CONGELADAS	177.351.887	6,67	252.375.675	7,47	-29,73
ALGODÃO SIMPLEMENTE DEBULHADO, NÃO CARDADO NEM PENTEADO	144.796.198	5,44	79.569.565	2,36	81,97
FARINHAS E "PELLETS", DA EXTRAÇÃO DO ÓLEO DE SOJA	87.689.155	3,30	77.844.725	2,30	12,65
CARNES DESOSSADAS DE BOVINO, FRESCAS OU REFRIGERADAS	37.080.892	1,39	40.388.052	1,20	-8,19
ÓLEO DE SOJA, EM BRUTO, MESMO DEGOMADO	32.519.918	1,22	35.131.096	1,04	-7,43
OURO EM BARRAS, FIOS E PERFIS DE SECAO MACICA	22.723.131	0,85	35.272.364	1,04	-35,58
OUTS. COURO BOVINOS, INCL. BUFALOS, N/DIV. UMID. PENA FLOR	20.706.219	0,78	16.325.630	0,48	26,83
PEDACOS E MIUDEZAS, COMEST. DE GALOS/GALINHAS, CONGELADOS	14.299.250	0,54	31.391.354	0,93	-54,45
OUTRAS MIUDEZAS COMESTÍVEIS DE BOVINO, CONGELADAS	14.007.498	0,53	17.123.103	0,51	-18,20
OUTRAS MADEIRAS PERF. ETC., NÃO CONÍFERAS	11.702.566	0,44	9.717.550	0,29	20,43
BULHAO DOURADO, PARA USO NÃO MONETÁRIO	11.134.351	0,42	7.857.580	0,23	41,70
BEXIGAS E ESTOMAGOS, DE ANIMAIS, EXC. PEIXES, FRESCAS, ETC.	9.949.705	0,37	7.922.253	0,23	25,59

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Secretaria de Comércio Exterior

Fonte: Ministério do Desenvolvimento. Secretária do Comércio Exterior (2015).

Dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA) 2012 do IBGE, constantes no anexo I, retratam um desempenho industrial favorável ao setor em Mato Grosso na última série divulgada e demonstram, que a agropecuária contribuiu para o setor industrial, corroborando o enfoque sistêmico da agropecuária no contexto da economia mato-grossense, identifica-se ainda que, o setor de alimentos tem grande participação no Valor da Transformação Industrial (VTI), bem como no pessoal ocupado no setor industrial, de acordo com os dados da referida pesquisa.

A análise dos dados recentes do Índice de Produção Industrial de Mato Grosso (IPI-MT), resultante da Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física (PIM-PF) do IBGE, que objetiva refletir as alterações das quantidades de bens e serviços produzidos, demonstra que no período 2014 a fevereiro de 2015, MT apresentou maior incidência de resultados positivos ao longo do ano de 2014 e nos primeiros meses de 2015 quando comparados ao índice nacional, estes dados figuram no anexo J. As informações apresentadas, revelam que Mato Grosso vem registrando resultados satisfatórios na produção agropecuária, e mais recentemente, na indústria, ensejando

novas análises e demonstrando a diversidade e potencialidades a serem estudadas no âmbito estadual.

A partir de 2010, a economia mato-grossense vem experimentando crescimento significativo da sua produção industrial, fato que altera e diversifica sua base econômica, além de romper a lógica das análises calçadas exclusivamente na presença do modelo primário-exportador. Esse é um tema de investigação para trabalhos vindouros. (PEREIRA, 2012, p. 15).

Assim, os dois momentos da história de Mato Grosso, que foram apresentados no início deste capítulo, foram caracterizados por ocupação do estado, via fluxos migratórios. Tais movimentos, possibilitaram o surgimento de distintos processos históricos, de crescimento e por conseguinte desenvolvimento. Processos estes que propiciaram no momento inicial, a formação de núcleos urbanos subordinados a um poder central e com características dependentes.

Em momento posterior, no contexto da expansão da fronteira agrícola, observa-se a formação de núcleos urbanos mais independentes, fundamentados principalmente, em grandes projetos de colonização. Nesse contexto, surgiram municípios com características culturais distintas dos primeiros. Tal diversidade talvez persista ainda nos dias de hoje, e podem produzir impactos na dinâmica socioeconômica dos municípios mato-grossenses, possibilitando coexistir regiões com forte influência das técnicas tradicionais de produção ao lado de regiões que foram criadas em função da colonização com o objetivos do progresso e modernidade. Por conseguinte, municípios e regiões traçaram e estão traçando trajetórias de desenvolvimento diferenciadas, tendo como base o modelo primário exportador orientado pelo Estado.

Desta forma, temas como o desenvolvimento regional e a agropecuária de MT ensejam novas pesquisas e reflexões, pois a economia desse Estado ao mesmo tempo consegue ser complexa, dinâmica e conservadora (PEREIRA, 2012).

3 PRINCIPAIS TEORIAS SOBRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O objetivo do presente capítulo é rever as teorias do desenvolvimento que possuem o foco na realidade de regiões cuja base produtiva depende da exploração de recursos naturais, dada a similaridade destas características com as do Estado de Mato Grosso. Nesse sentido é fundamental resgatar o *mainstream* da Teoria Clássica do Crescimento; o pensamento de Celso Furtado; as Teorias institucionalistas e o institucionalismo de Douglas North. Além destes, o pensamento contemporâneo de autores não elencados nas vertentes acima, também serão abordados ao final do capítulo, dadas as importantes colaborações para as discussões do desenvolvimento na atualidade. Autores como Veiga, Sen, Barquero, fornecem contribuições importantes à análise, na medida em que, consideram variáveis tais como, desenvolvimento econômico local ou desenvolvimento endógeno, base econômica voltada para a exploração dos recursos naturais, economia agro-exportadora e a importância do contexto histórico e institucional como fatores explicativos do processo de desenvolvimento.

O desenvolvimento econômico é abordado na literatura econômica, para avaliações acerca da efetividade das políticas públicas implementadas pelos governos. Foi a partir da Segunda Guerra Mundial que a noção de desenvolvimento despertou atenção geral e passou a fazer parte da análise econômica, ao mesmo tempo em que abriu espaço para uma acalorada discussão sobre a necessidade de reformulação do seu conceito, pois até então, desenvolvimento era visto como sinônimo de crescimento.

Segundo Veiga (2008), até 1960 não se sentia a necessidade de diferenciar desenvolvimento de crescimento econômico, uma vez que os países desenvolvidos tornaram-se ricos pela industrialização, já os subdesenvolvidos, para os quais a industrialização era incipiente, eram os pobres. Na década de 50, o intenso crescimento econômico evidenciado em países semi-industrializados não foi acompanhado por melhorias no acesso a bens materiais e culturais, como ocorreu nas nações desenvolvidas. Esse cenário deu início ao debate internacional sobre desenvolvimento. Porém, os termos estão ligados, visto que crescimento é um primeiro processo quantitativo, que gera pré-condições para as mudanças qualitativas. Assim, os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento, mais utilizados, apontam que crescimento pode ser definido como: “uma simples variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento

envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas”. (SOUZA, 2005, p. 6).

Para Furtado (2004 p. 484) “ [...] quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento”. Nessa linha de pensamento, para haver desenvolvimento econômico é preciso que os aspectos quantitativos, característicos do crescimento, consubstanciado em especial pelo aumento do PIB, se transformem em aspectos qualitativos, materializados em melhorias na qualidade de vida das pessoas, redistribuição de renda, mudanças estruturais, conservação do meio ambiente, melhoria das instituições, etc.

Deste modo, tornam-se necessários determinados fatores essenciais e imprescindíveis para que se explique desenvolvimento:

O desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)” (VASCONCELLOS; GARCIA, 1998, p. 205).

Assim qualquer pensamento que busque explicar o processo desenvolvimentista, deve considerar inicialmente o processo de crescimento, concebendo na sequência a melhoria na vida das pessoas de forma continuada e duradoura. Não existe neste estudo, a pretensão de contemplar o conjunto de teorias e autores de cada linha, mas aquelas que possibilitam aderência às características do processo de desenvolvimento do Estado, possíveis de contribuir para a análise, conforme segue apresentado.

3.1 Teorias Clássicas do Crescimento (*mainstream*)

Para as teorias clássicas de crescimento da economia convencional (*mainstream*), denominadas teorias ortodoxas dominantes, desenvolvimento é o mesmo que crescimento, que por sua vez, depende do nível de investimentos produtivos realizados na economia. As teorias clássicas apresentam preocupação com o crescimento econômico a longo prazo, sendo este, uma função do nível de poupança, e o investimento depende do nível de poupança. Assim, boas políticas de desenvolvimento, devem estimular a poupança, que por sua vez, se converterá em

investimentos, como o crescimento econômico é o principal meio para alcançar o desenvolvimento econômico, estes conceitos são equivalentes. Constituem-se em elementos comuns para tais teorias, a de que o Produto Interno Bruto é a medida central do crescimento, a ausência de uma perspectiva histórica do capitalismo bem como das características intrínsecas das economias nacionais, acredita-se que as categorias básicas de análise, encontram-se em um plano único da teoria econômica.

As maiores expressões nessa linha de pensamento, são os modelos de crescimento de Harrod e Domar, de Robert Solow, a teoria das etapas de crescimento de Rostow e teoria dos pólos de crescimento de François Perroux.

3.1.1 Os modelos de Harrod & Domar e Solow

Roy Harrod (1939) e Domar (1946) propuseram modelos de crescimento baseados na hipótese de que o crescimento é financiado por poupança e concluem ser possível um crescimento contínuo e estável, porém a hipótese seria a de que os fatores de produção (capital e trabalho) deveriam possuir proporções fixas, o que na prática pode não ocorrer, principalmente em países em desenvolvimento. Os modelos de Harrod e de Domar determinam que a taxa de crescimento da renda e a taxa de crescimento dos investimentos são função direta da propensão a poupar e função inversa da relação capital/produto. Assim, para o crescimento com pleno emprego, a renda nacional deve crescer de forma idêntica ao ritmo da capacidade produtiva (MEIER; BALDWIN, 1968, p.147). O modelo parte do pressuposto de que os fatores trabalho (L) e capital (K) são combinados em proporções fixas para gerar um montante (Y) de produto. Nas economias subdesenvolvidas o fator escasso é K, assim o ritmo do crescimento de K que determina a taxa de crescimento de Y. Assim sendo, o crescimento de Y, que é resultante de K, depende do coeficiente técnico, que é dado pela razão capital (K) produto (Y).

A fórmula da taxa do crescimento, é expressa pela razão de S (poupança) pelo coeficiente técnico (razão capital/produto - cp), sendo que o coeficiente técnico (cp) que garante o crescimento equilibrado $G_w = S/C_p$, onde G_w é a taxa de Crescimento garantida, S representa a poupança (parcela da renda desviada do consumo), e C_p indica a razão capital/produto – coeficiente técnico.

Logo, a solução para o crescimento seria o aumento do investimento, por conseguinte, esse modelo teve forte influência nas políticas dos organismos de ajuda internacional, sendo alvo de críticas tanto do pensamento conservador quanto de outras correntes alternativas.

Para Solow (1956), a instabilidade latente do modelo Harrod; Domar reside na hipótese de que a produção se realiza a partir de proporções fixas dos fatores de produção (capital e trabalho). E na impossibilidade de substituir trabalho por capital, só haveria uma relação compatível com o crescimento equilibrado. Essa hipótese é rejeitada por Solow, que propõe modelo que admite a perfeita substituição entre os fatores produtivos. Desta forma, não haveria limites para o crescimento que não sejam os impostos pela escassez de capital.

But this fundamental opposition of warranted and natural rates turns out in the end to flow from the crucial assumption that production takes place under conditions of fixed proportions. There is no possibility of substituting labor for capital in production. If this assumption is abandoned, the knife-edge notion of unstable balance seems to go with it. (SOLOW, 1956, p. 65).

A hipótese da perfeita substituição dos fatores, é um argumento poderoso para liberar o crescimento da escassez relativa de recursos, o modelo apresentado mostra como a relação entre poupança, crescimento demográfico e avanço tecnológico influenciam sobre a acumulação de capital e no crescimento econômico. O modelo parte dos pressupostos de que a população e a força de trabalho crescem a taxas constantes; a poupança e o investimento são proporções fixas do PIB líquido em dado período; a tecnologia é afetada por dois coeficientes constantes: a força de trabalho por unidade de produto e o capital por produto.

Partindo dos três pressupostos, Solow chegou a conclusão geral que: o progresso tecnológico é a única explicação do constante aumento da melhoria de vida. E ainda, que apenas um baixo crescimento da população aliada a uma acelerada mudança tecnológica são capazes de gerar um aumento permanente na taxa de crescimento econômico e que aumentar a poupança e o investimento resultaria apenas em um crescimento transitório.

As críticas ao modelo foram várias, mas a que mais se destaca dentre outras e no contexto deste estudo, é a de que a análise ilustra somente o caso de países industrializados. Posteriormente, o autor incluiu o uso de recursos naturais não renováveis em seus modelos de crescimento, porém, sem mudar estruturalmente os resultados.

3.1.2 Teoria da modernização de Rostow

Rostow (1960) é um dos principais autores da chamada Teoria da modernização, classificada como as tentativas de explicação da transição de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna. De acordo com o autor, é possível classificar todas as sociedades, a partir de seus aspectos econômicos em cinco etapas:

- 1) Sociedade Tradicional
- 2) Pré-condições para a decolagem (take-off)
- 3) Decolagem (take-off) a um crescimento auto sustentado
- 4) Caminho para a maturidade
- 5) Consumo de massa

A sociedade tradicional, seria aquela com a predominância de técnicas rotineiras e arcaicas de produção, sendo a principal atividade econômica a agricultura. Dadas a instabilidade e as limitações nas condições de produção, um fator que define tal etapa é baixo teto do PIB per capita. Na segunda etapa, caracterizada como uma sociedade em transição, são apresentadas as condições para a “arrancada” rumo ao desenvolvimento. As condições seriam, a “aceitação” e utilização de ciência e tecnologia pela população. As condições não emergem de forma endógena, e são feitas vias “intromissões” das sociedades modernas. Do confronto entre o tradicional e moderno, inicia-se um processo de mudanças nas estruturas institucionais vigentes, e faz surgir a noção da necessidade do progresso econômico para outros propósitos tais como: dignidade nacional, ampliação do lucro privado, bem estar geral etc.

Importante que nessa etapa surge uma nova classe de empreendedores dispostos a assumir riscos para obter os ganhos da modernização, instituições financeiras e a agricultura passa a ceder lugar aos setores industriais e de serviços, todavia ganhando, ganha importância como supridora de alimentos a população e fornecimento de recursos para investimentos em outros setores da economia. No entanto, as novas atividades, ainda se encontram restritas a um contexto de baixa produtividade, estruturas sociais e político institucionais arcaicas. Sendo necessária uma coalizão nacional em oposição aos interesses regionais (forças coloniais) para proporcionar condições para a fase seguinte da decolagem. A etapa da decolagem é aquela em que ocorre um acelerado

aumento da poupança (investimentos) que passam de 5% para 10% da renda nacional. Os setores industrializados passam a crescer mais do que os outros setores da economia, os lucros são reinvestidos. O aumento da renda dentro do sistema propicia o aumento da renda per capita. Nesta fase, segundo Rostow, ocorre um rápido desenvolvimento de uma estrutura político social e institucional, ilustrando a fase com as experiências do EUA e Canadá.

O caminho para a maturidade, quarta etapa, se configura como um longo período de progresso sustentado, caracterizado pelo domínio da tecnologia de ponta e amplas possibilidades de produção industrial. Os investimentos aumentam de 10% para 20% do PIB, ultrapassando o ritmo do crescimento demográfico, por consequência aumentando o PIB per capita. Ocorre uma expansão do comércio internacional concomitante com um processo de substituição de importações, segundo Rostow, somente após 60 anos da decolagem uma economia está no estágio de “madura”. A última fase denominada a “Consumo de massa”, é a etapa onde a população experimenta um alto nível de vida, usufruindo do conforto de uma sociedade industrializada, sendo uma característica das sociedades desenvolvidas atuais.

3.1.3 Teoria dos pólos de crescimento de Perroux

Observadas as disparidades de renda e crescimento nas economias, em meados dos anos 1960, o conceito de “pólos de crescimento” passou a ser o centro de interesses e análises estratégicas do desenvolvimento regional, nacional e supranacional, especialmente nos países latino-americanos. A teoria dos pólos de crescimento foi elaborada em meados de 1950 pelo francês François Perroux, em um momento de crise e reestruturação do sistema capitalista mundial, onde os olhares se voltam para as recém-independentes colônias africanas e asiáticas que emergem enquanto nações.

Perroux(1967) constatou que o crescimento não surge em todas as partes e ao mesmo tempo, manifestando-se com intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento, propagando-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis no conjunto da economia. Para o autor, o instrumento chave da teoria dos polos de crescimento seria a indústria motriz, entendida como aquela que impulsiona toda a economia e gera efeitos desestabilizadores (economias externas) tanto positivos quanto negativos, que se propagam por todo o sistema econômico.

A inovação gerada pela indústria motriz introduz variantes diferentes e suplementárias no horizonte econômico e nos planos dos agentes e dos grupos de agentes dinâmicos, tem um efeito desestabilizador. A inovação bem realizada por certos agentes serve como valioso exemplo para outros e dá origem a imitações que, por sua vez, são criativas. Finalmente a inovação realizada com êxito, ao deixar patente a desigualdade entre os agentes que a aplicam e os que não, desperta nestes o desejo de ganho e de um poder semelhante.(PERROUX, 1973, p.15 apud ENRIQUEZ, 2010, p.33).

Retomando o conceito de “enclave” apresentado no capítulo anterior, observa-se que em dadas circunstâncias, o desenvolvimento subsequente dependerá do nível e da qualidade dos efeitos das inovações sobre as estruturas preexistentes e das conexões existentes entre a indústria motriz e as indústrias afetadas. Sendo que a atividade produtiva resultante se constituirá um pólo para a região, na medida em que os efeitos positivos superarem os efeitos negativos. Efeitos negativos tais como: prejuízos para outras empresas, não absorção da mão de obra regional etc, podem ser ‘filtrados’, e se predominarem, a atividade passa a se constituir um “enclave” para a região.

Nesse sentido, considerando uma economia com base agrário exportadora, os efeitos das externalidades negativas decorrentes da degradação ambiental precisam ser considerados, bem como a capacidade das economias locais de promover estrutura fiscal eficiente para absorver os benefícios da atividade motriz, revertendo para a economia local. Estes aspectos merecem destaque para estudos regionais, e em especial neste estudo sobre a trajetória do desenvolvimento de Mato Grosso

O fenômeno, conhecido como polarização, tem dado ensejo a vários estudos com diferentes pontos de vista. Não raro observar o uso do termo “pólo econômico” no Estado de Mato Grosso para caracterizar cidades, conjunto de cidades. A concentração das atividades econômicas em alguns pontos do espaço no Estado de Mato Grosso é uma questão fundamental para o planejamento econômico e social, as suas causas precisam ser investigadas e suas repercussões avaliadas. Pólos de crescimento, segundo Perroux (1967), são consequência da aglomeração territorial de um pólo industrial complexo, onde se registram efeitos de intensificação das atividades econômicas, dada a existência de indústrias motrizes (ou chaves) e movidas. A aglomeração industrial-urbana que se cria em tal contexto propicia crescimento progressivo e diversificado do consumo. As necessidades coletivas (habitação, transportes, serviços públicos) tendem a se expandir rapidamente. Cria-se, assim, uma atmosfera de progresso, e aos lucros crescentes somam-se as rendas da terra. A intensificação do crescimento

nos pólos industriais complexos dá origem a outros centros de acumulação, propiciando-se correntes de trocas. Os pólos de crescimento, assim, são vistos como irradiadores do crescimento.

O pólo de crescimento é sempre um ponto ou uma área que influencia uma determinada região. Para que esta influência realmente seja exercida em toda sua dimensão, o pólo precisa dispor de canais que estabeleçam sua ligação com toda a região por ele influenciada. As estradas, os meios de transporte e de comunicação, desempenham esta função possibilitando o crescimento dos pólos principais, pela formação do que Perroux chama de “nós de tráfego” e de “zonas de desenvolvimento”. Assim a polarização é percebida como um fenômeno inerente ao crescimento, no entanto, efêmero, dado que o crescimento das regiões periféricas se dá por indução do próprio dinamismo do pólo. Essa indução ocorre porque a região próspera conta, como foi visto, com um pólo industrial complexo dotado de indústrias motrizes.

A respeito destes desdobramentos nas economias, Perroux destaca a necessidade da promoção de transformações significativas na estrutura regional, em especial, no sentido de promover medidas complementares que potencializem os efeitos positivos. Isso se daria por meio da cooperação entre regiões ricas e pobres, no sentido de promover o desenvolvimento técnico e humano, apontando como peça fundamental nesse contexto, a promoção de políticas públicas e novas estruturas de organização políticas administrativas.

As teorias apresentadas fizeram parte do *mainstream* econômico e serviram de base para o estudo do crescimento econômico nos países a partir das décadas de 40 e 50, suas contribuições foram fundamentais para as ações de políticas públicas e estimularam a adoção de ações e intervenções no âmbito nacional. Pode-se dizer que a perspectiva do desenvolvimento exógeno predomina nestas abordagens, e assim sendo segue uma breve consolidação de suas ideias, variáveis utilizadas, alternativas e propostas para o desenvolvimento, bem como sua pertinência no contexto atual, para na sequência, apresentar as teorias com perspectivas distintas.

Para Solow (1956), dadas as hipóteses fundamentais do seu modelo matemático, existe convergência econômica para países ricos e pobres, assim todos os países tenderão para o mesmo equilíbrio de longo prazo, porém essa convergência pode levar décadas para ser alcançada. As taxas de crescimento da população e do conhecimento tecnológico (por hipótese do modelo) são exógenas e constantes, logo o crescimento econômico não depende de qualquer variável endógena, assim a política econômica pouco ou nada pode fazer no sentido de fomentar o crescimento econômico no longo prazo. A poupança se transforma automaticamente em

investimento, e não se considera inicialmente no modelo, a exaustão dos recursos naturais. A questão maior que se apresenta no contexto atual quanto a pertinência da contribuição do autor reside na consideração de que as taxas de crescimento de longo prazo são determinadas basicamente por fatores exógenos. Assume-se no modelo, que a população cresce a taxas constantes exógenas e que todos os trabalhadores trabalham com a mesma intensidade, e que as crises tem caráter temporário não se relacionando com a estrutura da economia.

A abertura da economia, a atual diversificação, o papel dos preços relativos, a crescente importância do comércio e do serviço, das redes de comunicação, o fator humano, no contexto da globalização e o acesso as informações com rapidez instantânea, impactam a mobilidade dos fatores de produção, e não se constituem objeto de alcance do modelo proposto por Solow, o que prejudica a análise dentro de um contexto regional ensejando uma análise que contemple os fatores apresentados no contexto atual.

As questões fundamentais de Rostow (1960) giram em torno das economias estagnadas ou primitivas, e os desafios impostos a estas para superação desta condição, no que tange sua teoria ser classificada como uma crítica a países economicamente mais frágeis ou de sistema político diverso, a mesma se apresenta como uma proposta de desenvolvimento em ciclos, na qual setores dinâmicos da economia o seu constante crescimento e os saltos entre esses ciclos. A teoria fez muito sucesso desde que seu livro foi lançado, em 1961. Contudo, a ideia da existência de fases na evolução das sociedades tem sido menos aceita nos dias de hoje, pela dificuldade de generalização dessas etapas para todas as economias. Os diferentes povos apresentam culturas variadas e não passam, necessariamente, pelos mesmos estágios de outras economias. Exemplo disso é fornecido pela própria economia norte-americana. As diferentes regiões norte-americanas não teriam passado pelas fases do crescimento regional, como na Europa: economia de subsistência, indústria local para os agricultores, industrialização em geral e especialização em serviços para exportação. Elas teriam surgido, desde o início, na forma capitalista e orientadas para a exportação, com base nos mercados mundiais (NORTH, 1977, p. 295). Especificamente em Mato Grosso, a produção para a exportação, surgiu simultaneamente com a economia de subsistência, como a extração de borracha e madeira, a pecuária de corte e recentemente a produção de grãos na fronteira agrícola.

Perroux (1967), longe de esgotar o assunto tem o mérito de explicitar que, no "pólo", se desenvolve a moderna indústria capaz de absorver avanços tecnológicos. Além disso, que uma

indústria é capaz de exercer ação sobre o meio no qual se insere graças aos seus efeitos de encadeamento e, inclusive, de gerar economias externas, esta situação pode a princípio explicar os chamados “pólos de desenvolvimento de Mato Grosso”, amplamente conhecidos, a exemplo dos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Sorriso, Sinop, Campo Verde, Primavera do Leste, Rondonópolis dentre outros.

No entanto aspectos importantes não são contemplados por Perroux, principalmente a questão dos mecanismos de difusão do crescimento e as economias de aglomeração geradas no pólo. Sendo este um ponto fundamental que este estudo pretende abordar, na medida em que nestas situações, possa existir ser uma oportunidade para o desenvolvimento endógeno como forma de resolver as questões da difusão e disseminação do conhecimento dos pólos, promovendo assim a difusão do crescimento. Visto que o pólo de crescimento pode não se identificar como pólo de desenvolvimento, na medida em que o desenvolvimento é a combinação de mudanças sociais e mentais de uma população que a tornam apta a crescer, cumulativamente e de forma durável.

3.2 O Pensamento de Celso Furtado

A contribuição do economista Celso Furtado para a teoria do desenvolvimento da América Latina e em especial do Brasil, é de extrema importância para a compreensão do processo de desenvolvimento brasileiro após a segunda guerra mundial. Da mesma forma, a tentativa de explicar a trajetória do desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, encontra caminho na obra de Furtado, no seu método de análise histórico-estrutural, que configura-se como um sistema analítico voltado à interpretação das transformações nas estruturas econômicas, políticas, institucionais, culturais, a partir da perspectiva histórica de médio e longo prazo.

O método de análise furtadiano, foi se desenvolvendo ao longo dos anos de estudos e análises como economista junto à Comissão de Estudos para a América Latina (CEPAL), cujas recomendações influenciaram fortemente a condução das políticas econômicas dos países latino americanos principalmente, ao longo dos anos 1950 a 1960. Furtado teve participação decisiva junto com Prebisch na formulação da teoria estruturalista latino-americana. O “estruturalismo” proposto pela CEPAL enfatizava problemas tanto na estrutura econômica como na natureza da exposição das economias subdesenvolvidas ao mercado internacional, sendo necessário observar

as estruturas sociais dentro das quais os custos são formados e o excedente é apropriado. Desta forma, crescimento e o progresso técnico ocorrem de forma diferenciada nos países periféricos, com consequências para o comércio internacional e a divisão do trabalho. A inclusão da dimensão histórica à análise estruturalista e a percepção do sub-desenvolvimento com um sistema de cultura (material e imaterial) são contribuições importantes do autor à análise estruturalista.

A partir das análises de séries históricas de estatísticas comerciais compiladas de diversos organismos internacionais, demonstrou-se a chamada “deterioração nos termos de intercâmbio” no comércio internacional, onde haveria no contexto do comércio internacional uma desvantagem dos produtos primários (periferia) frente aos produtos manufaturados (centro), por razões associadas aos limites da expansão dos produtos agrícolas, bem como a baixa elasticidade-renda da demanda. Assim consoante com a CEPAL, às alternativas propostas para superação do subdesenvolvimento, exigiam reformas estruturais e, principalmente a promoção da industrialização substitutiva das importações, para superação das vulnerabilidades das economias latino americanas.

Contudo, mesmo tendo como núcleo de análise, as relações “centro e periferia” e a “deterioração das relações de troca”, Furtado (1961) desenvolveu uma análise própria demonstrando a dualidade óbvia que existe e se agrava, cada dia mais, entre as economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas, o que exigiria uma formulação desse problema em termos distintos. Levando-o a concluir que o subdesenvolvimento seria, portanto um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual teriam que teriam passado necessariamente as economias que já tinham alcançado grau superior de desenvolvimento, desta forma, para captar a essência do problema das economias subdesenvolvidas, seria necessário levar em conta essa peculiaridade. (FURTADO, 1961).

Para Furtado, o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. O subdesenvolvimento só pode ser entendido inserido no contexto histórico global, pois é resultado de expansão das economias capitalistas do centro estruturando a periferia dependente numa forma particular. É consequência da própria propagação rápida de novas formas de produção e de consumo de centros irradiadores de inovações tecnológicas em estruturas arcaicas e marcadas pela desigualdade. Subdesenvolvimento não deve ser estudado como uma fase do processo de desenvolvimento, como se determinada fase fosse superada se as economias subdesenvolvidas reproduzissem

padrões de desenvolvimento das economias avançadas, sendo assim, o subdesenvolvimento, uma “situação histórica particular”¹⁶ vivida por países como o Brasil e que não fora enfrentada pelos países de padrão socioeconômico superiores.

Assim, fica claro para o autor, o conceito de socialização das perdas e o da estrutura dual em que convivem setores atrasados e modernos, gerando o fenômeno do subdesenvolvimento, bem como uma tentativa de mapear as origens do atraso brasileiro por meio do estudo de seus ciclos econômicos. E ainda que o desenvolvimento sustentado só seria possível a partir de um projeto nacional capaz de colocar as inovações tecnológicas plenamente a serviço dos interesses da população. Sendo, necessário para tal, recolocar o próprio processo de construção de uma estrutura produtiva nacional, integrada e competitiva como centro dinâmico da economia.

Desenvolvimento econômico consiste na introdução de novas combinações de fatores de produção visando aumentar a produtividade do trabalho. Quando cresce a produtividade do trabalho aumenta o produto social, isto é, a quantidade de bens e serviços à disposição da sociedade. Por outro lado, o crescimento da renda provoca nos consumidores reações que aumentam a procura e modificam sua estrutura. O aumento e a diversificação da procura fazem com que também se modifique a estrutura da produção. (FURTADO, 1961, p. 91-92).

As regiões que conseguiram progredir através da absorção do avanço das técnicas de produção, tenderam a especializar-se, tornando-se focos geradores de progresso tecnológico, garantindo por outro lado, a utilização mais eficaz dos recursos produtivos disponíveis (FURTADO, 2000).

O método histórico cultural de análise do subdesenvolvimento periférico latino americano, proposto por Furtado, explora a interação entre a abordagem indutiva e o marco teórico estruturalista, pois a análise das estruturas subdesenvolvidas figura como referência teórica genérica para o exame das tendências históricas, compondo um método atento às mudanças do comportamento dos agentes sociais e à trajetória das instituições (BIELSCHOWSKY & MUSSI, 2005). Tais contribuições ao estruturalismo apresentadas por Furtado, integram elementos importantes à análise do desenvolvimento de que podem existir estruturas institucionais pouco favoráveis a acumulação, notadamente as “periféricas” em contrastes às centrais, que podem contribuir a explicação das diferenças no processo dos municípios de Mato Grosso, demonstrando-se assim, a contribuição das teoria institucionalistas para à análise do processo de desenvolvimento.

¹⁶ Furtado, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nacional, 1967. p. 212.

3.3 Teorias institucionalistas

As instituições, estruturas e normas podem reforçar ou enfraquecer a resiliência humana – Relatório do Desenvolvimento Humano (2014, PNUD, p. 14).

Os modelos formais de crescimento (“desenvolvimento”) apresentados desde meados do século passado, conforme apresentados anteriormente, foram experimentando mudanças significativas na tentativa de explicar as diferentes trajetórias de crescimento dos países. Essas teorias, em geral, baseavam-se nas questões da produtividade dos fatores de produção, decorrente do avanço tecnológico e da acumulação de capital físico e humano para explicar o crescimento. Em geral, o ideário conceitual e metodológico do pensamento institucionalista está mais próximo do campo analítico heterodoxo do que do *mainstream* neoclássico, visto que os princípios institucionalistas originaram-se a partir da oposição aos fundamentos de equilíbrio, e racionalidade substantiva. Qualquer abordagem analítica que se pretenda institucionalista deve incluir *path dependency*, reconhecer o caráter diferenciado do processo de desenvolvimento econômico e pressupor que o ambiente econômico envolve disputas, antagonismos, conflitos e incertezas.

As teorias de cunho institucionalista, “desviam” a análise do foco exclusivo nos aspectos materiais (fatores econômicos) e políticos (dominação, dependência etc) para um aspecto mais sutil presente em todas as dimensões do desenvolvimento: as instituições criadas pela sociedade. Para esses autores, as instituições, ao se constituírem em mecanismos de ação coletiva, teriam como fim dar “ordem” ao conflito e aumentar a eficiência (CONCEIÇÃO, 2002, p. 128).

Tal abordagem com característica menos “economicista”, abre possibilidades para novas “alternativas” de construções teóricas para compreensão da trajetória do desenvolvimento, que acabaram por questionar alguns fundamentos da teoria neoclássica, porém sem representar, uma exata ruptura com a referida teoria. Para Conceição (2002), as novas construções neoclássicas de desenvolvimento não conseguem incorporar em sua análise três elementos fundamentais para a compreensão desses processos: a tecnologia, enquanto corpo de conhecimento e de prática cujo processo envolve domínio e avanço tecnológico; a natureza da firma e sua organização; e a natureza e o papel das instituições econômicas, as quais estabelecem o ambiente no qual as firmas operam.

O pensamento institucionalista, apesar de representar um campo de estudo, caracteriza-se pela não homogeneidade na abordagem teórica, sendo dividida em três vertentes: a Velha Economia Institucional (VEI), o Neoinstitucionalismo e a Nova Economia Institucional (NEI). As três correntes porém, aproximam-se do corpo do conhecimento, na medida em que apresentam como ponto convergente, a negação do funcionamento da economia como algo estático, regulado pelo mercado na busca do equilíbrio ótimo. O tratamento teórico da economia institucional não considera o mercado como uma ordem espontânea, mas sim como uma instituição socialmente construída. Neste enfoque, são objeto de análise econômica: as transações; os contratos; as organizações; as leis; os costumes; as convenções; a tecnologia; o Estado, entre outras. As políticas públicas, os processos políticos e a evolução das instituições e o próprio desenvolvimento econômico são também parte do objeto de análise da economia institucional. Tais abordagens são referências interdisciplinares para a explicação dos processos de desenvolvimento econômico, pois as modelagens formais teóricas fundadas no individualismo metodológico não conseguem captar, no mundo real e dinâmico, os fatores explicativos do desenvolvimento, bem como, a razão das desigualdades existentes.

Três hipóteses de trabalho aglutinam o pensamento da NEI: em primeiro lugar, as transações e os custos a ela associados definem diferentes modos institucionais de organização; em segundo lugar, a tecnologia, embora se constitua em aspecto fundamental da organização da firma, não é um fator determinante da mesma; e, em terceiro lugar, as “falhas de mercado” são centrais à análise (WILLIAMSON, 1991a, p. 18), o que confere importância às “hierarquias” no referido marco conceitual.

North se preocupa com a mudança institucional e com o desempenho de longo prazo das economias, onde as instituições redutoras da incerteza e estruturantes de incentivos que formam o caminho do desenvolvimento das economias podem ser favoráveis levando, com isso, a uma situação em que elas podem funcionar como impulsionadoras do crescimento ou limitadoras deste.

Assim, na medida em que este trabalho busca os fatores explicativos do desenvolvimento, bem como de suas desigualdades no âmbito regional e municipal do Estado de Mato Grosso, a teoria institucional propõe que as instituições podem atuar favoravelmente ou negativamente em prol do desenvolvimento. A teoria considera ainda, que a história possui relevância, assim permeado pelo contexto do processo de ocupação, disposição dos incentivos governamentais,

regras institucionais etc, ao longo do tempo no Estado, será dado enfoque ao pensamento institucionalista de Douglas North e Putnam como forma de subsidiar a análise dos dados.

3.3.1A economia institucional de Douglas North

North (1992), é uma das principais referências da Nova Economia Institucional (NEI), sua construção teórica tem como pilares os conceitos fundamentais de instituições, organizações, bem como o de “custos de transação” de Ronald Coase (1960).

As instituições compreendem regras formais, limitações informais (normas de comportamento, convenções e códigos de conduta auto-impostos) e os mecanismos responsáveis pela eficácia desses dois tipos de normas. Em suma, constituem o arcabouço imposto pelo ser humano e seu relacionamento com os outros [...]. Se as instituições constituem a regra do jogo, as organizações são os jogadores. As organizações compõem-se de grupos de indivíduos dedicados a alguma atividade executada com determinado fim. As limitações impostas pelo contexto institucional (ao lado de outras restrições normais em qualquer economia) definem o conjunto de oportunidades e, portanto, o tipo de organizações que serão criadas. (NORTH, 1992, p. 11).

As instituições são as regras do jogo numa sociedade ou, mais formalmente, são as limitações idealizadas pelo homem que dão forma às interações humanas. Assim, em sentido amplo, as instituições podem ser entendidas como as normas implícitas ou explícitas que regulam a adoção de decisões pelos indivíduos e que limitam, seja voluntariamente ou involuntariamente a capacidade de escolhas. Para o autor, se as instituições são as regras do jogo, as organizações¹⁷ e seus atores são os jogadores, e da interação entre instituições e organizações que se estabelece a evolução institucional da economia, na medida em que as organizações consistem de grupos de indivíduos unidos por um propósito comum, e com objetivos definidos.

Instituições tem um papel importante porque reduzem as incertezas e proporcionam uma estrutura para a vida cotidiana, na medida em que definem e limitam o conjunto de escolhas humanas, em conformidade com a função objetiva das organizações.

Neste ponto a NEI começa a distanciar dos pressupostos neoclássicos, pois admite que a análise econômica convencional (neoclássica) é limitada para explicar a realidade do desenvolvimento, pois os modelos simplificadores não conseguem abarcar as diferenças entre

¹⁷Dentre outras, se destacam as organizações: políticas (partidos políticos, assembleias municipais, os corpos reguladores), econômicas (empresas, sindicatos, cooperativas), sociais (igrejas, clubes, associações esportivas) e educativas (escolas, universidades, centros de ensino técnico) de acordo com North, 1992.

países e regiões, sendo dado que as instituições constituem em variáveis exógenas do modelo de funcionamento de mercado.

Segundo os neoclássicos, os mercados funcionam em concorrência perfeita, e não existem assimetrias no acesso às informações que possibilitam aos agentes desenvolverem suas ações e tomadas de decisões. Logo, as instituições, para os neoclássicos, são uma variável exógena do modelo de funcionamento dos mercados e, conseqüentemente, das teorias do desenvolvimento econômico, haja vista que para eles desenvolvimento significa elevação da produtividade com base no aprofundamento da divisão social do trabalho e aumento do excedente da riqueza social. (GRASEL, 2005, p. 44).

North (1992) adverte que é inegável que as instituições afetam o desempenho da economia, nesse sentido o processo de desenvolvimento econômico é também um processo de desenvolvimento das instituições ou evolução de uma determinada matriz institucional (conjunto de regras formais e informais), e que as instituições importam e devem ser inseridas nos modelos de desenvolvimento econômico.

Desta forma, as categorias de especialização e conhecimento potencialmente compensadoras são função da estrutura de incentivos inerente à matriz institucional. E ainda, se em determinada sociedade, a pirataria oferece um retorno mais atraente, as organizações investirão em conhecimentos e especializações que as preparem para serem melhores piratas; se for mais compensatório aumentar a produtividade, empresas e outras organizações investirão em especializações e conhecimentos que as ajudem a atingir esse objetivo (NORTH, 1992).

Ressalta-se a importância das instituições para a diminuição das incertezas, na medida em que este fator pode ser explicativo para diferenças na trajetória do desenvolvimento de regiões e municípios, visto que as incertezas podem ser minimizadas ou potencializadas em um ambiente regional por meio das instituições ou matriz institucional. Assim municípios ou regiões que possuem “regras claras” podem se beneficiar de processos de desenvolvimento em detrimento de outras onde os atores não possuem o acesso às informações necessárias, em especial para investimentos iniciais bem como a condução dos empreendimentos.

Para a North, ainda, é dado que os indivíduos possuem racionalidade limitada, que para o autor é definida na medida em que os indivíduos não possuem, conforme admitem os neoclássicos, a capacidade de conhecer e processar todas as informações necessárias a tomada de decisões, que maximizem seu bem estar econômico e político. North, admite que as escolhas dos indivíduos são influenciadas também, por fatores não-econômicos, tais como preferências,

altruísmo, ideologias etc, assim a racionalidade é limitada, inserida em um ambiente econômico de incertezas, reforçando a importância das instituições.

Neste contexto, apresenta-se outro conceito fundamental para a NEI, que é o custo de transação. Custos de Transação, segundo Coase (1960), são definidos como os “custos de se transferir os direitos de propriedade” ou “custos de estabelecer e manter direitos de propriedade”. Para North, custo de transação significam os custos dos recursos necessários para medir os atributos, tanto legais como físicos, do que está se negociando. Os custos de observar e fazer cumprir o acordo e o risco da incerteza que reflete o grau da imperfeição na medição e cumprimento obrigatório dos termos da negociação.

Quando os custos de transação são consideráveis, as instituições passam a adquirir importância. Um conjunto de instituições políticas e econômicas que ofereça transações de baixo custo viabiliza a existência de mercados de produtos e fatores eficientes e necessários ao crescimento econômico. North (1992) destaca que Ronald Coase assinalou que só se obtêm resultados neoclássicos de mercados eficientes quando não há custos de transação.

Dada a impossibilidade no mundo real da inexistência dos custos de transação, as instituições exercem um papel decisivo, pois de acordo com sua eficiência, elas podem reduzir ou aumentar estes custos e portanto, favorecer ou dificultar o processo de desenvolvimento econômico.

Vale destacar que o enfoque institucionalista, ao contrário dos neoclássicos¹⁸, considera os custos de transação não somente nas trocas de mercado, mas também nos intercâmbios no interior das empresas e organizações, como por exemplo, considera-se a importância da gestão dentro do ambiente organizacional como fator de diminuição dos custos de transação internos, decorrentes do contínuo processo de capacitação e treinamento, bem como o alinhamento do corpo funcional aos valores institucionais da organização, que gera como consequências no grau de dedicação ao trabalho, sendo tal variável não uniformizada no contexto de estudo regional e ou municipal.

Assim, considerando a teoria institucionalista, de que as instituições, entendidas como normas (regras formais) e procedimentos (regras informais), definem uma matriz institucional vigente, que pode ser favorável ao desenvolvimento.

¹⁸Para o enfoque neoclássico, custo de transação é o somatório dos custos envolvidos para realizar a referida transação, tais como: a busca de informação sobre os preços e alternativas existentes nos mercados, a fiscalização e a medida do intercâmbio, a comunicação entre as partes e os custos de assessoramento legal. (ENRÍQUEZ, 2011, p.72)

As instituições, entendidas como normas e procedimentos de conduta humana, são responsáveis por diminuir as incertezas, tornando o ambiente social mais favorável para que os indivíduos sejam estimulados a tomar decisões econômicas e políticas. (GRASEL, 2005, p. 45).

As regras formais possuem natureza mais objetiva, podendo ser implementadas por regulamentações, leis etc. Já as regras informais estão intimamente atreladas a fatores históricos culturais.

Ressalte-se que, uma análise simplista da NEI, poderia levar a interpretações equivocadas de que seria necessário somente “criar” instituições eficientes para que os custos de transação fossem minimizados, concebendo dessa forma condições necessárias para um programa de desenvolvimento, visto que o processo evolutivo das instituições não ocorre de forma tão simples e dirigida. O ponto central da análise de North, é a evolução das instituições, o que permitiria reduzir o grau de incerteza e diminuir os custos de transação; mas como evoluem as instituições? Tal questionamento vai de encontro aos objetivos deste trabalho, que busca identificar no conjunto dos municípios de Mato Grosso, explicações para os diferentes níveis de desenvolvimento alcançados, sendo a hipótese principal a de que o ambiente institucional favorável pode criar condições para o avanço.

Neste ponto, uma solução seria o aparato estatal forte para dirimir conflitos e incertezas (regras formais), resolvidos estes problemas a economia sem óbices às transações econômicas e com os indivíduos confiantes em suas decisões, permeados por um mercado maximizador e eficiente, o processo de desenvolvimento poderia prosseguir.

Ocorre, que no contexto das instituições, existem as regras informais, de caráter mais subjetivo conforme já mencionado. Desta forma, para que as instituições evoluam se faz necessário vencer as tanto as limitações formais como as informais. O desenvolvimento econômico enfrenta dois obstáculos que têm a ver com as mudanças institucionais. São as chamadas limitações formais e informais, responsáveis pela evolução de dada matriz institucional. As limitações formais, como o próprio autor assinala, incluem as regras políticas (e jurídicas), regras econômicas e contrato. Por outro lado, as limitações informais são mais complexas e envolvem normas ou códigos de conduta, cultura, valores e ideologias formados em geral no seio da própria sociedade. (NORTH, 1992).

Assim a evolução das instituições, passa pelas limitações informais, o que traz a análise uma importância decisiva aos fatores culturais, que por vezes estão profundamente arraigados no

seio das sociedades, não sendo facilmente modificáveis. Tais questões podem se tornar muito controversas na análise acerca do desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, dadas as condições de sua ocupação e desenvolvimento de sua base econômica já apresentada, assim a abordagem institucionalista deve incluir a dependência do caminho (*path dependence*), na medida em que reconhece o caráter diferenciado do processo de desenvolvimento econômico e pressupõe que o ambiente econômico envolve disputas, antagonismos, conflitos e incertezas.

Neste contexto, os questionamentos sobre quais seriam as condições necessárias para se criar instituições fortes, responsáveis e eficazes, que se desenvolvem em ambientes e contextos históricos culturais distintos?

Para tanto, este trabalho buscará no trabalho de Putnam (1996), elementos que possam subsidiar tal entendimento. Putnam, em um trabalho pioneiro sobre a política italiana tratou destas questões, com ênfase especial, no papel de uma sociedade cívica como causa ou consequência para o processo de prosperidade social e econômica.

A conexão entre os trabalhos reunidos no que atualmente se designa Nova Economia Institucional (NEI) foram fundamentais para a formação da abordagem do capital social, sendo comum os pesquisadores ligados ao capital social, citar com frequência desde Coase (1937) a North (1992).

Putnam (1996), desenvolveu ao longo de 20 anos na Itália, um trabalho que trouxe algumas respostas na tentativa de aliar a teoria com a prática da democracia, seu foco de análise foi estudar o papel da comunidade cívica no avanço das instituições. De acordo com Putnam (1996, p. 30) “a comunidade cívica se caracteriza por cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, por relações políticas igualitárias e por uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração”, assim é a causa tanto do bom desempenho institucional quanto do desenvolvimento socioeconômico.

A junção neste trabalho das duas linhas de pesquisa, objetiva inicialmente buscar pontos de convergência e complementação para a explicação do processo de desenvolvimento do estado de Mato Grosso, bem como apresentar um contraponto as críticas mais recorrentes na teoria institucional, em especial no que diz respeito a sua perspectiva reducionista de não considerar as especificidades dos países em desenvolvimento.

Os novos institucionalistas, da mesma maneira que os neoclássicos, não descem à realidade concreta, construindo modelos e pressupostos que analisam a aparência dos fenômenos, o que não é suficiente para apreender a realidade sobre o funcionamento do

sistema e, com isso, o processo de desenvolvimento econômico. Ora, as instituições, como o próprio North (1993) afirma, são construídas pelos homens que vivem e se organizam em sociedade. (GRASEL, 2005, p. 53).

Neste contexto, este trabalho busca apresentar um diálogo da teoria institucional de North com o trabalho de Putnam, em especial suas considerações sobre a teoria da subordinação à trajetória (*path dependence*) no ambiente de análise do desenvolvimento institucional.

Destaca-se na tese de Putnam (1996), a afirmação de que as raízes da sociedade cívica estão fincadas na secular história, no caso específico, da sociedade italiana. Ele formulou essa suposição por intermédio da “tese da subordinação à trajetória, que diz o seguinte: aonde você pode chegar depende do ponto onde você está: portanto, há certos lugares impossíveis de serem alcançados a partir do ponto onde você está.

As limitações e ou perspectiva reducionista da Nova Economia Institucional, decorrem em especial da desconsideração que o Estado exerceu nas economias capitalistas papel preponderante e ainda tem essa função no desenvolvimento das forças produtivas, seja na esfera da política econômica, executando políticas fiscais, monetárias e cambiais, como articulador dos interesses privados, seja como agente produtor de bens e serviços. (GRASEL, 2005, p. 58).

Assim, direcionando o olhar para o Estado de Mato Grosso, onde as políticas de desenvolvimento foram conduzidas em grande parte por meio de políticas públicas dirigidas e pontuais ao longo de sua trajetória, tais considerações são de extrema importância para a análise deste estudo.

Desta forma, permeado pelas limitações, críticas e ou perspectiva reducionista da NEI, retomamos ao leitor a hipótese principal deste estudo, de que a existência de um ambiente institucional favorável, pode propiciar o processo de desenvolvimento. Instituições fortes podem favorecer o processo de desenvolvimento e diminuir as desigualdades do referido processo no contexto municipal.

Entende-se que adotar tal linha de pensamento, poderia reportar inclusive, a certo preconceito, levando a crer que as economias atrasadas, assim o são porque não conseguiram construir “instituições fortes”, sem levar em conta o processo econômico, político, de dominações ou não, histórico e cultural a que tais economias foram submetidas, por isso que novamente reitera-se da importância da junção da teoria institucional a da “*path dependence*” para o estudo do desenvolvimento da economia de Mato Grosso.

Para North, as normas estão ligadas ao conhecimento tácito da população, visto que envolvem características intrínsecas da sociedade, que em princípio, estão pautadas em valores, crenças, normas de conduta, e raízes históricas que, no conjunto, possibilitam o surgimento de seu aspecto cultural. Em termos gerais, ela se diferencia das Leis por não apresentar um caráter escrito, formal e documental. Ela vive no mundo psíquico da população. Por isso, sua manifestação ocorre de diferentes formas em diferentes sociedades.

Em outras palavras, as normas apresentam uma característica que está ligada ao que North (1992) vem chamando de *path dependence*. Constituem-se, portanto, de regras informais. Porém, nada impede que as regras informais alcancem um nível de manifestação formal, bem como, as regras formais façam parte da vida cotidiana das pessoas ao longo do tempo.

A dinâmica da *path dependence* para North, é impulsionada pela existência de incentivos e constrangimentos que reforçam uma determinada direção para as ações dos indivíduos e organismos sociais uma vez que ela tenha sido adotada. Tal direção na medida em que se auto-reforça na sociedade, se converte no modelo de dependência à trajetória histórica, conforme síntese de North:

É a cultura que provem a chave do *path dependence*, um termo usado para descrever a poderosa influência do passado sobre o presente e o futuro. O aprendizado corrente de uma geração tem lugar dentro do conceito de percepções derivadas do aprendizado coletivo. O aprendizado coletivo é, então, um processo incremental filtrado pela cultura da sociedade [...] (NORTH, 1994a, p. 364).

Desta forma, entender essa dependência do passado, pode explicar as dificuldades que enfrentam as economias, quando desejam alterar sua posição competitiva. Para a compreensão, do modo como a mudança institucional define a evolução da sociedade é necessário considerar três aspectos fundamentais, a estabilidade institucional (ponto de partida), o processo de mudança institucional e a dependência do caminho (*path dependence*). (ESTÊVÃO, 2004).

Sobre o primeiro aspecto, Estêvão (2004) revela que a estabilidade é realizada por um conjunto complexo de constrangimentos (regras formais e informais e mecanismos de imposição) que definem o ambiente institucional de uma sociedade e, por isso, constitui uma condição necessária para a interação humana complexa.

Putnam (1996), elenca doze indicadores do desempenho institucional, dentre eles a “estabilidade do gabinete” é o primeiro indicador elencado para a avaliação do desempenho institucional, e adverte que, “a eficácia de uma instituição depende sobretudo de sua capacidade

de bem conduzir seus negócios internos. Assim, podemos avaliar, por exemplo, a estabilidade do aparato decisório de uma instituição, a efetividade de seu processo orçamentário ou a eficácia de seus sistemas de informações administrativas”. (PUTNAM, 1996, p.79).

Para este trabalho na dimensão político-institucional foram avaliados os indicadores municipais nas dimensões: participação social e governança, que tiveram em seus cálculos as subdimensões sobre gestão fiscal e existência de organizações representativas da sociedade civil.

Desta forma, o contexto *path dependence*, portanto, quiça possa ser um elo de explicação que permite observar a influência do passado sobre o presente e deste sobre o futuro, possibilitando a compreensão das diferentes trajetórias de desenvolvimento entre as regiões, em especial para os municípios de Mato Grosso.

3.3.2 Propostas de Desenvolvimento: Endógeno, Sustentável e como Liberdade

O trabalho de Putnam em conjunto com as teorias de Sen podem indicar um caminho para a explicação do processo ocorrido no Estado de Mato Grosso, bem como sugerir direcionamentos para um processo mais equilibrado e pode tomar como base as oportunidades de desenvolvimento endógeno frente aos fatores externos. A opção pela corrente institucionalista, pretende apresentar uma possibilidade de demonstração por meio dos indicadores, da capacidade do ambiente institucional e das iniciativas e o controle exercidos pelos atores locais e a sociedade civil nos processos de transformações de cidades e regiões, dado que conforme já apresentado o desenvolvimento dos municípios de Mato Grosso ocorre de forma autônoma e independente no contexto regional e que as dimensões político-institucional e ambiental podem caminhar juntas no que se refere ao seu desempenho. Assim, o desenvolvimento é uma situação particular de cada região e pode sofrer a influência de fatores subjetivos, além dos essenciais ao desenvolvimento das pessoas, identificados em oportunidades de renda digna, acesso à saúde, educação .

3.4 Desenvolvimento Endógeno

A compreensão do processo de desenvolvimento dos municípios do Estado de Mato Grosso, quando inseridos no contexto regional, onde observa-se grandes diferenças e amplitudes nos índices de desenvolvimento, pode propiciar a análise sob o ponto de vista do desenvolvimento econômico local ou desenvolvimento endógeno, na busca de novos elementos explicativos para o entendimento das desigualdades no desenvolvimento municipal.

Vázquez Barquero (2002) destaca que a cidade é um território formado por um espaço construído e por um conjunto de atores que tomam as decisões de investimento e de localização das atividades produtivas e que estes atores interagem, trocam bens e serviços e conhecimento segundo regras específicas. “Indo além da ideia defendida pelo pensamento neoclássico e da nova geografia econômica, pode-se dizer que a cidade é mais do que um mero ponto no espaço, já que forma uma organização na qual os atores interagem e trocam bens, serviços e conhecimento segundo regras específicas.”(VÁZQUEZ BARQUERO, 2002, p. 23).

Segundo o autor, é possível afirmar que as cidades estão em permanente transformação, como decorrência do processo de aprendizagem e de aquisição de conhecimentos realizado pelos atores, bem como do estabelecimento de redes e da cooperação entre os mesmos. Para Putnam, o capital social pode ser endógeno quando consegue revalorizar o conjunto de recursos de um país ou região e permite a otimização do seu potencial, criando estratégias de ação local em oposição aos impactos dos processos globalizantes.

Neste contexto, uma análise do processo de desenvolvimento dos municípios mato-grossenses, pode contemplar estes fatores explicativos, na medida em que observa-se nas cidades do Estado, fatores produtivos diversificados que favorecem dinâmica econômicas também diversificadas. Sendo que as respostas municipais diante das potencialidades de desenvolvimento e a capacidade de gerar externalidades, bem como responder estrategicamente por meio de iniciativas locais frente ao contexto marcado pela globalização, são diferentes de município para município. Tal situação foi discutida no capítulo sobre a caracterização do Estado de Mato Grosso, onde o mesmo consegue ser ao mesmo tempo tradicional e moderno em virtude dos municípios e regiões que compõem seu extenso território. Nesse sentido, Vázquez Barquero (2002, p. 57) indica:

O desenvolvimento econômico local pode ser definido como um processo de crescimento e mudança estrutural que ocorre em razão da transferência de recursos de atividades tradicionais para as modernas, bem como o aproveitamento das economias externas e pela introdução de inovações, determinando o bem estar da população de uma cidade ou região. Quando a comunidade local é capaz de utilizar o potencial do desenvolvimento e liderar o processo de mudança estrutural, pode-se falar em desenvolvimento local endógeno ou, simplesmente, de desenvolvimento endógeno.

Assim, uma cidade ou região, pode por iniciativa própria e em um dado momento histórico, assumir novos projetos de investimento, que lhe permitirão ingressar (ou continuar) no caminho do desenvolvimento competitivo, ressaltando que tais processos de desenvolvimento endógeno ocorrem como resultado do aproveitamento de externalidades nos sistemas produtivos locais, que contribuem para o surgimento dos rendimentos decrescentes, nesse sentido todos os municípios podem em teoria, se beneficiar das externalidades decorrentes de seus sistemas produtivos locais, sendo estes tradicionais ou modernos, voltados ao mercado externo ou não, embasados no agronegócio ou não, cabendo assim uma iniciativa e estratégias locais que identifiquem as potencialidades e direcionem a estrutura institucional para o caminho do desenvolvimento. Este ponto será destacado na análise dos municípios medidos pelo IDMM que será apresentado em capítulo específico.

3.5 Desenvolvimento Sustentável

Para Sachs (1933) o desenvolvimento, em última instância depende da cultura, na medida em que implica na invenção um projeto, que não pode se limitar unicamente aos aspectos sociais e sua base econômica, ignorando as relações complexas entre o porvir das sociedades humanas e a evolução da biosfera. Sendo que a sustentabilidade no tempo das civilizações vai depender da sua capacidade de se submeter aos preceitos de prudência ecológica e de fazer bom uso da natureza. Por isso se fala em desenvolvimento sustentável, que deve ser socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado no tempo.

Sachs (1933) define inicialmente cinco dimensões da sustentabilidade, e que todo o planejamento do desenvolvimento deve considerar as dimensões social, econômica, ecológica, espacial e cultural. A dimensão social tem como meta construir uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de forma a reduzir as desigualdades entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres. Na econômica, o foco é na redução das trocas desfavoráveis, nas

barreiras protecionistas e dificuldade no acesso limitado a ciência e tecnologia pelos países mais pobres. A dimensão ecológica preocupa-se com a capacidade de absorção e resiliência ambiental da nave terra. A espacial preocupa-se com o planejamento da ocupação urbano-rural que busque o equilíbrio por meio de uma melhor distribuição das atividades econômicas. E finalmente, a dimensão cultural inclui a procura de raízes endógenas de processos de modernização que traduzam o conceito normativo de ecodesenvolvimento em um conjunto de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a área.

Acredita-se que para o desenvolvimento ser sustentável, ele tem que perdurar e sobrepujar as mais diversas ameaças e dificuldades. E isto somente é possível desenvolvendo na comunidade ou no local a capacidade de se auto-criar, de exercer a criatividade para encontrar caminhos novos que assegurem a sobrevivência ao longo do tempo. Assim, a conquista da sustentabilidade é facilitada em ambientes onde prevalecem a flexibilidade, a interdependência, a parceria, a diversidade e a reciclagem nos fluxos de matéria e energia e também de culturas, valores e crenças. Neste sentido as dimensões ambiental e político-institucional avaliadas neste estudo, encontram-se totalmente inter-relacionadas no contexto municipal na medida em que as ações que garantem os aspectos ambientais dependem da cultura, regras formais e informais vigentes na sociedade local.

3.6 Desenvolvimento como liberdade

Uma análise do desenvolvimento que contempla a dimensão político-institucional, não pode prescindir de uma perspectiva do papel das liberdades dos indivíduos caracterizadas particularmente pela expansão das capacidades “*capabilities*” das pessoas em levar o tipo de vida que elas valorizam (SEN, 2010, p. 32). Tais capacidades que podem ser aumentadas tanto pelas políticas públicas, como também, por outro lado, as políticas públicas podem ser influenciadas pelo uso efetivo das capacidades participativas do povo. Essa via de mão dupla é trabalhada na perspectiva de desenvolvimento como liberdade de Sen, e pode nos remeter a pergunta: O Estado que estimula o capital social ou é o capital social que estimula e influencia as ações do Estado?

Neste sentido, medir o grau de participação social pelo grau de participação da população nos conselhos, que faz parte da dimensão político institucional do IDMM desenvolvido para este

trabalho. Outro ponto importante da dimensão do desenvolvimento como liberdade passa pela característica dos municípios mato-grossenses que vão do tradicional ao moderno. Assim estratégias de desenvolvimento locais que valorizem o tradicional e ou o moderno de acordo com a vontade local se constituem um caminho interessante na busca do desenvolvimento equilibrado no contexto regional, considerando o já discutido na caracterização do Estado de Mato Grosso.

A perspectiva baseada da liberdade apresenta uma semelhança genérica com a preocupação comum com “a qualidade de vida”, a qual também se concentra no modo como as pessoas vivem (talvez até mesmo nas escolhas que têm), e não apenas nos recursos e na renda que dispõem (SEN, 2010, p. 39).

Assim, a superação da pobreza e necessidades elementares insatisfeitas, falta de acesso a saúde e educação, violação das liberdades básicas e das liberdades políticas, ameaças ao ambiente e a sustentabilidade da vida econômica e social são problemas que precisam ser superados para a plenitude de um processo de desenvolvimento. A ação individual e a liberdade de ação individual estão condicionadas as oportunidades sociais, políticas e econômicas, assim, nesta perspectiva a expansão da liberdade é o fim e o meio do desenvolvimento. O desenvolvimento consiste na remoção dos vários tipos de restrições, que deixam as pessoas poucas escolhas e poucas oportunidades, para exercerem sua ação racional

O desenvolvimento econômico apresenta ainda outras dimensões, entre elas a segurança econômica. Com grande frequência, a insegurança econômica, pode se relacionar-se à ausência de direitos e liberdades democráticas. (SEN, 2000, p. 30).

Sen (2010), destaca que o desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos, e que certas liberdades tem um papel instrumental na promoção de liberdades de outras espécies. As liberdades na perspectiva instrumental são aquelas relacionadas a liberdade política, disponibilidades econômicas, oportunidades sociais, garantia de transparência e segurança. As liberdades instrumentais ligam-se umas às outras com fins de plenitude da liberdade humana em geral.

O uso dos indicadores municipais, podem guiar para a identificação do acesso as necessidades básicas de uma população, em especial, aqueles referentes a garantia da não privação de recursos básicos a sobrevivência, porém aspectos subjetivos, em especial político-institucionais e ambientais precisam ser cada vez mais investigados, na medida em que

promovem a plena liberdade e ainda, podem ser fatores determinantes na explicação das desigualdades na trajetória municipal.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho apresenta metodologia para construção de um índice multidimensional IDMM ,que possibilite a análise do processo de desenvolvimento municipal nas dimensões socioeconômica, político-institucional e ambiental e propõe que a análise possa ser utilizada para comparar o desenvolvimento dos municípios. O índice será calculado para o universo dos 141 municípios do Estado de Mato Grosso, a partir do levantamento, tratamento, agregação e análise de dados, variáveis, indicadores e índices nas dimensões.

Foram utilizadas como referência duas metodologias, com ajustes, agregações e substituições em algumas variáveis e indicadores, tendo como finalidade agregar em um único índice as dimensões socioeconômica, político-institucional e ambiental bem como possibilitar os cálculos em âmbito municipal. Assim, foram utilizadas como base principal para o cálculo do IDMM, os métodos de cálculo do Índice de Sustentabilidade Ambiental da Amazônia (ISMA) e a do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)do Ministério do Desenvolvimento Agrário com a elaboração de biogramas ou gráfico radar.

O ISMA é composto por indicadores de quatro dimensões: político institucional, econômica, sociocultural e ambiental que permite monitorar e subsidiar a elaboração de políticas públicas para os Estados e municípios da Amazônia, o índice foi desenvolvido pela Incubadora de Políticas públicas da Amazônia (IPPA), configurada como um espaço de discussão técnica formado por instituições de ensino, órgãos de planejamento e fomento, sociedade civil organizada e governos estaduais e municipais dos nove Estados amazônicos.

O IDS considera a multidimensionalidade do desenvolvimento e prevê a aferição de informações sobre as dimensões social, ambiental, econômica, cultura e político-institucional, o índice foi desenvolvido em consonância com as demandas da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, visando operacionalizar um instrumental para análise do desenvolvimento, numa perspectiva multidimensional, dos territórios rurais. As múltiplas dimensões, compostas por um conjunto de variáveis tem o intuito de captar a complexidade e a diversidade dos processos de desenvolvimento territorial. Vale ressaltar que a proposta do Índice de Desenvolvimento Sustentável e do Biograma como instrumentos de mensuração de desenvolvimento territorial rural decorrem dos avanços recentes realizados a partir da publicação no Brasil do livro sobre desenvolvimento sustentável microrregional

(SEPÚLVEDA, 2005), que após análise preliminar da ferramenta metodológica desenvolvida pelo autor e utilização pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), chegou-se à conclusão de que a mesma poderia ser aplicada ao caso brasileiro.

Desta forma, considerando que as duas metodologias contemplam o desenvolvimento multidimensional buscou-se a partir destas, criar um método original possível de se ajustar aos objetivos deste estudo, bem como adequado a disponibilidade e periodicidade dos dados no recorte municipal para o Estado de Mato Grosso e assim foi desenvolvida a metodologia de cálculo do IDMM.

O IDMM considera a multidimensionalidade do desenvolvimento e prevê a aferição de informações sobre três dimensões: socioeconômica, político-institucional e ambiental. Para a dimensão socioeconômica foram utilizados os dados brutos do IDHM (PNUD Brasil), para a dimensão político-institucional foram utilizados dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC-IBGE 2011) combinados com os resultados do Indicador de Gestão Fiscal Municipal do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (IGFM-TCE/MT 2011) e para a dimensão ambiental foram utilizados dados do Censo Demográfico IBGE 2010 combinados com dados do Programa de Desflorestamento do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE/PRODES 2000 a 2010).

O detalhamento e forma de operacionalização das duas metodologias principais, bem como os demais indicadores e índices que resultaram no cálculo final do IDMM, estão apresentados a seguir.

4.1 O Cálculo do Índice

Esta proposta metodológica permite a realização de avaliações e análise comparativa dos níveis de desenvolvimento nos municípios e se propõe a ser capaz de abarcar a diversidade dos territórios com base em indicadores e dimensões multivariadas.

Na composição do IDMM, cada dimensão (socioeconômica, político-institucional e ambiental) é reconhecida como uma subdimensão. Cada subdimensão é composta por indicadores e variáveis que foram selecionadas de acordo com as características e importância para aferir cada dimensão em consonância com os objetivos e a base teórica deste estudo.

Considerando a diversidade nas dimensões consideradas, mudanças no perfil socioeconômico dos municípios, bem como as desigualdades no processo de desenvolvimento do

Estado já demonstrado neste estudo, a escolha da metodologia buscou contemplar tais fatores. Neste sentido, em especial o estudo das desigualdades sociais, vem progredindo, sendo apresentado em diversas pesquisas em que há o interesse de comparar essas disparidades, sendo que existe também o interesse em classificar determinados grupos que possam estar piores que outros grupos, sendo assim a utilização de medidas escalares apresenta importante ferramenta de análise. (BARROS; SILVA; FRANCO, 2006).

Como há o consenso na praticidade da utilização de medidas escalares, o IDMM de Mato Grosso que será composto pelas dimensões Político-Institucional, Ambiental e Socioeconômica, agregadas da seguinte forma:

$$IDMM_i = \sqrt[3]{IDPI_i \times IDA_i \times IDS_i} \quad (1)$$

Todas as dimensões e conseqüentemente o IDMM foram calculadas para cada município *i* e constam do Anexo1 deste trabalho. Optou-se pela média geométrica por ser uma agregação de diversos indicadores, e conforme descrito por Hoffmann (2006) a média geométrica varia mais que a média aritmética, sendo assim mesmo que alguns municípios possam apresentar uma média aritmética igual, podem não apresentar a mesma média geométrica, além de que a média geométrica dá maior peso às diferenças entre os Indicadores das Dimensões, sendo que essas três dimensões possuem o mesmo peso.

Pelo fato dos indicadores e variáveis selecionadas para cada dimensão serem mensurados em diferentes unidades de medida e com diferentes amplitudes de variação, todos serão transformados em medidas adimensionais com magnitude entre 0 a 100. Assim o IDMM varia entre 0 (zero) e 100 (cem), sendo o valor 100 (cem) a melhor situação alcançada e 0 (zero) a pior situação. O valor do IDMM representa a situação geral do município de tal forma que ao se aproximar de 100 (cem), tem-se o melhor desempenho de desenvolvimento e, ao tender a zero, pior desempenho.

4.1.1 Indicador da Dimensão Político-Institucional – IDPI

Para mensurar o Indicador Dimensão Político-Institucional, primeiramente forma-se o Indicador baseado nos dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo qual se avalia a presença (atribuindo

valor cem) ou ausência (valor zero) de cada um dos conselhos denominados como Quociente Político Institucional (QPI), sendo esses os conselhos de saúde, educação, habitação, saneamento básico e direitos humanos. O QPI utilizou como base a metodologia de cálculo do Indicador de Governança do ISMA,

Quadro 3 - Existência de Conselhos Municipais paritários e deliberativos

Município	Educação (A) Não (0) Sim (100)	Saúde (B) Não (0) Sim (100)	Habitação (C) Não (0) Sim (100)	Saneamento (D) Não (0) Sim (100)	Direitos Humanos (E) Não (0) Sim (100)	TOTAL (A+B+C+D+E)/ 5
A	100	100	100	0	0	60
B	0	100	0	0	0	20
C	0	100	100	0	100	60

Fonte: MUNIC /IBGE (2011).

Atribui-se o valor cem quando o município i é considerado como possuidor de todos os conselhos, zero como possuidor de nenhum desses conselhos em cada QPI. Após avaliado a presença ou ausência de todos esses conselhos, faz-se uma média aritmética desses conselhos para encontrar o Indicador MUNIC – IM¹⁹ de cada município. Dessa forma, o IM medirá a proporção aritmética da presença dos conselhos.

$$IM_i = \frac{\sum_{i=1}^n QPI_i}{n} \quad (2)$$

Após formar esse indicador, cria-se o IDPI para cada município fazendo uma média aritmética do IM e o IGFM do TCE/MT. O IGFM é composto por composto por seis indicadores: IGFM Receita Própria, IGFM Gasto com Pessoal, IGFM Liquidez, IGFM Investimentos, IGFM Custo da Dívida, IGFM Resultado Orçamentário do Regime Próprio de Previdência (RPPS), sendo que este último índice é utilizado para as cidades que possuem o RPPS, sendo utilizado na sua forma original:

$$IDPI_i = \frac{(IM_i + IGFM_i)}{2} \quad (3)$$

¹⁹ As informações estão disponíveis por município no site do IBGE na publicação o Pesquisa Básica dos municípios, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2011/default.shtm>>. Após acessar a publicação clicar em Banco de Dados (último link do lado esquerdo); em seguida escolher o estado e os municípios (por ordem alfabética). Os dados para essa tabela devem ser coletados nos itens 3.3, 4.2, 5.2, 6.5 e 7.4.

O IDPI agregará tanto a presença de conselhos, quanto o IGFM, para cada município i , sendo que optou-se pela média aritmética, pois em razão da possibilidade de haver municípios com IM igual a zero poderia acabar anulando qualquer valor que esse município tivesse no IGFM, e como o interesse é captar esses dois indicadores utilizou a média aritmética simples dando o mesmo peso para os dois índices. Tanto o IDPI, quanto os quesitos do IM e do IGFM tem como base o ano de 2010.

4.1.2 Indicador da Dimensão Ambiental – IDA

O Indicador da Dimensão Ambiental (IDA) é formada por uma média aritmética ponderada e toma como base a metodologia de cálculo da dimensão ambiental do ISMA, utilizando cinco variáveis para cada município i , ponderadas pelos pesos P de cada quesito da Dimensão Ambiental (DA) identificadas por k , variando de 0 a 100:

$$IDA_i = \frac{\sum_{k=1}^n (DA_{ki} \times P_{ki})}{n} \times 100 \quad (4)$$

Quadro 4 - Subdimensões Ambientais do ISMA

Saneamento Básico	DA1. Percentual de domicílios atendidos direta ou indiretamente por coleta de lixo domiciliar.	IBGE	2010
	DA2. Percentual de domicílios com acesso a rede geral de esgoto ou fossa séptica	IBGE	2010
	DA3. Percentual de domicílios atendidos por rede pública de água	IBGE	2010
Preservação Ambiental	DA4. Área desmatada nos últimos 10 anos em relação à área total desmatada no estado no mesmo período.	INPE - PRODES.	2000, 2008 e 2010
	DA5. Expansão do desmatamento no último triênio	INPE – PRODES	2008 e 2010

Fontes: IBGE, Censo (2010), MUNIC (2011), INPE/PRODES (2000 a 2010).

As DA de 1 a 3 avaliam: Percentual de domicílios atendidos direta ou indiretamente por coleta de lixo domiciliar (DA1), Percentual de domicílios com acesso a rede geral de esgoto ou fossa séptica (DA2), Percentual de domicílios atendidos por rede pública de água (DA3) e são

adquiridas na publicação Censo Demográfico IBGE 2010²⁰. As DA 4 e 5 avaliam: Área desmatada nos últimos 10 anos em relação à área total desmatada no estado no mesmo período(4), Expansão do desmatamento no último triênio (5) e são adquiridas do INPE – PRODES²¹ para 2010, 2008 e 2000

4.1.3 Indicador da Dimensão Socioeconômica

Finalizando, para construir o IDS, foi utilizado o IDHM (PNUD Brasil 2010) multiplicado por 100, para que esse índice também varie de 0 a 100, para o ano de 2010. O IDHM é um índice composto que agrega três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda agrupados por média geométrica com pesos iguais para as três dimensões.

Assim o IDMM é calculado pela média geométrica dos índices das três dimensões, cada um calculado pela média aritmética das respectivas variáveis que os compõem, após as transformações conforme indicado anteriormente.

4.2 Apresentação e Definição das Dimensões e Subdimensões do IDMM

As subdimensões representam as dimensões do desenvolvimento e são representadas por suas respectivas variáveis e indicadores conforme a figura 1 a seguir, bem como o quadro 5 que apresenta o resumo das variáveis e indicadores que compõem cada subdimensão, a fórmula de cálculo, exceção para onde utilizam-se os dados originais, a definição ou conceito e o sinal (soma ou subtração), fonte de dados e o ano base.

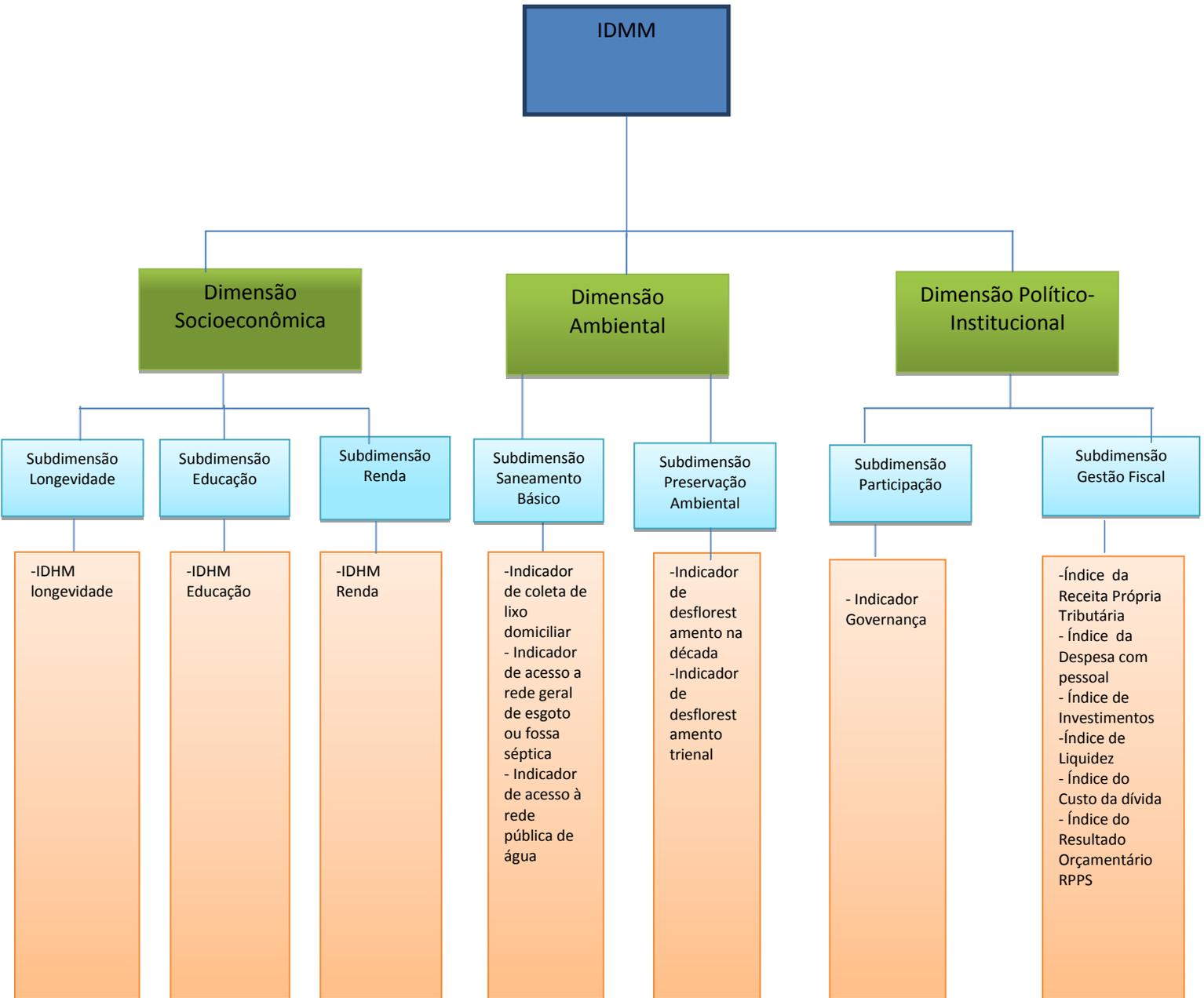
Para cada variável, é necessário identificar se ela mede uma situação em que, ao aumentar seu valor, favorece ou desfavorece o processo de desenvolvimento. Assim, existe uma relação

²⁰Dados coletados no site do IBGE: Tabela 4.25.5.3 - Domicílios particulares permanentes, por existência de banheiro ou sanitário e tipo de esgotamento sanitário, segundo as mesorregiões, as microrregiões, os municípios, os distritos, os subdistritos e os bairros - Mato Grosso – 2010 e Tabela 4.25.5.4 - Domicílios particulares permanentes, por forma de abastecimento de água e destino do lixo, segundo as mesorregiões, as microrregiões, os municípios, os distritos, os subdistritos e os bairros - Mato Grosso – 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/caracteristicas_da_populacao_tab_municipios_zip_xls.shtm>.

²¹ Dados coletados no site INPE – PRODES. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php>>. referente ao período 2000 a 2010.

positiva, se um aumento no valor da variável resulta em melhoria do sistema. Em contrapartida, a relação é negativa se um aumento no valor da variável resulta em piora do sistema.

Figura 1 - Composição do Índice de Desenvolvimento Multidimensional Municipal - IDMM



Fonte: Elaboração própria (2015).

Quadro 5 - Quadro resumo dos indicadores e variáveis componentes do IDMM

Dimensão	Subdimensão	Indicadores/Variáveis	Fórmula	Definição	Sinal	Fonte	Ano-Base
Socioeconômica	Renda	IDHM Renda	Dado Original	Índice da dimensão Renda que é um dos 3 componentes do IDHM. É obtido a partir do indicador <i>Renda per capita</i> , através da fórmula: $[\ln(\text{valor observado do indicador}) - \ln(\text{valor mínimo})] / [\ln(\text{valor máximo}) - \ln(\text{valor mínimo})]$, onde os valores mínimo e máximo são R\$ 8,00 e R\$ 4.033,00 (a preços de agosto de 2010).	+	PUND Brasil/IPEA/FJP	2010
	Educação	IDHM Educação	Dado Original	Índice sintético da dimensão Educação que é um dos 3 componentes do IDHM. É obtido através da média geométrica do subíndice de frequência de crianças e jovens à escola, com peso de 2/3, e do subíndice de escolaridade da população adulta, com peso de 1/3.	+	PUND Brasil/IPEA/FJP	2010
	Longevidade	IDHM Longevidade	Dado Original	Índice da dimensão Longevidade que é um dos 3 componentes do IDHM. É obtido a partir do indicador <i>Esperança de vida ao nascer</i> , através da fórmula: $[(\text{valor observado do indicador}) - (\text{valor mínimo})] / [(\text{valor máximo}) - (\text{valor mínimo})]$, onde os valores mínimo e máximo são 25 e 85 anos, respectivamente.	+	PUND Brasil/IPEA/FJP	2010

Dimensão	Subdimensão	Indicadores/Variáveis	Fórmula	Definição	Sinal	Fonte	Ano-Base
Político-Institucional	Gestão Fiscal	IRPT- Índice da Receita Própria Tributária	Dado Original	Indica o grau de dependência das transferências constitucionais e voluntárias de outros entes. Significa o percentual da receita própria tributária (Receitas Tributárias + Multas, juros e correção monetária de receitas tributárias + Contribuição de Iluminação Pública - CIP) em relação ao montante da Receita Corrente Líquida (RCL).	+	TCE-MT	2011
		IDP- Índice da Despesa com Pessoal	Dado Original	Representa quanto os municípios comprometem da sua receita corrente líquida (RCL) com o pagamento de pessoal. Significa o percentual da despesa com pessoal em relação ao montante da RCL.	-	TCE-MT	2011
		II -Índice de Investimentos	Dado Original	Acompanha o valor investido pelos municípios em relação a receita corrente líquida. Significa o percentual dos investimentos em relação ao montante da RCL.	+	TCE-MT	2011
		IL - Índice de Liquidez	Dado Original	Revela a capacidade da administração cumprir seus compromissos de pagamentos imediatos com terceiros. Significa o grau de disponibilidade (disponibilidade menos recurso do RPPS) em relação ao passivo financeiro (Passivo financeiro menos o Passivo financeiro RPPS).	+	TCE-MT	2011
		ICD- Índice do Custo da Dívida	Dado Original	Avalia o comprometimento do orçamento com o pagamento de juros, encargos e amortizações de empréstimos contraídos em exercícios anteriores. Significa o custo da dívida em relação ao montante da RCL.	-	TCE-MT	2011
		IRO RPPS - Índice do Resultado Orçamentário do RPPS	Dado Original	Verifica o resultado orçamentário do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, quando instituído pelo município. Significa quanto o fundo de previdência é superavitário ou deficitário.	+	TCE-MT	2011
	Participação	IG- Indicador de Governança	Existência de conselhos de educação, saúde, habitação, saneamento e direitos humanos / 5	Verifica a existência de conselhos paritários e deliberativos nas áreas da educação, saúde, habitação, saneamento e direitos humanos.	+	IBGE /MUNIC	2011

Dimensão	Subdimensão	Indicadores/Variáveis	Fórmula	Definição	Sinal	Fonte	Ano-Base
Ambiental	Saneamento Básico	Percentual de domicílios atendidos direta ou indiretamente por coleta de lixo domiciliar	Total de domicílios do município / Total de domicílios atendidos por coleta de lixo	Indica o percentual de domicílios que são atendidos por coleta de lixo	+	IBGE/Censo	2010
		Percentual de domicílios com acesso a rede geral de esgoto ou fossa séptica	Domicílios com acesso à rede geral de esgoto ou pluvial + Domicílios com fossa séptica / Total de domicílios	Indica o percentual de domicílios que são atendidos por rede geral ou que possuem fossa séptica	+	IBGE/Censo	2010
		Percentual de domicílios atendidos por rede pública de água	Domicílios com acesso à rede geral de água / Total de domicílios	Indica o percentual de domicílios que são atendidos por rede pública de água	+	IBGE/Censo	2010
	Preservação Ambiental	Percentual de área desmatada do município nos últimos 10 anos em relação ao desmatamento total do estado no mesmo período	Área do município desmatada em 2010 - área do município desmatada em 2000 / Área do estado desmatada em 2010 - área do estado desmatada em 2000 x 100	Indica o percentual de área desmatada do município nos últimos 10 anos em relação à área total desmatada no estado no mesmo período	-	INPE/PRODES	2000, 2008 e 2010
		Taxa de incremento do desmatamento nos últimos três anos	Área desmatada do município em 2010 - área desmatada do município em 2008 / Área desmatada do estado em 2010 - área desmatada do estado em 2008 x 100	indica a expansão do desmatamento do município no último triênio em relação ao estado	-	INPE/PRODES	2000, 2008 e 2010

Fonte: Elaboração própria (2015).

4.2.1 Dimensão Socioeconômica

A dimensão socioeconômica é composta pelo IDHM em suas três dimensões, longevidade, educação e renda. O IDHM é uma adaptação metodológica do IDH ao nível municipal e busca refletir as especificidades e desafios regionais no alcance do desenvolvimento humano no Brasil. Para aferir o nível de desenvolvimento humano dos municípios, as dimensões são as mesmas do IDH Global – saúde, educação e renda –, porém alguns dos indicadores usados são diferentes, considerando a disponibilidade dos dados no recorte municipal. O IDHM também

varia entre 0 (valor mínimo) e 1 (valor máximo), para este trabalho foi feito o ajuste para a variação entre 0 a 100.

O Brasil foi um dos países pioneiros ao adaptar e calcular o IDH para todos os municípios brasileiros, criando o IDHM, em 1998.

O IDHM é um índice que permite conhecer a realidade do desenvolvimento humano dos municípios brasileiros, e converge com os objetivos deste trabalho, na medida em que defende a ideia de que desenvolvimento não se resume somente à perspectiva do crescimento econômico, propicia a comparação entre municípios, e ainda admite que o índice não abrange todos os aspectos de desenvolvimento humano, busca sintetizar três das mais importantes dimensões do desenvolvimento humano e ampliar e fomentar o debate sobre o tema.

Os dados do IDHM, estão disponíveis no Atlas do Brasil 2013 no site do PNUD Brasil²², para todos os municípios do país. O Atlas é uma ferramenta pública de pesquisa online que apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 5.565 municípios brasileiros, bem como outros indicadores de demografia e saúde, educação, habitação, renda e de trabalho e vulnerabilidade. Os indicadores podem ser visualizados através de tabelas e mapas, tendo sido desenvolvidos por meio de parceria entre o PNUD, IPEA e Fundação João Pinheiro (FJP), com dados dos Censos Demográficos do IBGE. Ressalte-se que para o cálculo do IDHM, todos os dados foram extraídos dos Censos Demográficos do IBGE, sendo tal opção, restringir as informações municipais a uma única fonte, visa garantir a maior comparabilidade entre os 5.565 municípios do país.

No IDHM do Atlas Brasil 2013, foi adotada a média geométrica: as dimensões são multiplicadas e o produto é extraído pela raiz cúbica,

$$\sqrt[3]{IDHMEducação \times IDHMLongevidade \times IDHMRenda}$$

Deste modo, a média geométrica reduz o nível de substituição entre as dimensões. Ou seja, um baixo desempenho em uma dimensão não é mais linearmente compensado pelo elevado desempenho em outra. Assim, o IDHM reflete desempenhos nas três dimensões. O desempenho dos municípios, tanto na renda, quanto na saúde e na educação, deve ser harmonioso.

²² Os dados do IDHM podem ser acessados para todos os municípios do país no link. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx>>.

São atribuídos pesos iguais às três dimensões, tendo como base a concepção de que as três dimensões são igualmente importantes e não são substituíveis

Serão apresentados a seguir, breve detalhamento sobre o cálculo das três dimensões do IDHM, visto que para este trabalho foram utilizados os dados brutos do índice para a dimensão socioeconômica. De acordo com a metodologia original do IDHM, a dimensão social é dada por dois índices a saber: IDHM – Longevidade (índice) e IDHM – Educação (índice); e a dimensão econômica é dada pelo IDHM – Renda (índice)

a) Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) – Renda (índice)

Essa dimensão é medida pela renda mensal per capita. A dimensão Renda do IDHM considera a renda per capita da população, ou seja, a renda média mensal dos indivíduos residentes em determinado lugar (município, UF, região metropolitana ou UDH), expressa em reais de 1º de agosto de 2010. Para o cálculo da dimensão Renda do IDHM, aplica-se a fórmula: $IDHM-R = [\ln(\text{renda per capita do local de referência}) - \ln(\text{valor mínimo de referência})] / [\ln(\text{valor máximo de referência}) - \ln(\text{valor mínimo de referência})]$.

A aplicação do logaritmo na fórmula aproxima os maiores valores de renda per capita dos menores e, com isso, reduz a desigualdade de renda existente. Mas esse procedimento considera que, à medida que a renda per capita se eleva o retorno desse acréscimo de renda, em termos de desenvolvimento humano, diminui. Máximo: R\$4.033,00 - corresponde ao valor da menor renda per capita entre os 10% mais ricos residentes na UF com maior renda média do país no período analisado, o Distrito Federal. Mínimo: R\$8,00 - corresponde a aproximadamente US\$100 PPC- Paridade do Poder de Compra²³, limite adotado para o cálculo do IDH Global. Assim, por exemplo, para uma localidade com renda per capita de R\$ 827,35, o cálculo ficaria assim: $IDHM-R = (\ln 827,35 - \ln 8,00) / (\ln 4033,00 - \ln 8,00) \Rightarrow IDHMR = 0,745$.

²³ A abordagem do PPC – Paridade do poder de compra, sugere que no longo prazo a taxa de câmbio nominal deve refletir os preços relativos de duas moedas. Encontra-se apoiada na Lei do Preço Único, segundo a qual, em condições de livre mobilidade de fatores, a arbitragem faz com que os preços de um mesmo bem devam ser iguais em dois países. Alguns dos principais trabalhos realizados com intuito de testar a PPC a dados brasileiros são de Zini e Cati (1993), Duarte e Pereira (1991), Rossi (1996).

b) Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) – Longevidade (índice)

No IDHM, essa dimensão é medida pela esperança de vida ao nascer. A dimensão Longevidade considera a esperança de vida ao nascer, ou seja, o número médio de anos que as pessoas que residem em determinado lugar, - Município, Unidade Federativa (UF), Região Metropolitana (RM) ou Unidade de Desenvolvimento Humano (UDH) viveriam a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões de mortalidade observados em cada período. A esperança de vida ao nascer pode ser considerada como indicador de longevidade, pois sintetiza, em um único número, o nível e a estrutura de mortalidade de uma população. A esperança de vida ao nascer sintetiza as condições sociais, de saúde e de salubridade de uma população ao considerar as taxas de mortalidade em suas diferentes faixas etárias. Todas as causas de morte são contempladas para se chegar ao indicador, tanto doenças quanto causas externas, tais como violência e acidentes.

Vale a consideração aqui que os indicadores propostos para o bloco demográfico do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – incluindo a esperança de vida ao nascer – não podem ser obtidos diretamente das informações dos Censos Demográficos, recorrendo-se, então, a técnicas indiretas para sua obtenção. Foram utilizados os métodos desenvolvidos por William Brass (1968), tanto a técnica de Mortalidade Infanto-Juvenil para os indicadores de longevidade e mortalidade, como a técnica para o cálculo da estimativa da taxa de fecundidade total. Entretanto, deve-se destacar que essas técnicas necessitaram de algumas adaptações para serem aplicadas em níveis espaciais com baixos volumes populacionais, como em muitos municípios ou áreas intramunicipais. Essa adaptação foi no âmbito do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).²⁴

O processo utilizado para transformar o indicador esperança de vida ao nascer, cuja unidade é “anos de vida”, em Índice de Longevidade, foi o da escolha de parâmetros máximos e mínimos que normalizassem o indicador através da fórmula:

$$I = (\text{valor observado} - \text{valor mínimo}) / (\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}).$$

Foram adotados os mesmos valores máximo e mínimo adotados pelo IDHM em suas edições

²⁴ Maiores detalhes sobre o cálculo sobre a metodologia de cálculo do IDHM podem ser obtidas no link. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/metodologia/construcao-das-unidades-de-desenvolvimento-humano/>.

anteriores:

Máximo: 85 anos Mínimo: 25 anos

Assim, se um município, UF, região metropolitana ou UDH tem uma esperança de vida ao nascer de 70 anos, seu IDHM Longevidade será:

$$(70 - 25) / (85 - 25) = 45 / 60 \Rightarrow \text{IDHM Longevidade} = 0,750.$$

c) Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) – Educação (índice)

No IDHM, essa dimensão é medida pela escolaridade da população adulta e pelo fluxo escolar da população jovem. A dimensão Educação do IDHM é uma composição de indicadores de escolaridade da população adulta e de fluxo escolar da população jovem.

A escolaridade da população adulta é medida pelo percentual da população de 18 anos ou mais de idade com o ensino fundamental completo.

O fluxo escolar da população jovem é medido pela média aritmética: do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola; do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental regular; do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo; e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo. A escolaridade da população adulta reflete o funcionamento do sistema educacional em períodos passados e considera que a população adulta brasileira deveria ter completado, pelo menos, o ensino fundamental em sua passagem pelo sistema educacional. Os indicadores do fluxo escolar da população jovem acompanham a população em idade escolar em quatro momentos importantes da sua formação: entrada no sistema educacional; finalização do primeiro ciclo do ensino fundamental (neste caso, é captado somente o ensino regular); e conclusão do ensino fundamental e do ensino médio. Os indicadores medem a adequação idade-série desse fluxo, pressupondo que as crianças, ao menos a partir dos 5 anos de idade, precisam já estar na escola; que as crianças de 12 anos precisam estar nos anos finais do ensino fundamental; que os jovens de 16 anos precisam ter concluído o ensino fundamental; e que os jovens de 19 anos precisam ter concluído o ensino médio. A expansão dessas faixas etárias no cálculo do indicador se dá por questões amostrais e estatísticas.

Considerando-se que as taxas de frequência e de conclusão variam entre 0% e 100% e que os valores mínimo e máximo escolhidos são também 0% e 100%, para "convertê-las" em um

índice variando de 0 a 1, basta dividir a taxa por 100.

Assim, se um determinado lugar tem:

- 65% de sua população adulta (18 anos ou mais) com ensino fundamental completo
- 85% de crianças de 5 a 6 anos na escola
- 80% de crianças de 11 a 13 nos anos finais do ensino fundamental
- 70% de crianças de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo
- 50% de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo

Seu índice de escolaridade da população adulta será 0,650.

Seu índice de fluxo escolar da população jovem será a média aritmética dos subíndices referentes aos 4 indicadores, com peso igual = $(0,850+0,800+0,700+0,500) / 4 = 0,712$.

Os indicadores são obtidos a partir das respostas ao questionário da amostra do Censo Demográfico.

4.2.2 Dimensão Ambiental

A dimensão ambiental é composta da subdimensão saneamento básico e preservação ambiental, que por sua vez são constituídas por cinco indicadores.

A subdimensão saneamento básico é obtida pela síntese dos indicadores de coleta de lixo domiciliar, indicador de acesso a rede geral de esgoto ou fossa séptica e o indicador de acesso à rede pública de água, sendo tais indicadores construídos para todos os municípios do Estado de Mato Grosso a partir da base de dados do Censo Demográfico 2010, tomando como base para o cálculo metodologia do ISMA.

Os indicadores que fornecem o percentual de domicílios atendidos direta ou indiretamente por coleta de lixo domiciliar e o percentual de domicílios atendidos por rede pública de água no ano de 2010, possuem dados provenientes dos resultados do universo do Censo Demográfico, constantes da tabela que apresenta o total de domicílios particulares permanentes, por forma de abastecimento de água e destino do lixo, segundo as mesorregiões, microrregiões, os municípios, os distritos, os subdistritos e os bairros para Mato Grosso em 2010. O indicador que fornece o percentual de domicílios que são atendidos por rede geral ou que possuem fossa séptica provem dos dados dos resultados do universo do Censo Demográfico, constantes da tabela que apresenta o total de domicílios particulares permanentes, por existência de banheiro ou sanitário e tipo de

esgotamento sanitário, segundo as mesorregiões, microrregiões, os municípios, os distritos, os subdistritos e os bairros para Mato Grosso em 2010.

A subdimensão preservação ambiental é composta pela síntese do indicador de desflorestamento na década e do indicador de desflorestamento trienal, construídos para todos os municípios de Mato Grosso a partir da base de dados do INPE/PRODES para os anos de 2000 a 2010 tendo como base para o cálculo a metodologia do ISMA.

O indicador que fornece o percentual de área desmatada do município nos últimos dez anos em relação ao desmatamento total do estado no mesmo período e a taxa de incremento do desmatamento municipal nos últimos três anos foram obtidos no site do INPE/PRODES.

A inexistência de dados ambientais no âmbito municipal, caracteriza-se como uma limitação deste estudo. Informações acerca do uso de agrotóxicos, uso de transgênicos, deterioração de bacias hidrográficas dentre outros, possuem compilação somente a nível regional, em publicações como o IDS- Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do IBGE, e outras pesquisas que relacionam os danos ambientais a saúde da população.

4.2.3 Dimensão Político-Institucional

A dimensão político-institucional é composta da subdimensão gestão fiscal e participação, que por sua vez são constituídas por sete indicadores.

A subdimensão gestão fiscal é obtida pelo IGFM-MT/TCE, este índice²⁵ é composto por seis indicadores: IGFM Receita Própria, IGFM Gasto com Pessoal, IGFM Liquidez, IGFM Investimentos, IGFM Custo da Dívida, IGFM Resultado Orçamentário do Regime Próprio de Previdência (RPPS), sendo que este último índice é utilizado para as cidades que possuem o RPPS, sendo o indicador final resultado da média ponderada dos índices.

Os índices que compõem o IGFM-MT/TCE são assim constituídos:

a) Índice da Receita Própria Tributária, indica o grau de dependência das transferências constitucionais e voluntárias de outros entes, ou seja, o percentual da receita própria tributária calculado pela fórmula: $(\text{receitas tributárias} + \text{Multas, Juros e Correção Monetária de receitas})$

²⁵ De acordo com Januzzi (2012) indicadores compostos, também chamados de indicadores sintéticos ou, ainda índices, são elaborados mediante a aglutinação de dois ou mais indicadores simples, referidos a uma mesma ou a diferentes dimensões.

tributárias + Contribuição de Iluminação Pública (CIP) em relação ao montante da receita corrente líquida (RCL).

b) Índice da Despesa com Pessoal, representa quanto os municípios comprometem da sua receita corrente líquida (RCL) com o pagamento de pessoal. Significa o percentual da despesa com pessoal em relação ao montante da RCL.

c) Índice de Investimentos, acompanha o valor investido pelos municípios em relação à receita corrente líquida. Significa o percentual dos investimentos em relação ao montante da RCL.

d) Índice de Liquidez revela a capacidade da Administração de cumprir com seus compromissos de pagamentos imediatos com terceiros. Significa o grau de disponibilidade (disponibilidade menos recurso do RPPS) em relação ao passivo financeiro (Passivo Financeiro menos o Passivo Financeiro RPPS).

e) Índice do Custo da Dívida avalia o comprometimento do orçamento com pagamentos de juros, encargos e amortizações de empréstimos contraídos em exercícios anteriores.

Significa o custo da dívida em relação ao montante da RCL.

f) Índice do Resultado Orçamentário do RPPS, verifica o resultado orçamentário do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), quando instituído pelo município. Significa o quanto o fundo de previdência é superavitário ou deficitário.

A apuração do IGFM-MT/TCE se dá por meio da fórmula composta pela média ponderada dos (seis) índices com seus respectivos pesos, sendo que o resultado dessas fórmulas deve variar entre 0 e 1, quanto maior, melhor a gestão fiscal do Município.

No âmbito do TCE-MT, o índice serve de base na elaboração dos relatórios de auditoria e votos dos conselheiros ao julgarem as contas de gestão das prefeituras e emissão de pareceres. Para este estudo, serve como importante instrumento na construção da dimensão político-institucional, na medida em que, “propõe apurar e disseminar sobre a qualidade da gestão fiscal nos municípios, identificando a eficácia fiscal nas receitas e despesas, cujos resultados impactam diretamente nas políticas públicas” (Resolução Normativa\029-2014, TCE-MT anexo único). A metodologia do IGFM prevê ainda que, todas as vezes que o resultado final dos índices comprometer a equidade entre os municípios, seja aplicada a classificação de agrupamento populacional em cinco grupos que variam de municípios com até 5.000 habitantes até aqueles que possuem acima de 50.000 habitantes

A subdimensão participação é composta pelo indicador de governança construído para todos os municípios de Mato Grosso a partir da base de dados da MUNIC ano base 2011 tendo como base para o cálculo a metodologia do ISMA. O indicador verifica a existência de conselhos paritários e deliberativos nas áreas de educação, saúde, habitação, saneamento e direitos humanos possibilitando avaliar o grau de participação da população municipal nos conselhos com o objetivo de avaliar a capacidade de exercício do controle social e desenvolvimento do capital social nos municípios. O indicador de governança é a média dos cinco itens educação, saúde, habitação, saneamento e direitos humanos. A Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) vai a campo anualmente desde 1999 com a finalidade de levantar informações sobre a gestão municipal brasileira.

Assim para a dimensão político-institucional foram utilizados dados da MUNIC 2011 – Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE em conjunto com o Índice de Gestão Fiscal Municipal (IGFM0, 2011), calculado pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Esta seção apresentou método para um conjunto de indicadores, pertinentes e capazes para os objetivos deste trabalho. Tais indicadores, buscam captar índices, indicadores e variáveis nas subdimensões ambiental e político-institucional, não contempladas pelo IDHM, criando assim metodologia de cálculo de indicador único sintético, o IDMM. Indicadores que revelem a trajetória do desenvolvimento dos municípios mato-grossenses, no âmbito político-institucional e ambiental, são importantes para saber se estas dimensões se encontram em harmonia com as clássicas dimensões do IDHM (renda, longevidade e educação), e ainda, se estão contribuindo harmonicamente nas mesmas proporções com o processo de desenvolvimento.

É consenso que o grande desafio na utilização de indicadores, enquanto ferramentas de aferição do desenvolvimento municipal, caracteriza-se pela disponibilidade e periodicidade de dados neste âmbito, sendo na maioria das vezes possível tal nível de desagregação somente por ocasião das operações censitárias, exemplo disto, a possibilidade de cálculo do IDH somente no período de 10 em 10 anos, assim a busca de construção de novas ferramentas, e que contemplem outras dimensões e que tomam a base do IDHM em sua versão original são identificadas constantemente nas pesquisas sobre o tema.

Para melhor visualização dos resultados, serão escolhidos para análise dos resultados, os extremos, os cinco melhores e os cinco piores resultados do IDMM no estado, com a utilização de biogramas (gráficos radar) que contemplem as três dimensões do novo índice. Esta escolha,

dos cinco melhores e cinco piores municípios ranqueados pelo IDMM para cálculo e posterior comparação com os demais índices, se deu pelas próprias limitações da pesquisa:

a) Impossibilidade de discutir em curto espaço de tempo os indicadores para os 141 municípios de Mato Grosso

b) Necessidade para estudos futuros, de ajuste metodológico-estatístico de normalização para os índices de ano-base 2010, ou identificação de outra alternativa para a fonte de dados socioeconômicos disponíveis, periodicamente atualizados e possíveis de comparação no âmbito municipal.

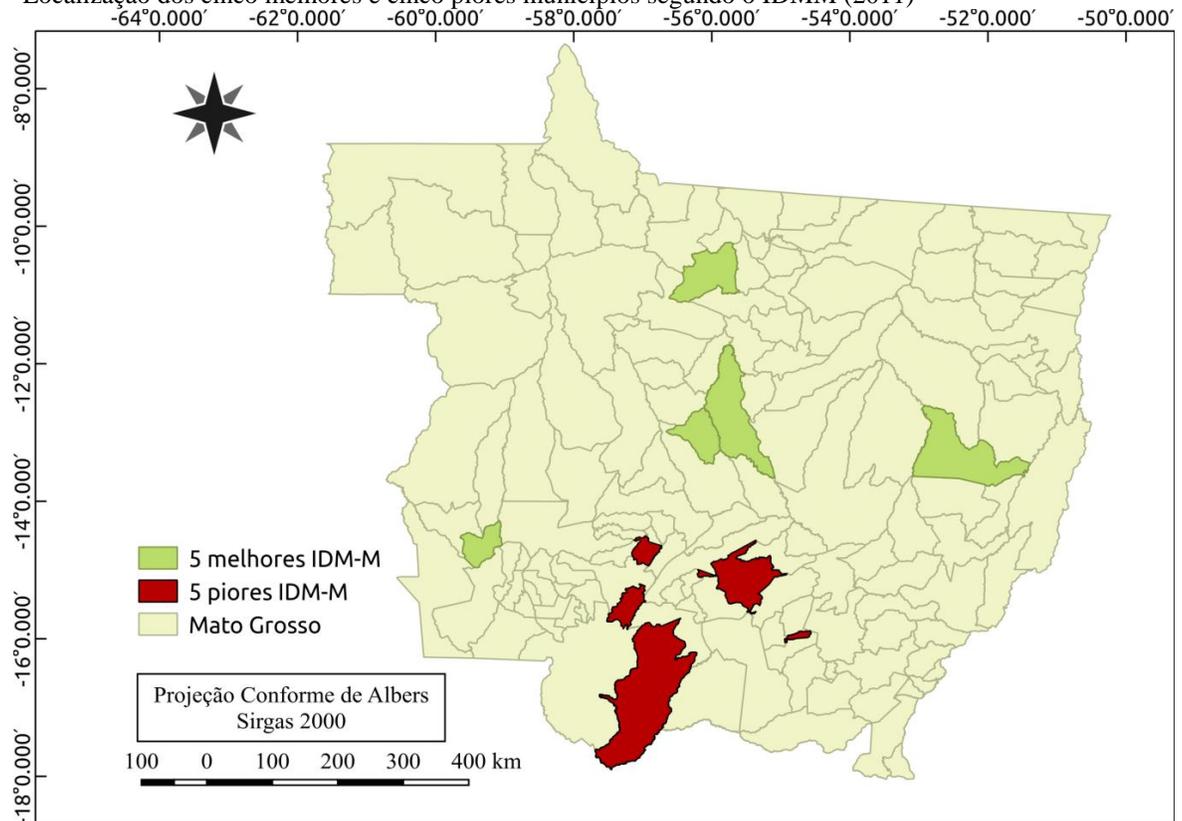
Porém, acredita-se que mesmo com as limitações apresentadas, o estudo pode ser de grande importância para gestores públicos estaduais e municipais, visto que, caracteriza-se por ser um método de fácil entendimento, razoável possibilidade de obtenção dos dados ambiental e político-institucional o que possibilita a medição periódica e acompanhamento das três dimensões ao longo do tempo.

Assim, espera-se ao final do cálculo do novo índice IDMM compará-lo ao indicador tradicional IDHM para os cinco melhores e cinco piores municípios classificados após o cálculo do IDHM. Busca-se assim uma comparação e análise das diferenças do desenvolvimento multidimensional, o que pode caracterizar esta ferramenta que ora se apresenta, como um instrumento de análise contínua dos fatores explicativos do desenvolvimento dos municípios de Mato Grosso, ou até havendo interesse em maior nível de agregação, em um conjunto de municípios das micro e mesorregiões do Estado de Mato Grosso.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para identificar quais os fatores que influenciam no processo de desenvolvimento dos municípios do Estado de Mato Grosso, objetivo maior da presente dissertação, foram analisados os resultados das subdimensões do IDMM em cinco municípios que apresentaram os melhores resultados e nos cinco municípios que apontaram as piores classificações. Após o cálculo do IDMM para os 141 municípios de Mato Grosso, foram identificados os municípios de: Nova Canaã do Norte, Sorriso, Canarana, Conquista D'Oeste e Lucas do Rio Verde, com os melhores índices, e São Pedro da Cipa, Denise, Poconé, Porto Estrela, e Chapada dos Guimarães, como os piores avaliados. A localização geográfica destes municípios classificados segundo o IDMM estão destacados no mapa 5, que demonstra a disposição destes no território mato-grossense.

Mapa 5 – Localização dos cinco melhores e cinco piores municípios segundo o IDMM (2011)



Fonte: Elaboração própria de acordo com a base cartográfica IBGE-MT (2010).

Ressalte-se que, os aspectos históricos, políticos e culturais da ocupação caracterizam-se como objeto de análise deste estudo, nesse sentido, pode-se observar que existe uma convergência dos municípios melhores classificados apresentados no mapa 5, com a localização territorial dos projetos de colonização apresentados no mapa 4, demonstrando que os projetos desenvolvimentistas implementados no bojo da ocupação, via colonização, tiveram impactos positivos nestas regiões. Em contrapartida, as regiões que tiveram sua ocupação por meio dos primeiros movimentos civilizatórios, e que não foram objetos dos projetos de colonização encontram-se entre os municípios que tiveram as piores classificações. Desta forma, tomando como base tais aspectos e o referencial teórico apresentado neste trabalho, a análise buscará apresentar os principais fatores explicativos do desempenho alcançado.

Inicialmente os resultados do IDMM, foram confrontados com os resultados do IDHM para estes dez municípios, com a finalidade de identificar os efeitos das subdimensões político-institucional e ambiental, sendo estas as subdimensões, que diferenciam o IDMM dos outros índices e o caracteriza. Assim a análise da dimensão político-institucional e ambiental, aqui idealizada, somente passa a fazer sentido quando relacionada à primeira análise, do IDHM, visto que a junção destas, cria a possibilidade de identificar o papel do ambiente político na promoção do desenvolvimento. O ambiente institucional, de acordo com North (1992) é moldado pelas organizações, e respondem pela transformação desse ambiente, gerando a mudança institucional. Importante destacar que o aspecto *path dependence* foi vinculado à análise, assim o aspecto histórico teve peso importante na análise dos dez municípios estudados. Busca-se assim um método de compreensão das desigualdades no processo de desenvolvimento dos municípios analisados como proposta de expansão da análise para o conjunto total dos municípios do Estado.

Os resultados do IDMM apresentaram em linhas gerais diferenças e contradições quando comparado aos resultados do índice “tradicional” IDHM, visto que, observa-se a ocorrência de modificações significativas no ranking geral dos municípios. Apresenta-se a seguir no quadro 6, os resultados dos cinco municípios melhores classificados sob a ótica do IDHM, e na sequência no quadro 7, os resultados do IDMM, observa-se inicialmente, que dentre os cinco melhores ranqueados pelo IDHM somente o município de Lucas do Rio Verde, consta entre os melhores ranqueados para os dois índices. Os resultados por dimensão do IDMM para os 141 municípios de Mato Grosso constam do anexo A, deste trabalho.

Quadro 6- Os cinco melhores para o IDHM

	IDHM RANKING ESTADUAL	IDHM	IDHM RENDA	IDHM EDUCAÇÃO	IDHM LONGEV	IDHM RANKING NACIONAL	IDMM RANKING ESTADUAL
1º	CUIABA	0,785	0,800	0,726	0,834	92º	95º
2º	LUCAS DO RIO VERDE	0,768	0,766	0,710	0,833	249º	5º
3º	NOVA MUTUM	0,758	0,773	0,673	0,837	400º	7º
4º	RONDONOPOLIS	0,755	0,749	0,698	0,823	453º	21º
5º	SINOP	0,754	0,755	0,682	0,832	467º	28º

Fonte: IDHM 2013 – PNUD, Atlas Brasil; IDMM (2011). Elaboração própria.

Chama atenção a movimentação na colocação da capital Cuiabá, antes classificada como a primeira do Estado no resultado do IDHM, passa a figurar na 95ª posição para o IDMM, obtendo o índice geral de 65,50, impactada pela contribuição negativa na dimensão político institucional, com resultado de 54,61, esta foi a dimensão de pior desempenho na composição do índice na capital. Importante destacar, que no período de referência para o cálculo do índice, o gestor municipal foi empossado por conta da vacância do prefeito eleito, que se afastou para concorrer a outro cargo eletivo, houve uma interrupção da gestão, e a capital teve nova gestão entre abril de 2010 a dezembro de 2012. Neste aspecto North (1993), destaca que as instituições tem um papel importante porque reduzem as incertezas e proporcionam uma estrutura para a vida cotidiana, sendo que estas afetam o desempenho da economia. Putnam (1996) destaca dentre os indicadores do desempenho institucional a estabilidade do gabinete, sendo que regiões que tiveram gabinetes bastante estáveis puderam seguir uma linha política coerente.

Quadro 7- Os cinco melhores para o IDMM

	IDMM RANKING ESTADUAL	IDMM	IDHM	POLITICO-INSTIT	AMBIENTAL	IDHM RANKING NACIONAL	IDHM RANKING ESTADUAL
1º	NOVA CANAÃ DO NORTE	78,28	68,60	84,19	83,07	2282º	71º
2º	SORRISO	76,05	74,40	78,50	75,32	667º	10º
3º	CANARANA	75,58	69,30	76,87	81,04	2105º	56º
4º	CONQUISTA D'OESTE	74,34	71,80	68,22	83,88	1362º	22º
5º	LUCAS DO RIO VERDE	74,19	76,80	75,10	70,79	249º	2º

Fonte: IDHM 2013 – PNUD, Atlas Brasil; IDMM (2011). Elaboração própria.

Dentre os municípios melhores classificados no IDMM, com exceção de Conquista D'Oeste a dimensão político-institucional encontra-se acima de 75,00, demonstrando forte contribuição das subdimensões gestão fiscal e participação. O município de Lucas do Rio Verde que figurava na 2ª posição para o IDHM, passa a figurar na 5ª posição para o IDMM, os demais melhores classificados para o IDHM não constam entre os melhores para o IDMM.

Os quadros 8 e 9 a seguir mostram os municípios que apresentaram os piores resultados para o IDHM e o IDMM respectivamente. Dentre os piores ranqueados sob a ótica dos dois índices, figura somente o município de Porto Estrela.

Quadro 8- Os cinco piores para o IDHM

IDHM RANKING ESTADUAL	IDHM	IDHM RENDA	IDHM EDUCAÇÃO	IDHM LONGEV	IDHM RANKING NACIONAL	IDMM RANKING ESTADUAL	
137º	COTRIGUAÇU	0,601	0,623	0,423	0,825	4123º	55º
138º	BARAO DE MELGAÇO	0,600	0,598	0,440	0,820	4144º	135º
139º	PORTO ESTRELA	0,599	0,571	0,467	0,804	4167º	140º
140º	NOVA NAZARÉ	0,595	0,621	0,427	0,793	4255º	101º
141º	CAMPINÁPOLIS	0,538	0,597	0,324	0,803	5339º	122º

Fonte: IDHM 2013 – PNUD, Atlas Brasil; IDMM (2011).Elaboração própria.

De acordo com o quadro 8, Cotriguaçu e Barão de Melgaço apresentam resultados classificados como médio, os municípios de Porto Estrela, Nova Nazaré e Campinópolis obtiveram a classificação baixa para o IDHM. A dimensão que mais contribui negativamente para todos, foi a educação. O município de Cotriguaçu, obteve desempenho razoável quando analisado sob a ótica do IDMM, com influência positiva da dimensão ambiental.

Quadro 9 - Os cinco piores para o IDMM

IDMM RANKING ESTADUAL	IDMM	IDHM	POLITICO-INSTIT	AMBIENTAL	IDHM RANKING NACIONAL	IDHM RANKING ESTADUAL	
137º	SÃO PEDRO DA CIPA	53,34	66,00	29,49	77,99	2898º	110º
138º	DENISE	53,14	68,30	27,90	78,73	2358º	75º
139º	POCONE	52,84	65,20	28,01	80,78	3070º	118º
140º	PORTO ESTRELA	52,08	59,90	28,95	81,48	4167º	139º
141º	CHAPADA DOS GUIMARAES	49,28	68,80	22,67	76,72	2224º	67º

Fonte: IDHM 2013 – PNUD, Atlas Brasil; IDMM (2011).Elaboração própria.

De acordo com o quadro 9, observa-se que para todos os municípios apresentados, a dimensão político-institucional ficou abaixo de 30,00, a dimensão ambiental fica acima de 76,00, e na dimensão socioeconômica, nenhum ultrapassa a média de 53,00. Esta constatação, a princípio pode suscitar existência de causalidade entre os bons resultados na dimensão ambiental e baixo dinamismo econômico. Para este estudo, não foi analisada esta correlação, porém vale o registro que serão abordados na análise dos municípios, fatores explicativos para os bons desempenhos ambientais identificados. Apresenta-se neste momento, a título de exemplo, que os municípios de Poconé e Chapada dos Guimaraes, possuem em seus respectivos territórios

parques estaduais e nacionais de preservação ambiental e outros, a exemplo de Denise, São Pedro da Cipa e Porto Estrela possuem pequena área territorial.

Constarão na análise das dimensões do desenvolvimento para cada um dos municípios, as participações setoriais do valor adicionado, com o objetivo de contextualização e comparabilidade com o Estado e também ao Brasil quando necessário, além de trazer elementos adicionais capazes de explicar os setores responsáveis pelo desempenho econômico. A tabela 1, mostra que em 2012, a maior participação em Mato Grosso, foi no setor serviços, seguido da agropecuária, e do industrial com a menor participação. Revela que o setor agropecuário tem participação acima de 20% para todos os melhores classificados para o IDMM, e ainda que a participação da indústria ficou acima de 12% para todos, com exceção de Canarana, mas com destaque para Lucas do Rio Verde, onde o setor participou com 24,37% no VAB.

Tabela 1 – Valor Adicionado Bruto à Preços Correntes por Atividade Econômica - Mato Grosso 2012 (R\$1.000,00)*

	AGROPECUÁRIA	%	INDÚSTRIA	%	SERVIÇOS	%	TOTAL
BRASIL	198.137.110	5,3%	969.233.841	26,0%	2.557.698.505	68,7%	3.725.069.456
MATO GROSSO	20.649.897	28,6%	11.421.393	15,8%	40.247.539	55,6%	72.318.829
NOVA CANAÃ DO NORTE	117.191	47,40%	42.014	17,0%	88.030	35,60%	247.235
SORRISO	982.880	29,46%	405.200	12,14%	1.948.514	58,40%	3.336.594
CANARANA	198.818	34,30%	35.671	6,15%	345.268	59,55%	579.757
CONQUISTA D'OESTE	12.177	29,65%	5.173	12,59%	23.723	57,76%	41.073
LUCAS DO RIO VERDE	498.906	22,72%	535.117	24,37%	1.162.046	52,91%	2.196.069
SÃO PEDRO DA CIPA	7.826	23,58%	3.057	9,21%	22.313	67,21%	33.196
DENISE	111.227	64,15%	6.616	3,82%	55.556	32,03%	173.399
POCONÉ	129.986	37,22%	46.824	13,41%	172.408	49,37%	349.218
PORTO ESTRELA	19.089	44,62%	3.514	8,21%	20.181	47,17%	42.784
CHAPADA DOS GUIMARÃES	76.530	33,62%	40.871	17,96%	110.225	48,42%	227.626

Fonte: IBGE, em parceria com os órgãos estaduais de estatística (2014).

Outro aspecto importante na análise sob a ótica do VAB por atividade econômica, foi a observação que, para os cinco melhores, a maior participação é do setor serviços, seguido da indústria, e da agropecuária, exceção somente para Nova Canaã do Norte, e que a participação da indústria está próxima da média estadual. No Estado, o setor serviços contribuiu com 55,6% do VAB, agropecuária com 28,6% e a indústria com 15,8%, demonstrando que Mato Grosso, ainda é pouco industrializado quando comparado ao Brasil. Em contrapartida, observa-se o município de Lucas do Rio Verde apresenta a distribuição entre os setores produtivos, semelhante ao Brasil e o único que figura entre os primeiros no IDHM e IDMM.

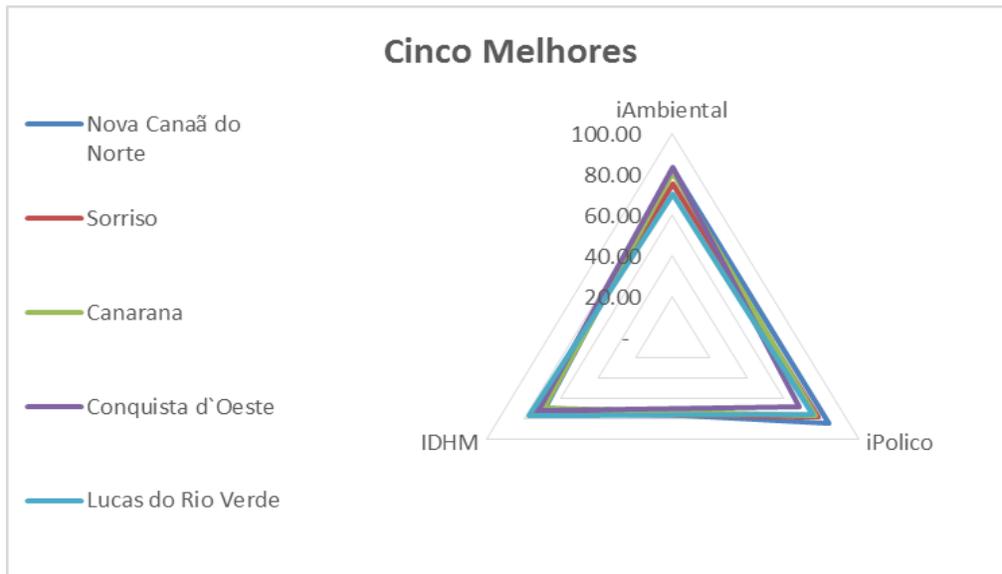
5.1 Análises dos cinco melhores e cinco piores do IDMM

Na operacionalização do IDMM as três dimensões tem o mesmo peso, a elaboração dos biogramas para os dez municípios, permitem a representação gráfica do estado de um sistema em um determinado ponto no tempo. Facilita a visualização dos diferentes graus de desenvolvimento, seus aparentes desequilíbrios entre as dimensões, assim como possíveis conflitos existentes. Tratam-se de fotografias de um momento atual, porém não expressam as trajetórias percorridas ou as dinâmicas territoriais, daí ressalte-se a importância da junção da análise histórica.

Os biogramas são gráficos de radar, nos quais cada dimensão é representada em um eixo próprio, todos irradiando a partir do ponto central. Todas as imagens foram construídas com as mesmas dimensões e na mesma ordem para permitir a comparação dos resultados, para este trabalho foram construídos triângulos para os dez municípios que representam as três dimensões do desenvolvimento segundo o IDMM, para possibilitar a comparação e análise da contribuição de cada dimensão para o desenvolvimento municipal.

A seguir nas figuras 2 e 3 foram operacionalizados biogramas para os cinco melhores e dos cinco piores no IDMM, compondo um triângulo que representa as três dimensões do índice. Observa-se uma distribuição mais equilibrada das dimensões para os cinco melhores, e uma boa participação da dimensão político institucional, o desdobramento por dimensão para cada um dos cinco melhores segue apresentado na sequência no gráfico constante do anexo K.

Figura 2 - Biograma dos cinco melhores municípios classificados para o IDMM (2011)



Fonte: Elaboração própria (2015).

Em contrapartida observa-se uma distribuição menos equilibrada das dimensões para os cinco piores, e fraca participação da dimensão político institucional. Com base nas figuras 2 e 3, pode-se inferir que os processos de desenvolvimento dos cinco melhores possuem as dimensões mais equilibradas, e cinco piores municípios menos equilibradas, quando avaliados pelo IDMM. O desdobramento por dimensão para cada um dos cinco piores apresenta-se no gráfico constante do anexo L.

North (1992) assinala que os modelos institucionais tendem a auto reforçar-se, mesmo quando são socialmente ineficientes. Portanto, entende-se para os resultados apresentados para os dez municípios, que projetos e ou políticas públicas que visem melhorar seu desempenho deveriam levar em consideração a preservação desta distribuição mais harmônica, observada no cinco melhores classificados.

Figura 3 - Biograma dos cinco piores municípios classificados para o IDMM (2011)



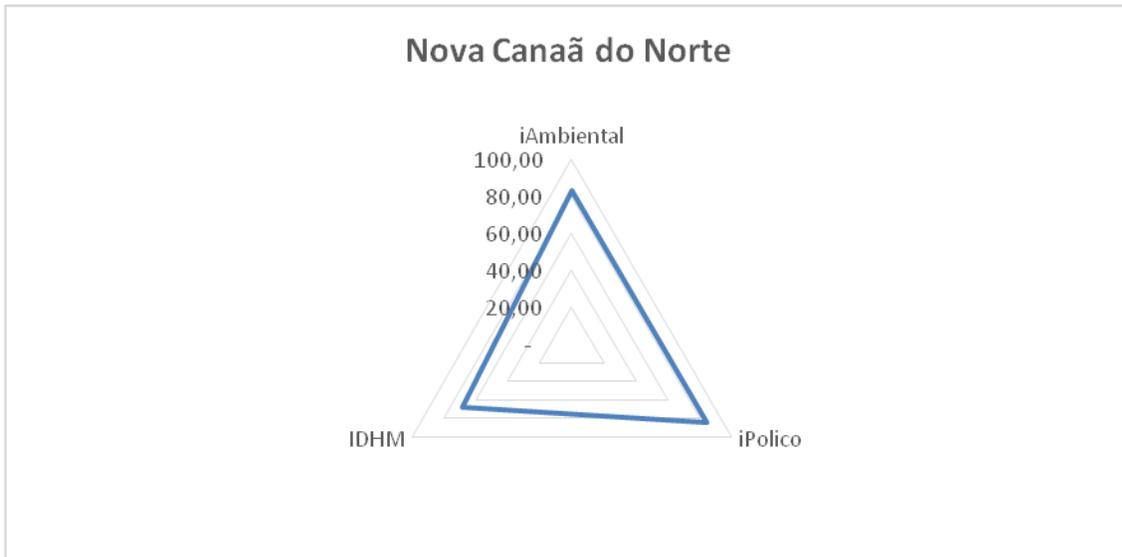
Fonte: Elaboração própria (2015).

Seguem de forma individualizada as análises dos cinco melhores e dos cinco piores municípios, segundo o IDMM. Para cada município será informado o PIB *per capita* a preços correntes de 2012 sempre em comparação com o PIB *per capita* do Estado de Mato Grosso na ordem de R\$25.945,87 (IBGE 2012) com a finalidade de fornecer um indicativo, mas não o único, do desempenho econômico do município em análise, visto que este indicador não demonstra por si só o resultado econômico municipal, porém sua apresentação é importante no contexto da análise, em complementação e comparação ao conjunto dos demais indicadores multidimensionais apresentados.

5.1.1 Nova Canãa do Norte

O município localiza-se na mesoregião norte, microregião de Colíder, entre as cidades de Alta Floresta e Colíder, possui atualmente uma população estimada de 12.330 habitantes (IBGE 2014). A população encontra-se distribuída em uma área de 5.966,19 km², com uma densidade demográfica de 2,03 hab/km², o PIB *per capita* a preços correntes (2012) foi de R\$22.162,68, abaixo da média do Estado de Mato Grosso.

Figura 4 - Biograma das três dimensões do IDMM do município de Nova Canaã do Norte- 2011



Fonte: Elaboração própria, com dados das três dimensões do IDMM (2015).

O índice de desenvolvimento multidimensional IDMM obtido para o município foi 78,28 o que conferiu a primeira posição neste indicador. A dimensão que mais contribuiu para o IDMM do município é o político-institucional, com índice de 84,19, seguida do ambiental, com índice de 83,07, e socioeconômico, com índice de 68,60. Análise da figura 4, que ilustra a situação das três dimensões que compõem o índice, observa-se bom desempenho e certo equilíbrio entre as dimensões. Na dimensão político-institucional, observa-se que o resultado foi influenciado pelas contribuições positivas nas subdimensões fiscal e participação social, que compõem esta dimensão. Ambas as subdimensões são apontadas por Putnam (1996) como importantes no desempenho institucional. A presteza orçamentária figura entre os doze indicadores do desempenho institucional, nesse sentido vale ressaltar que no ano de 2011 o município obteve a terceira colocação no IGFM do TCE-MT, na subdimensão fiscal. Outro ponto refere-se a participação social, Putnam (1996), em sua suposição básica de que membros de associações tendem a ser politicamente e socialmente mais ativos, pode explicar o bom desempenho e relaciona-se à cultura do associativismo e cooperação existentes no município.

A ocupação inicial do território encontra-se inserida, na atividade econômica exploradora de base florestal sazonal, especificamente seringais e nos projetos de colonização privado ou públicos, ambos motivados no contexto de interiorização e ocupação do estado rumo ao norte. Vale ressaltar que o papel do financiamento público foi fundamental, tendo em vista que Nova

Canaã do Norte, apresenta-se como um município relativamente jovem, sendo instalado em 31/12/1986, após as primeiras movimentações no território em busca da exploração dos seringais. A primeira tentativa de colonização privada, organizada pela Imobiliária e Colonizadora Líder fracassou em decorrência falta de estrutura para os loteamentos urbanos e rurais, bem como disputas por terras, sendo posteriormente socorrido pelo INCRA. O Instituto promoveu desapropriações e assumiu o ônus da empreitada anterior, criando em 1982 o Projeto de Assentamento Canaã (PAC), objetivando a regularização fundiária de cerca de 3.500 famílias residentes à época²⁶. Houve posteriormente, descoberta de ouro na região, motivando a migração de pessoas para a localidade, levando a emancipação do então distrito criado em 1981 a categoria de município.

Segundo Mendes (2012, p. 211), “os projetos de colonização e a descoberta do ouro no início da década de 1980 constituíram fatores para a atração de um fluxo migratório para o norte de Mato Grosso, responsável, em grande parte, pela urbanização recente ocorrida no Estado, que transformou distritos em cidades”. Ressalta ainda que “Essa é uma característica importante do processo de ocupação da fronteira agrícola, planejada no nível das esferas governamentais e pelas companhias colonizadoras para nascer urbanizado” (MENDES, 2012, p. 211). Assim o contexto inicial do município encontra-se inserido no planejamento público que visa ambiente propício à urbanização e por conseguinte à industrialização. Outro fator a ser considerando no processo inicial de criação de Nova Canaã do Norte é a existência de certo apelo no próprio nome sugerido ao município, pelo então Bispo de Sinop, D. Henrique Froehlich, que reporta a ideia de uma terra prometida aos que vinham se instalar na região, imbuídos de sonhos, coragem e esperança no futuro, tais aspectos são importantes na caracterização de uma identidade cultural aos residentes, e podem ser fatores importantes na articulação para a busca do desenvolvimento local. Tal fato corrobora para o bom desempenho na dimensão político institucional, visto que para a subdimensão participação social, todas as observações foram positivas para a existência de conselhos municipais, demonstrando um grau de participação social.

A dimensão ambiental, de acordo com a concepção adotada neste trabalho, foi avaliada na subdimensão saneamento, as variáveis coleta de lixo domiciliar que obteve bom desempenho para o município, acesso a rede geral de esgoto ou fossa séptica, com desempenho regular e

²⁶ Informações provenientes da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte, constantes no site cidades@ do IBGE, Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=510621&search=mato-grosso|nova-canaa-do-nortelinfograficos:-historico>> Acesso em:10 set. 2014.

acesso a rede pública de água potável, com bom desempenho. A subdimensão preservação ambiental, obteve contribuição positiva referente as áreas desmatadas em relação à área desmatada no Estado. A dimensão socioeconômica, proveniente do IDHM ficou em 68,60, 71ª posição no Estado, classificado como médio, na composição do índice a maior participação é longevidade, seguido de renda e educação.

Observa-se no município, um ambiente favorável a industrialização, este setor participa com 17% no Valor Adicionado Bruto da Produção, sendo tal proporção de participação similar a participação observada no Estado de Mato Grosso. A tabela constante do anexo M, apresenta o número de empresas e empregos gerados por setores econômicos no ano de 2011, com dados provenientes do Ministério do Trabalho e Emprego da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), em análise da referida tabela, observa-se que o município possuía 20 indústrias que geraram 804 empregos, destaque no segmento Construção civil e Alimentos e bebidas. Vale o registro da indústria Marajoara do Norte (Leite Nenê) instalada há cerca de oito anos no município. A atividade que mais contribuiu para o VAB do município, foi a agropecuária, cerca de 47,40%, sendo que tal atividade possuía 116 empresas, que foram responsáveis pela geração de 497 empregos de acordo com dados da RAIS.

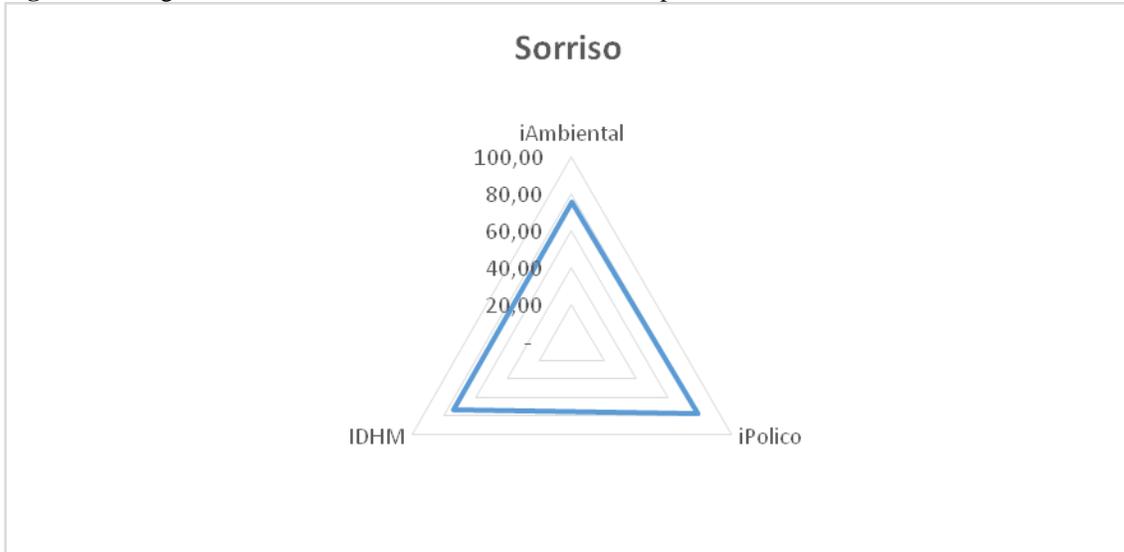
Após análise do município pode-se inferir que o desempenho institucional contribuiu favoravelmente para os resultados do IDMM, visto ter sido a melhor classificada, nesta perspectiva as subdimensões fiscal e participação caracterizam-se como importantes para os bons resultados obtidos em conjunto com os resultados favoráveis nas dimensões socioeconômico e ambiental, demonstrando equilíbrio entre as dimensões do desenvolvimento.

5.1.2 Sorriso

Localizado na mesorregião norte, microrregião do Alto Teles Pires, o município de Sorriso foi elevado a categoria de município somente em 1986 no governo Júlio Campos, tendo seu território desmembrado dos municípios de Nobres, Sinop e Diamantino. Possui atualmente uma população de 77.735 habitantes, distribuídos em uma área territorial de 9.339 km², sua densidade demografia é de 7,13 hab/km². Possui PIB *per capita* (2012) elevado, no valor de R\$53.584,97, acima da média do Estado de Mato Grosso que é de R\$25.945,87, o que lhe

confere uma boa pontuação no indicador socioeconômico, que para este trabalho equivale ao IDHM, na 10ª posição no Estado, classificado como alto, na ordem de 74,40.

Figura 5 - Biograma das três dimensões do IDMM do município de Sorriso - 2011



Fonte: Elaboração própria, com dados das três dimensões do IDMM (2015).

O índice de desenvolvimento multidimensional IDMM obtido para o município foi 76,05 o que lhe confere a segunda posição no indicador. A dimensão político institucional foi responsável pela maior contribuição, com índice de 78,50, seguida da ambiental, que alcançou 75,32, e da socioeconômica, com índice de 74,40. Pela análise da figura 5, observa-se equilíbrio e bom desempenho em todas as três as dimensões. O desempenho da dimensão político-institucional foi influenciado pelos bons resultados das subdimensões componentes, fiscal e participação social. Em 2011 o município obteve a 13ª colocação no IGFM do TCE-MT, alcançando o valor de 77,00, destacando-se os índices do gasto com pessoal, liquidez e custo da dívida, na subdimensão participação social, observou-se bons resultados, com índice de 80,00.

O território onde se localiza o município, começou a ser povoado no final da década de 70 às margens da BR 163, época da expansão no norte do Estado, tendo sido criado em decorrência de projetos de colonização inicialmente com paranaenses e catarinenses trazidos pela Colonizadora Feliz, conforme identificado no mapa 4.

Neste sentido Putnam (1996) aponta que o elemento “herança cultural” ou *path dependence* em North (1993), como um fator determinante nos níveis de desenvolvimento de uma região ou país. E ainda que a subordinação à trajetória podem traduzir diferenças duradouras

entre o desempenho de duas sociedades, mesmo quando nelas existem instituições formais, recursos, preços relativos e preferências individuais semelhantes, pode-se explicar com base na teoria que a tradição “sulista” existente no município, com traços de associativismo e cooperativismo podem ter atuado como determinantes na forma como a sociedade se organizou e atua dentro do contexto socioeconômico regional, caracterizando-se como fator explicativo do desempenho político institucional, socioeconômico.

A dimensão socioeconômica, proveniente do IDHM ficou em 74,40, 10ª posição no Estado, classificado como alto, na composição do índice a maior participação é longevidade, seguido de renda e educação. O desempenho socioeconômico analisado sob a ótica do VAB nos revela que a atividade que mais contribui foi o setor serviços, com 58,40% de participação, vale ressaltar que como sub-setor desta atividade encontra-se inserido o comércio, neste sentido comércio e serviços fornecem apoio e são beneficiados da atividade agropecuária, que participa com 29,46% do VAB, reforçando a rede de comércio e serviços do “agronegócio” no município. O setor industrial representa 29,46% do VAB e possuía em 2011, 472 empresas, que geraram 3.722 empregos, com destaque na Construção civil, Alimentos e bebidas e Madeira e mobiliário, de acordo com dados da RAIS. O setor indústria no município possuiu potencial em ofertar empregos.

Uma análise mais detalhada da tabela anexa N nos permite identificar a importância da intensificação da tecnologia na atividade de produção, visto que o subsetor “Administração técnica profissional” possuía 141 empresas no município em 2011, gerando 615 empregos. O setor agricultura possuía 634 empresas e gerou no período 3.138 empregos.

A dimensão ambiental apresentou resultados favoráveis, sendo a segunda que mais contribui no IDMM, o valor desta ficou em 75,32 composto pelas subdimensões saneamento básico e preservação ambiental. Vale ressaltar as limitações deste estudo nesta dimensão, cujas subdimensões citadas avaliam basicamente a coleta de lixo, acesso a água tratada e rede de esgoto na subdimensão saneamento básico, e indicadores de desflorestamento, na subdimensão preservação ambiental.

Sobre esta última, preservação ambiental, ressalte-se que deve merecer atenção a médio e longo prazo, aspectos tais como, o uso de agrotóxicos, erosão do solo, contaminação de nascentes e do solo por produtos químicos bem como a própria proteção de nascentes, que poderiam piorar

os desempenhos em outras dimensões futuramente, em especial no que se refere a saúde da população.

Neste sentido adverte Sachs (1933), acerca das subdimensões da sustentabilidade, sobre os riscos de ignorar as relações complexas entre o porvir das sociedades humanas e a evolução da biosfera, na medida em que a sustentabilidade no tempo das civilizações vai depender da sua capacidade de se submeter aos preceitos de prudência ecológica e de fazer bom uso da natureza.

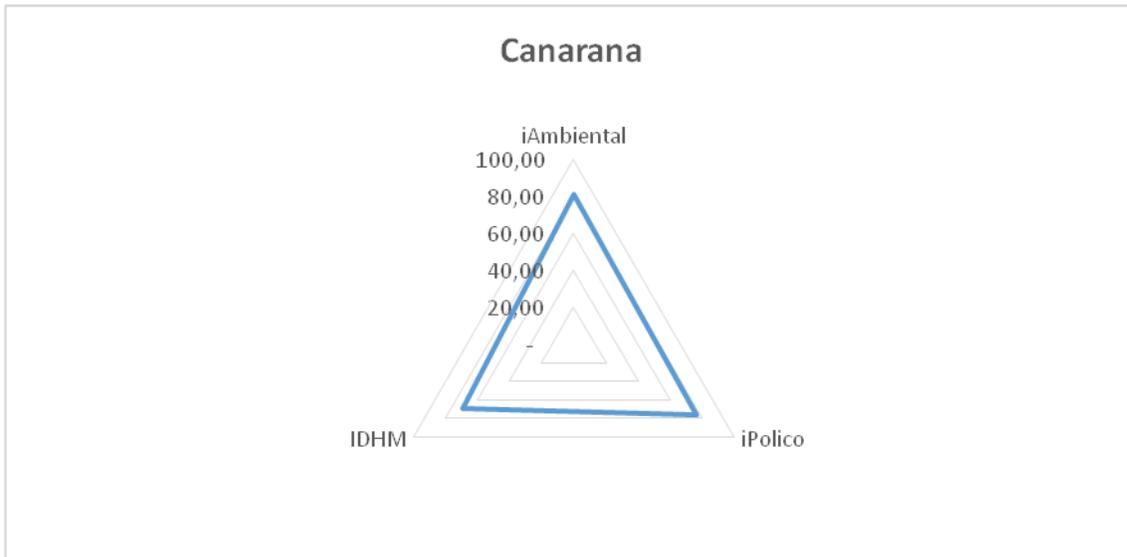
Sobre a dimensão socioeconômica, que foi a terceira em contribuição no IDMM, recomenda-se atenção as questões de distribuição equitativa de renda e dos benefícios da atividade econômica no município, visto que, talvez nem todos podem estar participando de forma igualitária deste processo, o que poderia estimular no médio e longo prazo aumento de índices de violência localmente. Nesse sentido, Sachs (1933) quando define inicialmente cinco dimensões da sustentabilidade, e que todo o planejamento do desenvolvimento deve considerar as dimensões social, econômica, ecológica, espacial e cultural, e que a dimensão social tem como meta construir uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de forma a reduzir as desigualdades entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres.

Por fim, após análise do município concluí-se que o desempenho institucional contribuiu favoravelmente para os resultados do IDMM, existe equilíbrio entre os resultados obtidos nas outras dimensões do desenvolvimento, porém recomenda-se cuidados com as questões ambientais e de distribuição de renda, remetendo a possibilidades do desenvolvimento local como forma de sustentabilidade da situação atual, mitigação das desigualdades sociais e geração de alternativas de renda para todos de forma equitativa, e prevenção de aumento nos índices de violência.

5.1.3 Canarana

O município localiza-se na mesoregião nordeste, microregião de Canarana, possui atualmente uma população estimada de 19.948 habitantes (IBGE 2014). A população encontra-se distribuída em uma área de 10.882,40 km², com uma densidade demográfica de 1,72hab/km², o PIB *per capita* a preços correntes (2012) foi de R\$34.023,95 acima da média do Estado.

Figura 6 - Biograma das três dimensões do IDMM do município de Canarana - 2011



Fonte: Elaboração própria, com dados das três dimensões do IDMM (2015).

O índice de desenvolvimento multidimensional IDMM obtido para o município foi 75,58 o que conferiu a terceira posição neste indicador. A maior contribuição vem da dimensão ambiental, com índice de 81,04, seguida da político-institucional que alcançou 76,87, e da socioeconômica, com índice de 75,58. A figura 6, ilustra a situação das três dimensões que compõem o índice, observa-se bom desempenho e equilíbrio entre as dimensões. O bom desempenho da dimensão ambiental, foi influenciado pelas contribuições positivas nas subdimensões saneamento básico e preservação ambiental, em especial as variáveis coleta de lixo domiciliar que possui boa cobertura no município, e a relação da área desmatada no município nos últimos 10 anos em relação a área desmatada no Estado, demonstrando força na dimensão ambiental.

Importante constar para esta análise, a localização geográfica do município, criado no traçado da expedição Roncador Xingu, possui uma parte de seu território no Parque Indígena do Xingu. Destacando-se que, todas as nascentes situadas no município formam o rio Xingu e por este motivo há um engajamento para que as nascentes sejam preservadas e ou recuperadas (RIBEIRO, 2013). Apesar de ser pequena a parte do Parque dentro do município, a presença institucional indígena tem representação no seu território. O Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), sediado no município, é responsável por atender todos os demais municípios que fazem parte do Parque, sendo previsto o controle social por meio dos Conselhos Indígenas de Saúde,

que garantem ao menos na legislação, a participação dos indígenas na gestão dos DSEI's, com reuniões periódicas organizadas pelos gestores dos DSEI's. Esta forma de gestão, estimula o capital social local e favorece a discussão, inclusive das questões ambientais. Observa-se atualmente ações de preservação ambiental e proteção dos povos indígenas, com articulação de vários atores locais em conjunto com a atuação ONG's, que promovem ações integradas e geralmente possuem como ponto de apoio instituições sediadas no município.

A dimensão político institucional também contribuí positivamente para o índice, o município alcançou em 2011 a 21ª posição no IGFM do TCE-MT, com destaque positivo para os índices de liquidez e investimento, ensejando ações de controle somente no indicador custo da dívida. A subdimensão participação apresenta resultados favoráveis, demonstrando que o município oportuniza o desenvolvimento do capital social via conselhos municipais.

Os primeiros movimentos no sentido de povoamento iniciaram em 1972 com a elaboração de um anteprojeto de colonização iniciado pelo pastor Norberto Schwantes, por meio de uma cooperativa para pequenos agricultores provenientes do Sul do país, sendo o que o próprio pastor luterano que escolheu o nome para o município. Canarana é o nome de um capim da Amazônia, que, a exemplo de Nova Canaã do Norte, também faz alusão a Canaã – Terra Prometida, assim foi batizada a localidade, sendo elevado a categoria de município em 1979, com território desmembrado do município de Barra do Garças.

O movimento de colonização privado enfrentou dificuldades, tendo em vista que, a política governamental que providenciou a vinda dos agricultores, não disponibilizou infraestrutura e apoio (RIBEIRO, 2013). As famílias vieram em busca de terras, fugindo da escassez destas no Sul, porém cientes da necessidade do pagamento de seus lotes no Estado de Mato Grosso. As dificuldades enfrentadas pelos colonizadores pode ter sido fator explicativo para o desempenho político institucional atualmente registrado pelo IDMM. Para North (1992), os costumes, os modelos mentais do mundo social reforçam a trajetória, com implicações no desenvolvimento econômico. Putnam (1996), sobre os condicionantes do modo como às instituições públicas e sociais passam a atuar no presente, indica que as tradições formadas no passado acabam atuando como determinantes do modo como elas se organizam e atuam no contexto sócio-cultural regional. E ainda acerca da participação social, na suposição básica de que membros de associações tendem a ser politicamente e socialmente mais ativos, demonstra-se

como fator explicativo na medida em que se relaciona à cultura do associativismo e cooperação existentes no município.

A dimensão socioeconômica, proveniente do IDHM alcançou o índice de 69,30, 56ª posição no Estado, classificado como médio, na composição do índice a maior participação é longevidade, seguido de renda e educação. Em análise do desempenho sob a ótica do VAB, observa-se que a atividade que mais contribui foi o setor serviços, com 59,55% de participação, a atividade agropecuária participa com 34,30% do VAB e vem se fortalecendo recentemente, já inaugurando o município como mais um expoente do “agronegócio” no Estado. Na análise do anexo O, que contém o número de empresas e empregos gerados por setores econômicos, observa-se que o setor agricultura, possuía em 2011, 288 empresas que ofertaram 1.181 empregos, a atividade conseguiu gerar grande número de empregos no município, quase na mesma proporção do comércio e serviços. O que pode demonstrar ainda certo grau de desconcentração nesta atividade por enquanto, ou mesmo a permanência de pequenas e médias propriedades.

O setor industrial é o que possui menor representação na ordem de 6,15% do VAB, e possuía em 2011, 49 empresas, que geraram 179 empregos, com destaque na Construção civil, Alimentos e bebidas, Indústria de minerais não metálicos e metalúrgica, de acordo com dados da RAIS. O setor indústria no município possui potencial em ofertar empregos.

Considerando que a dimensão mais forte para o município foi a ambiental, e diante da importância da preservação ambiental no contexto atual, e tendo como fator o papel da agropecuária no contexto econômico do município, acredita-se que devem continuar merecendo a atenção a médio e longo prazo, os aspectos acerca do uso de agrotóxicos, erosão do solo, contaminação de nascentes e do solo por produtos químicos bem como a própria proteção de nascentes, que poderiam piorar os desempenhos em outras dimensões futuramente, em especial no que se refere a saúde da população e a proteção das nascentes dos rios que compõem o Parque do Xingu.

Assim, diante das subdimensões da sustentabilidade indicadas por Sachs (1993), das relações entre o porvir das sociedades e a evolução da biosfera, prudência ecológica e bom uso da natureza, vale ressaltar as considerações de Sen (2010), no contexto da análise do desenvolvimento que contempla a dimensão político-institucional, que não pode prescindir de uma perspectiva do papel das liberdades dos indivíduos caracterizadas particularmente pela

expansão das capacidades “*capabilities*” das pessoas em levar o tipo de vida que elas valorizam, sendo que tais capacidades que podem ser aumentadas tanto pelas políticas públicas, como também, por outro lado, as políticas públicas podem ser influenciadas pelo uso efetivo das capacidades participativas do povo.

Por fim, após análise do município concluí-se que o desempenho ambiental contribuiu favoravelmente para os resultados do IDMM, seguido do político institucional e na sequência da dimensão socioeconômica, porém existe certo equilíbrio entre os resultados obtidos entre as dimensões do desenvolvimento.

5.1.4 Conquista D’Oeste

O município localizado na mesorregião sudoeste, microregião do Alto Guaporé, foi criado no contexto da expansão política em 1999, desmembrado do município de Pontes e Lacerda. O nome da cidade representa o ideal de um povo que conquistou o espaço que ocupa com muito esforço e dedicação ao futuro do local²⁷. A formação inicial da vila, se deu por ocupação da fazenda Conquista, que originou o processo regular de ocupação de assentamento pelo INCRA. Possui uma população estimada de 3.673 habitantes (IBGE 2014), distribuídos no território de 2.672,20 km² conferindo uma baixa densidade demográfica (1,27 hab/km²). Possui PIB *per capita* de R\$12.510,97 abaixo da média do Estado (R\$25.945,87).

²⁷ Dados do site da Prefeitura municipal de Conquista D’Oeste. Disponível em: <<http://www.conquistadoeste.mt.gov.br/Historia-do-Municipio/>>. Acesso em: 21 maio, 2015.

Figura 7- Biograma das três dimensões do IDMM do município de Conquista D`Oeste - 2011



Fonte: Elaboração própria, com dados das três dimensões do IDMM (2015).

O índice de desenvolvimento multidimensional IDMM obtido para o município foi 74,34 o que lhe confere a quarta posição no indicador. Com base na figura 7, observa-se equilíbrio entre as dimensões, sendo a maior contribuição na dimensão ambiental, que alcançou o índice de 83,88. A segunda contribuição vem da dimensão socioeconômica, proveniente do IDHM que alcançou o índice de 71,80. A dimensão político-institucional, foi a que apresentou menor contribuição para o município, atingindo 68,22.

Destaca-se que os bons resultados na dimensão ambiental, decorrem das contribuições positivas nas subdimensões saneamento básico e preservação ambiental, visto que as variáveis coleta de lixo domiciliar possui boa cobertura no município, e a relação da área desmatada no município nos últimos 10 anos em relação a área desmatada no Estado apresentou foi bem avaliada. Observa-se que o município possui ações na gestão ambiental, por meio do plano municipal de saneamento básico e ações de coleta seletiva em curso, demonstrando preocupação com as questões ambientais, não obstante ser um município pequeno e com emancipação recente.

Na dimensão político-institucional, apesar desta ser a dimensão que menos contribuiu para o IDMM, sua posição é de destaque na subdimensão fiscal, ocupando a 3ª posição para o grupo de municípios de até 5.000 habitantes e a 16ª posição no ranking geral dos 141 municípios de Mato Grosso no IGFM do TCE-MT, a prestação orçamentária figura entre os indicadores do desempenho institucional de acordo com Putnam (1996).

Na dimensão socioeconômica, o município está na 22ª posição do IDHM para o Estado, este resultado possui maior contribuição da longevidade, seguido da renda e na sequência educação. Esta dimensão, analisada sob a ótica do VAB nos revela que a atividade econômica que mais contribuiu foi o setor serviços, com 57,76% de participação, a atividade agropecuária participou com 29,65% do VAB. Observa-se no segmento, produção agrícola de arroz, soja, pecuária, produção de leite, e também a produção de hortifrutigranjeiros por pequenos produtores rurais. Identifica-se contribuição da agricultura familiar com produção apoiada no associativismo e cooperativismo, em especial nos Projetos de Assentamento existentes no município, estando presente a valorização e apoio do município em ações de fornecimento de assistência técnica e capacitação. Tais iniciativas, podem configuram-se como alternativas de desenvolvimento endógeno, pois de acordo com Vázquez Barquero (2002), é possível afirmar que as cidades estão em permanente transformação, como decorrência do processo de aprendizagem e de aquisição de conhecimentos realizado pelos atores, bem como do estabelecimento de redes e da cooperação entre os mesmos. Desta forma, o reconhecimento destes fatores é de fundamental importância, uma vez que o desenvolvimento local está totalmente ligado à organização social e às relações cívicas.

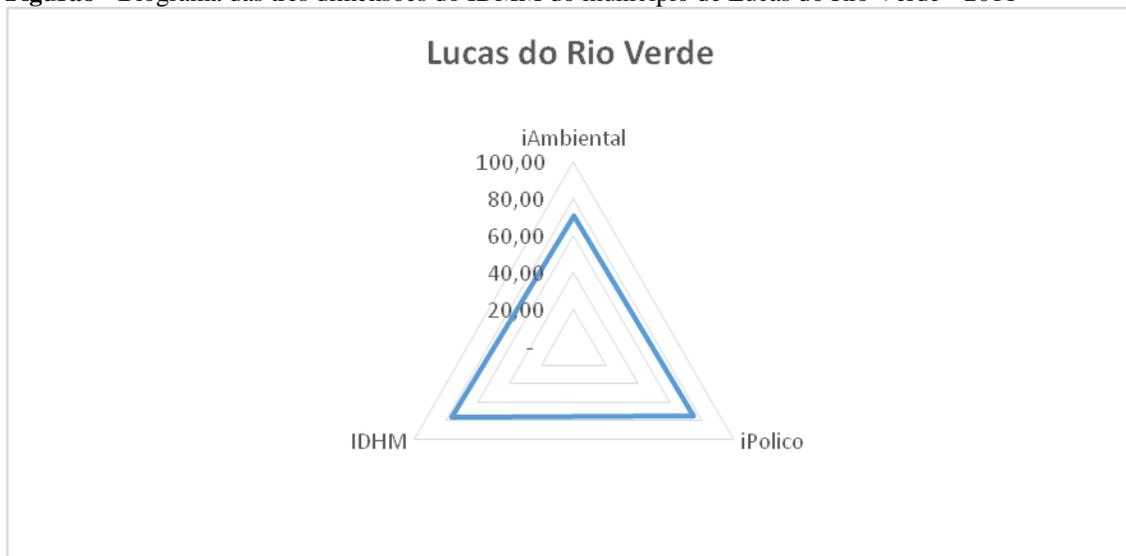
A evolução do número de empresas e empregos gerados por setores econômicos, constante no anexo P, demonstra que o setor agricultura, possuía em 2011, 17 empresas que ofertaram 123 empregos, evidenciando que a atividade na média, conseguiu gerar de forma satisfatória um número de empregos no município, o que talvez possa ser explicado, em análise futura mais detalhada, pela presença de pequenas propriedades, por sua vez a indústria gerou 90 empregos com 03 empresas, demonstrando força na capacidade de geração de empregos.

Por fim, após análise do município concluí-se que o desempenho ambiental contribuiu favoravelmente para os resultados do IDMM, seguido do socioeconômico e na sequência da dimensão político-institucional, porém existe certo equilíbrio entre os resultados obtidos entre as dimensões do desenvolvimento e condições favoráveis ao fortalecimento da dimensão político-institucional.

5.1.5 Lucas do Rio Verde

Localiza-se na mesoregião norte, microregião do Alto Teles Pires, às margens da BR 163 em posição estratégica contexto do agronegócio, possui atualmente uma população estimada de 55.094 habitantes (IBGE 2014), está entre as cidades que apresentaram maiores taxa de crescimento da população no intervalo dos Censos 2000 e 2010, na ordem de mais de 50% no período, sua população encontra-se distribuída em uma área de 3.663,99 km², com uma densidade demográfica de 12,43 hab/km², o PIB *per capita* a preços correntes (2012) foi de R\$50.146,71, o dobro da média do Estado. Destaca-se para os objetivos deste trabalho, de comparação do IDHM com o IDMM, que o município é o único que figura entre os primeiros nos dois índices, visto que ocupa a 2^a posição no IDHM no Estado de Mato Grosso e a 5^a posição no IDMM.

Figura8 - Biograma das três dimensões do IDMM do município de Lucas do Rio Verde - 2011



Fonte: Elaboração própria, com dados das três dimensões do IDMM (2015).

Em análise de figura 8, observa-se um grande equilíbrio entre as três dimensões que compõem o índice, o resultado obtido para o município foi 74,19, conferindo a este a quinta posição quando comparado aos demais municípios. A maior contribuição foi na dimensão socioeconômica, medido pelo IDHM que alcançou 76,80, o índice reforça juntamente com o elevado PIB *per capita*, a situação econômica favorável do município. A segunda contribuição

foi da dimensão político-institucional, que obteve o valor de 75,10, seguido do resultado 70,79 na dimensão ambiental.

A dimensão socioeconômica possuiu grande força para o município, o mesmo encontra-se na 2ª posição do IDHM para o Estado, ficando atrás somente da capital Cuiabá, classificado como alto, este resultado possui maior contribuição da longevidade, seguido da renda e na sequência educação. Sob a ótica do VAB, destaca-se o setor industrial, que participa com 24,37%, valor próximo ao Brasil que é da ordem de 26,9%, e bem superior a média do Estado de Mato Grosso que fica em 15,8%, o que demonstra forte industrialização no município, ressalte-se que todos os municípios analisados até o presente momento, Lucas do Rio Verde apresenta o melhor desempenho da indústria no VAB, sendo o setor bem diversificado conforme dados constantes do anexo Q, observa-se que a indústria em 2011, possuía 325 empresas que foram responsáveis pela geração de 6.035 empregos, sendo expressivo o segmento de alimentos e bebidas, que com 18 empresas, foi responsável por gerar 4.133 destes postos de trabalho. A construção civil, apesar de possuir maior número de empresas, 184 no total, gerou 1.100 empregos. A indústria extrativa de minerais não metálicos, metalúrgica e química contribuíram com geração de 472 empregos, demonstrando diversificação no setor industrial. O dinamismo da indústria de alimentos e bebidas esta associado à atividade agropecuária. Neste sentido vale retomar o conceito das “agrocidades” ou cidades baseadas no “agronegócio” onde as demais atividades giram em torno da atividade agropecuária, gerando encadeamentos nas demais atividades. A participação da indústria no VAB do município, possui média similar a do Brasil e acima da observada em Mato Grosso. Perroux (1967), acerca dos pólos econômicos, tem o mérito de explicitar que, no “pólo”, se desenvolve a moderna indústria capaz de absorver avanços tecnológicos. Além disso, que uma indústria é capaz de exercer ação sobre o meio no qual se insere graças aos seus efeitos de encadeamento e, inclusive, de gerar economias externas, porém, adverte da importância em se potencializar os efeitos positivos em detrimento dos efeitos ou externalidades negativas, para evitar os chamados “enclaves”.

A maior participação no VAB é do setor de serviços²⁸, na ordem de 52,91%, este setor também encontra-se associado ao setor agropecuário. O comércio varejista possuía 577 empresas, que empregavam 3.273 pessoas, com satisfatório desempenho nas atividades de administração técnica e profissional, transporte e comunicação, alojamento e comunicação e instituições

²⁸ No setor serviços encontra-se inserido o comércio de acordo com metodologia das contas regionais.

financeiras. Assim, o setor agropecuário, apesar de possuir menor participação no VAB, não é menos importante, na medida em que é capaz de fornecer a base para o desenvolvimento dos demais setores, o que configura um equilíbrio entre os setores da atividade econômica.

Para a dimensão político-institucional, os resultados são favoráveis, com influências positivas das subdimensões fiscal e participação social, com destaque para a primeira, o município é o primeiro no ranking do IGFM-TCE-MT, possuindo excelentes índices de liquidez e investimento. Ambas subdimensões, são apontadas por Putnam (1996) como importantes no desempenho institucional. A presteza orçamentária figura entre os doze indicadores do desempenho institucional, e ainda que membros de associações tendem a ser politicamente e socialmente mais ativos. O desempenho favorável na participação social, pode estar relacionado à cultura do associativismo e cooperação existentes no município que tem origem em projetos de colonização.

Os primeiros movimentos no sentido de ocupação do território ocorrem no contexto da construção da BR 163 na década de 70, momento em que os primeiros colonizadores chegam a região. Mas foi somente em 1981 que o INCRA dá início ao projeto de assentamento de 203 famílias sem-terra provenientes do Rio Grande do Sul que passam a dividir a terra com posseiros paulistas. Em 1988 foi elevada a categoria de município tendo seu território desmembrado de Diamantino. Atualmente, poucas famílias dos assentados de Ronda Alta (RS), ainda continuam de posse das terras, dadas as dificuldades iniciais, muitos desistiram ou cederam espaço para a agricultura extensiva que passou a ocupar o cerrado²⁹. Putnam (1996) aponta que o elemento “herança cultural” ou *path dependence* em North (1993), como um fator determinante nos níveis de desenvolvimento de uma região ou país. E ainda que a subordinação à trajetória podem traduzir diferenças duradouras entre o desempenho de duas sociedades, mesmo quando nelas existem instituições formais, recursos, preços relativos e preferências individuais semelhantes, assim neste contexto, similar ao município de Sorriso, já analisado neste trabalho, situado também ao longo da BR 163, as características associativistas e cooperativistas, associam-se à tradição “sulista” existente no município, que podem ter atuado na forma de organização da sociedade com efeitos no contexto socioeconômico, sendo fator explicativo para o desempenho político institucional, socioeconômico.

²⁹ Informações constantes do site da Prefeitura de Lucas do Rio Verde. Disponível em: <http://www.lucasdorioverde.mt.gov.br/principal/pag_caracteristicas.php>. Acesso em: 15 jul. 2015.

A dimensão ambiental apresenta a menor contribuição, no valor de 70,79, sendo maior a participação na subdimensão saneamento básica, que avaliou a coleta de lixo, acesso a água tratada e rede de esgoto. A subdimensão, preservação ambiental, a exemplo de Sorriso, recomenda-se atenção a médio e longo prazo para os aspectos do uso de agrotóxicos, erosão do solo, proteção das nascentes e contaminação por produtos químicos, contaminação do solo por produtos químicos, que poderiam piorar os desempenhos em outras dimensões futuramente, em especial no que se refere a saúde da população. Pignati e Machado (2011) demonstraram os efeitos dos níveis de exposição aos agrotóxicos por habitantes. Esta exposição em 2010, foi da ordem de 136 l/habitante, superior ao registrado no Estado que ficou em 36 l/habitante³⁰. Sachs (1933), acerca das subdimensões da sustentabilidade, adverte sobre os riscos de ignorar as relações complexas entre o porvir das sociedades humanas e a evolução da biosfera, na medida em que a sustentabilidade no tempo das civilizações vai depender da sua capacidade de se submeter aos preceitos de prudência ecológica e de fazer bom uso da natureza, bem como da importância na dimensão social da equidade na distribuição de renda e de bens, de forma a reduzir as desigualdades entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres.

Por fim, após análise do município observou-se que o desempenho socioeconômico contribuiu favoravelmente para os resultados do IDMM, existe equilíbrio entre os resultados obtidos nas outras dimensões do desenvolvimento, e recomenda-se atenção para as questões ambientais no médio e longo prazo. E ainda dado o modelo agroexportador, voltado para fora, atenção deve ser dada a existência de “enclaves” que gerem efeitos negativos superiores aos positivos, em especial na questão ambiental, bem como na distribuição equitativa. Alternativas de desenvolvimento endógeno podem ser implementadas, dada o risco que se apresenta a uma economia quando voltada para o setor externo, nesse sentido um ambiente institucional desenvolvido pode ser determinante na capacidade de propor alternativas sustentáveis para o modelo, aproveitando externalidades positivas e mitigando as negativas.

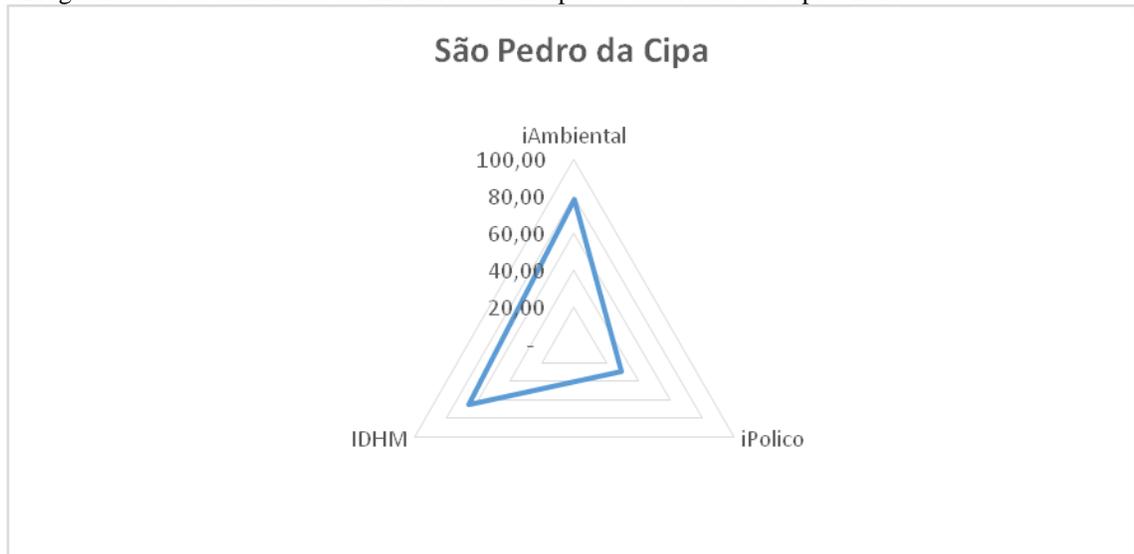
Os cinco piores do IDMM

³⁰ **Fonte:** Sistema de Informações de Agrotóxicos do INDEA-MT, proveniente do registro das revendedoras notas fiscais dos receituários agrônômicos centralizado no INDEA E SEDRAF referente ao ano de 2010.

5.1.6 São Pedro da Cipa

As origens do município decorrem do projeto de colonização, Companhia Industrial Pastoril Agrícola em 1949, porém a região tem tradição garimpeira, sendo que a atividade de exploração de diamantes consta como incipiente para economia local atualmente³¹. O município fica entre as cidades de Jaciara e Juscimeira, na região sudeste, microrregião de Rondonópolis, foi emancipado em 1991, desmembrado do município de Jaciara, atualmente sua população é de 4.393 pessoas, distribuídas no território de 342,95 km², sendo sua densidade demografia de 12,12 hab/km². O PIB *per capita* a preços correntes (2012) foi de R\$8.116,08 bem abaixo da média do Estado (R\$25.945,87).

Figura 9 - Biograma das três dimensões do IDMM do município de São Pedro da Cipa - 2011



Fonte: Elaboração própria, com dados das três dimensões do IDMM (2015).

A dimensão que mais contribui para o IDMM do município é ambiental, com índice de 77,99, seguida da socioeconômica, com índice de 66,00, e da político-institucional, com índice de 29,49. Em análise da figura 9 observa-se um desequilíbrio entre as três dimensões, com melhor desempenho para a dimensão ambiental e pior desempenho para a político institucional. O índice de desenvolvimento multidimensional IDMM obtido para o município foi 53,34 o que conferiu a

³¹ Informações constantes do site da Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa. Disponível em: <<http://www.saopedrodacipa.mt.gov.br/Economia>>. Acesso em: 20 set. 2015.

137ª posição neste indicador no ranking estadual, classificado, para os objetivos de análise deste trabalho, entre os cinco últimos no indicador.

O comportamento apresentado na dimensão ambiental é influenciado pelas contribuições positivas nas subdimensões saneamento básico e preservação, trata-se de município pequeno em termos populacionais e em extensão territorial. A teoria de North (1993) não traz explicitamente o peso do fator ambiental na análise da desigualdade regional, porém mesmo assim se torna adequada para os objetivos deste trabalho, de acordo com o disposto teórico da teoria institucionalista via correlação positiva entre o desempenho institucional e o desenvolvimento de uma região.

Na dimensão socioeconômica, o município está na 110ª posição do IDHM para o Estado, classificado como médio, sendo a longevidade a que mais contribui nesta dimensão. Em análise sob a ótica do VAB, observa-se que a participação da indústria é da ordem de 9,21%, abaixo da média do Estado. O setor que mais contribui é o serviços com cerca de 70%, e a agropecuária 23,58%. A evolução do número de empresas e empregos gerados por setores econômicos, constante do anexo R, demonstra que o comércio possuía 8 empresas que foram responsáveis por 29 empregos, a agricultura com 12 empresas gerou 13 empregos, e a indústria possuía 1 extrativa mineral, sem a informação do número de empregos para o ano de 2011, e a construção civil com 1 empresa ofertou 2 empregos. A administração pública com 2 empresas, gerou 204 empregos.

A dimensão político-institucional, foi a que apresentou a maior contribuição negativa para o IDMM, na composição as subdimensões participação e gestão fiscal revelam o fraco desempenho do município. No ranking estadual do IGFM-TCE-MT o município fica na 120ª posição e observa-se que grau de dependência das transferências constitucionais é alto conforme resultado no índice da receita tributária. O grau de participação social, via conselhos municipais também é baixo. Confirma-se assim o disposto teórico da teoria institucionalista da correlação entre o desempenho institucional e o desenvolvimento de uma região. Conforme descrito anteriormente, o município possui em sua história a tradição garimpeira, atividades mineradoras possuem o risco de caracterizarem-se em atividades exploradoras e geradoras dos chamados “enclaves mineiros”, caso não sejam bem acompanhadas pelas instituições, em especial no que refere às questões ambientais e de sustentabilidade econômica, via geração de outras alternativas de renda após o declínio das atividades mineiras. Destaca-se que a emancipação do município acompanhou o desenvolvimento do município de Jaciara, que havia sido colonizado pela

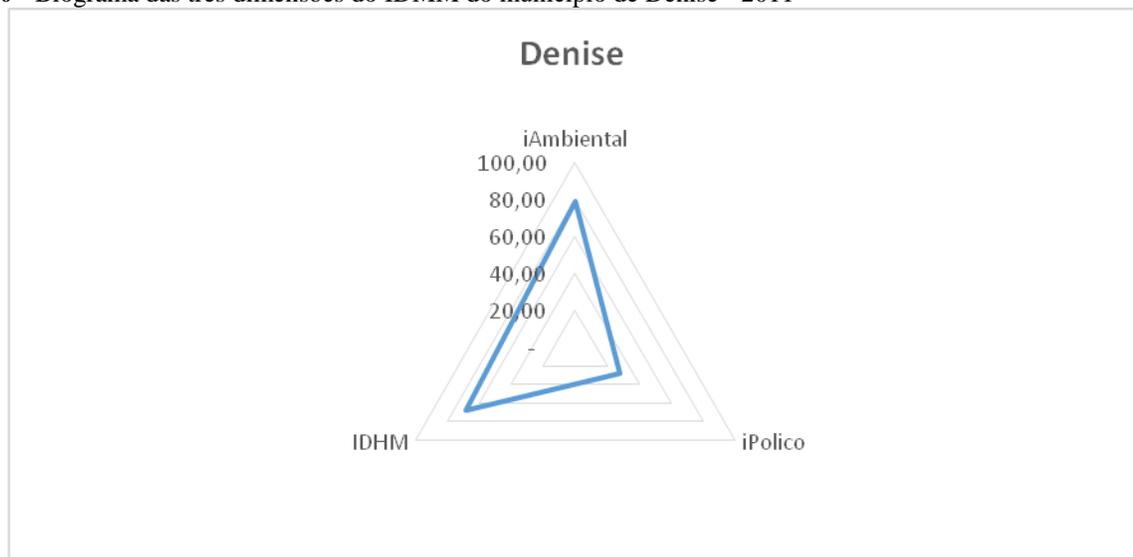
Companhia Industrial Pastoril e Agrícola (CIPA), que foi incorporado ao nome do município. Putnam (1996) destaca o peso da história e da sua interferência no desempenho institucional. Tal revelação possibilita proposições e alternativas de desenvolvimento endógeno. Vázquez Barquero (2002), afirma que as cidades estão em permanente transformação, como decorrência do processo de aprendizagem e de aquisição de conhecimentos realizado pelos atores, bem como do estabelecimento de redes e da cooperação entre os mesmos. Desta forma, o reconhecimento destes fatores é de fundamental importância, uma vez que o desenvolvimento local está totalmente ligado à organização social e às relações cívicas.

Por fim, após análise do município concluí-se que o desempenho ambiental contribuiu favoravelmente para os resultados do IDMM, seguido do socioeconômico e na sequência da dimensão político-institucional, não existindo equilíbrio entre as dimensões do desenvolvimento.

5.1.7 Denise

O município localiza-se na mesorregião sudoeste, microregião de Tangará da Serra, entre as cidades de Nova Olímpia e Santo Afonso, possui atualmente uma população estimada de 8.897 habitantes (IBGE 2014). A população encontra-se distribuída em uma área de 1.307,18 km², com uma densidade demográfica de 6,52hab/km², o PIB *per capita* a preços correntes (2012) foi de R\$20.809,45, abaixo da média do Estado.

Figura 10 - Biograma das três dimensões do IDMM do município de Denise - 2011



Fonte: Elaboração própria, com dados das três dimensões do IDMM (2015).

O índice de desenvolvimento multidimensional IDMM obtido para o município foi 53,14 o que lhe confere 138ª posição, ficando no ranking estadual dentre os cinco últimos classificados. A dimensão que mais contribui positivamente para o IDMM é a ambiental, com índice de 78,73, seguida da socioeconômica, com índice de 68,30, e da político-institucional, com índice de 27,90. Na análise do biograma constante da figura 10, observa-se desequilíbrio entre as três dimensões, onde observa-se que a dimensão ambiental é influenciada pelas contribuições positivas das subdimensões do saneamento básico, na coleta de lixo e acesso a água potável, já a rede de esgoto tem baixa contribuição. A subdimensão desflorestamento, também apresenta colaboração positiva.

A dimensão socioeconômica possui maior representação na longevidade, seguido da renda e por último a educação e, alcança no estado a 75ª posição, classificada como média. A indústria participa com cerca de 3,82% do VAB, bem abaixo da média do Estado (18,66%), o setor agropecuário participa com 64,15% e o serviços com 32,03%. Nota-se em análise da tabela de empregos por atividade econômica que a agricultura foi a que mais gerou empregos, na ordem de 192, no ano de 2011 por meio de 58 empresas. Já o comércio varejista com 46 empresas, ofertou 168 empregos no município. A administração pública ofertou 154 empregos por meio de 3 empresas. Corroborando a análise da tabela do VAB, os dados da tabela constante do anexo S, demonstra que a indústria tem fraca participação no município, sendo representada em 2011, por um total de 8 empresas, sendo 2 no segmento de minerais não metálicos, 2 no setor alimentos e bebidas, 2 serviços de utilidade pública e 2 na construção civil, totalizando todas 55 empregados, sendo a que mais gerou empregos foi a indústria minerais não metálicos.

A dimensão político-institucional, foi a que mais contribuiu negativamente para o IDMM, sendo muito influenciada pelos resultados da dimensão participação, visto que na dimensão fiscal o município obteve um comportamento mediano, ficando na 71ª posição do Estado. O resultado da dimensão político-institucional bastante impactado pela participação, confirma a teoria que de acordo com Putnam (1996) a comunidade cívica se caracteriza por cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, por relações políticas igualitárias e por uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração, assim é a causa tanto do bom desempenho institucional quanto do desenvolvimento socioeconômico.

Neste sentido, o resgate histórico sobre o município pode nos revelar alguns aspectos interessantes, acerca do *path dependence* associados à falta de apoio institucional para o direcionamento de políticas de desenvolvimento local. Tem-se conhecimento de que os primeiros registros de ocupação remontam o ano de 1924, com a exploração do látex, em 1940 a base da economia se apoiava na exploração da poaia, com a queda da cotação comercial tanto da poia quanto da borracha, os primeiros que chegaram, abandonaram o local. Na década de 80 a base era a agricultura de subsistência e pecuária extensiva, que com a instalação das Usinas Itamaraty no ano de 1981, no entorno do município passa a influenciar sua economia. Assim no ano de 1982 foi elevado a categoria de município, sendo propiciadas obras de infraestrutura, energia e atenção a população local, em função da instalação da usina próximo dos limites do município³².

Importante destacar neste ponto, dois aspectos: primeiro a dependência da economia local a uma atividade seja ela extrativista ou agrícola, que confere vulnerabilidade ao sistema de preços definido externamente, e segundo, a característica da sazonalidade da cultura da cana-de-açúcar, base econômica mais recente, que promove oscilações na base de oferta de empregos na região. Desta forma, ressalta-se a importância das instituições para a diminuição das incertezas, na medida em que este fator pode ser explicativo para diferenças na trajetória do desenvolvimento de regiões e municípios, visto que as incertezas podem ser minimizadas ou potencializadas em um ambiente regional por meio das instituições ou matriz institucional. Assim municípios ou regiões que possuem “regras claras” podem se beneficiar de processos de desenvolvimento em detrimento de outras onde os atores não possuem o acesso às informações necessárias, em especial para investimentos iniciais bem como a condução dos empreendimentos (NORTH 1992). Desta forma, as categorias de especialização e conhecimento potencialmente compensadoras são função da estrutura de incentivos inerente à matriz institucional, assim sendo recomenda-se ações no sentido de identificar possibilidades de incentivos a participação social e ações de desenvolvimento endógeno, uma vez que o desenvolvimento local está totalmente ligado à organização social e às relações cívicas, (VÁZQUEZ BARQUERO 2002).

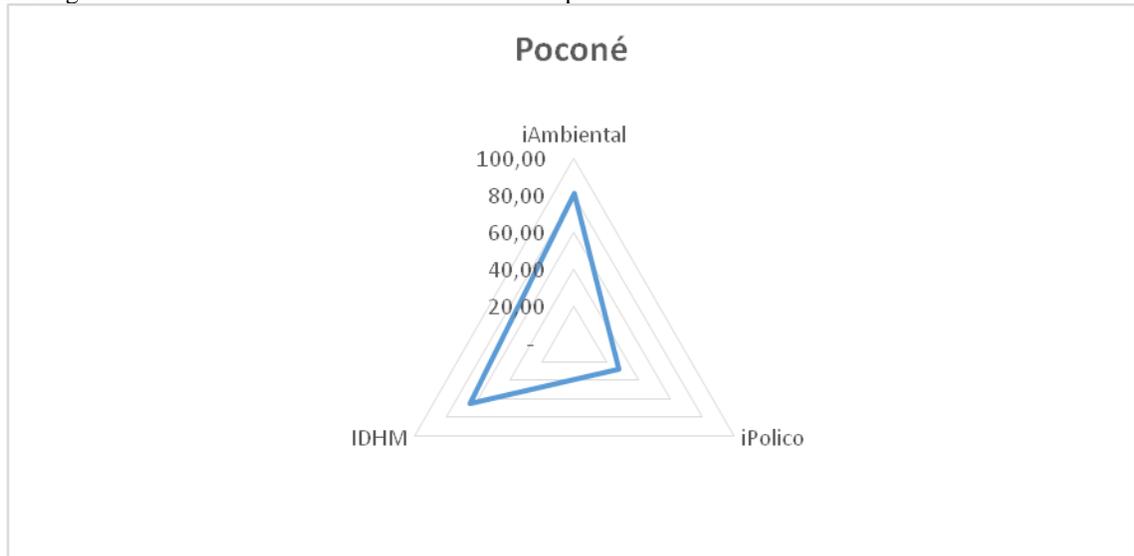
Por fim, após análise do município conclui-se que o desempenho ambiental contribuiu favoravelmente para os resultados do IDMM, seguido do socioeconômico e na sequência da dimensão político-institucional, não existindo equilíbrio entre as dimensões do desenvolvimento

³² Informações constantes do site da Prefeitura de Denise. Disponível em: <<http://www.denise.mt.gov.br/index.php?link=Mg==&acao=bW9zdHJhcg==&id=OO==>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

5.1.8 Poconé

O município localiza-se na mesoregião centro sul, microregião do Alto Pantanal, entre as cidades de Cuiabá e Cáceres, possui atualmente uma população estimada de 32.092 habitantes (IBGE 2014). A população encontra-se distribuída em uma área de 17.270,98 km², com uma densidade demográfica de 1,84 hab/km², o PIB *per capita* a preços correntes (2012) foi de R\$11.667,25 menos da metade da média do Estado.

Figura 11- Biograma das três dimensões do IDMM do município de Poconé - 2011



Fonte: Elaboração própria, com dados das três dimensões do IDMM (2015).

O índice de desenvolvimento multidimensional IDMM obtido para o município foi 52,84, o que lhe conferiu 139ª posição no ranking estadual dentre os cinco últimos classificados. A dimensão que mais colabora positivamente para o IDMM do município é a ambiental, com índice de 80,78 seguida do socioeconômico, com índice de 65,20, e do político-institucional, com índice de 28,01. O biograma constante na figura 11 demonstra desequilíbrio entre as três dimensões que compõem o índice.

A dimensão ambiental é influenciada pelas contribuições positivas na subdimensão saneamento básico, pelas variáveis coleta de lixo e acesso a água potável, a rede de esgoto tem baixa contribuição na subdimensão. O desempenho na subdimensão preservação ambiental é satisfatório, no que se refere a variável desflorestamento do município nos últimos 10 anos, ressalte-se que, atualmente o território abriga o Parque Estadual Encontro das Águas e o Parque

Nacional do Pantanal Mato-grossense, sendo o município, a porta de entrada para o pantanal no Estado. Porém, destaca-se, que em passado, não muito distante o município sofreu grandes impactos ambientais decorrentes da atividade mineradora, com registros de vários garimpos que funcionaram sem os devidos cuidados ao meio ambiente, impactos estes, que podem ser percebidos até os dias de hoje na paisagem natural do município, em especial na área urbana.

A dimensão socioeconômica possui maior representação na longevidade, seguido da renda e por último a educação e, alcança no estado a 118ª posição, classificada como média. A indústria participa com cerca de 13,41% do VAB, abaixo da média do Estado (18,66%), o serviços participam com 49,37% e a agropecuária com 64,15% e o serviços com 37,22%. A boa representação desta última se confirma na análise da tabela anexo T, onde é possível observar que a agricultura é a que possuía em 2011 o maior número de empresas, cerca de 236, que empregava 566 pessoas. Porém a atividade não foi a que mais gerou empregos, a administração pública com 3 empresas, foi a que gerou mais empregos no município, na ordem de 916. O comércio ofertou 562 empregos por meio de 170 empresas, destaca-se no município a atividade de alojamento e comunicação e transportes e comunicação, que podem estar associadas as atividades turísticas da região. A indústria possuiu a maior participação no segmento extrativista mineral, de acordo com a tabela de empregos por atividade econômica, existiam 16 empresas que foram responsáveis por 257 empregados. Apesar da grande participação da agricultura no VAB, não se observa dinamismo na industrialização no setor de alimentos e bebidas, que possuía em 2011, 5 empresas que geraram apenas 27 empregos no município, demonstrando que a agricultura não está sendo capaz de promover encadeamentos e ou agregação de valor nos produtos primários.

A dimensão político-institucional, foi a que mais contribuiu negativamente para o IDMM, sendo muito influenciada pelos resultados da subdimensão fiscal, o município figura na 126ª posição do IGFM-TCE-MT, visto que o índice de receita própria e liquidez apresentaram resultados insatisfatórios, a subdimensão participação demonstrou ser fraca a representação via conselhos municipais. Putnam (1996) sobre as práticas sociais, no diz que estas são práticas sociais, normas e relações de confiança que existem entre cidadãos numa determinada sociedade, bem como sistemas de participação e associação que estimulam a cooperação, e ainda que quanto maior a confiança, mais rica o número de possibilidades associativas dentro de uma sociedade e maior será o volume de capital social. Ressalta-se que episódios passados no município podem

ter afetado o nível de confiança, o que pode demandar ações institucionais no sentido de fomentar ações que visem melhorar o nível de confiança atual. Tal ação neste contexto, poder se caracterizar como importante para o desenvolvimento local, no sentido de que pouco capital social produz sociedades fragmentadas, individualistas e desiguais.

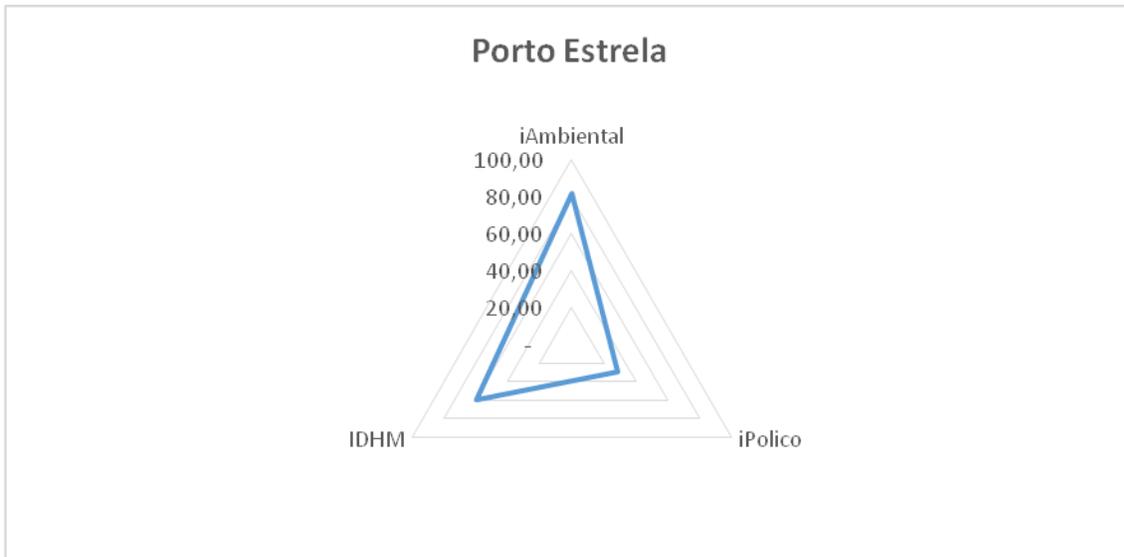
De acordo com a localização do município constante no mapa 5 em comparação com o mapa que demonstra os projetos de colonização desenvolvidos no Estado de Mato Grosso, (mapa 04) observa-se que os municípios que possuem população tradicional, não foram beneficiados pelos projetos desenvolvimentistas ocorridos no bojo dos projetos de colonização. A dinâmica da *path dependence* para North (1992), é impulsionada pela existência de incentivos e constrangimentos que reforçam uma determinada direção para as ações dos indivíduos e organismos sociais uma vez que ela tenha sido adotada. Tal direção na medida em que se auto-reforça na sociedade, se converte no modelo de dependência à trajetória histórica. Assim sendo, ressalta-se a importância das instituições para a diminuição das incertezas, na medida em que este fator pode ser explicativo para diferenças na trajetória do desenvolvimento de regiões e municípios, e ainda que existem oportunidades de desenvolvimento endógeno, com base nas potencialidades locais e no seu potencial turístico do município.

Por fim, após análise do município concluí-se que o desempenho ambiental contribuiu favoravelmente para os resultados do IDMM, seguido do socioeconômico e na sequência da dimensão político-institucional, não existindo equilíbrio entre as dimensões do desenvolvimento

5.1.9 Porto Estrela

O município tem suas origens históricas na exploração da poaia, como extensão do município de Cáceres e Barra do Bugres às margens do Rio Paraguai. Localiza-se na mesorregião sudoeste, microregião de Tangará da Serra, entre as cidades de Cáceres e Mirassol D'Oeste, sua população atualmente é estimada em 3.255 habitantes (IBGE 2014). A população encontra-se distribuída em uma área de 2.062,73 km², com uma densidade demográfica de 1,77hab/km², o PIB *per capita* a preços correntes (2012) foi de R\$12.799,46.

Figura 12 - Biograma das três dimensões do IDMM do município de Porto Estrela - 2011



Fonte: Elaboração própria, com dados das três dimensões do IDMM (2015).

O índice de desenvolvimento multidimensional IDMM obtido para o município foi 52,08 o que lhe confere 140ª posição, ficando em penúltimo lugar dentre o ranking estadual dos cinco últimos classificados. A dimensão que mais contribui para o IDMM do município é o ambiental, com índice de 81,48, seguida do socioeconômico, com índice de 59,90, e do político-institucional, com índice de 28,95. Vale destacar que o município também figura dentre os piores para o IDHM, com índice classificado como baixo, na 139ª posição do ranking estadual para este índice.

A análise da figura 4, ilustrando as três dimensões, demonstra desequilíbrio entre as dimensões. A dimensão ambiental como a melhor classificada, tem contribuições positivas tanto da subdimensão saneamento básico como preservação, vale destacar que no saneamento os resultados são favoráveis para coleta de lixo, rede de esgoto e acesso à água potável.

A dimensão socioeconômica, com o índice de 59,90, classificado como baixo, possui maior contribuição da longevidade, seguido da renda e por último da educação. A indústria participa com 8,21% do VAB, abaixo da média do Estado, os serviços participam com 47,17% e a agropecuária com 44,62%. Observa-se que a participação dos setores agropecuária e serviços, encontram-se próximos em termos percentuais, porém a agricultura conseguiu gerar mais empregos, por meio de 42 empresas ofertou 133 empregos em 2011, número superior aos 39 empregos oferecidos no conjunto do comércio e serviços. Ressalta-se que a administração pública com 2 empresas, foi a que mais ofertou empregos no município, no total de 215. Apesar disto, a

dimensão político institucional foi a que mais contribuiu negativamente para o IDMM. Já o setor industrial, possuía em 2011, apenas 1 empresa que gerou dois empregos no segmento de alimentação e bebidas, o que demonstra fraco encadeamento do setor agropecuário, conforme dados da tabela anexo U.

A dimensão político-institucional, tem contribuições negativas dos resultados das duas subdimensões que a compõem, gestão fiscal e participação. O município figura na 122^a posição do IGFM-TCE-MT, com grandes fragilidades nos índices de liquidez e custo da dívida. Os resultados da subdimensão participação, demonstram fraca representação via conselhos municipais. Putnam (1996), destaca que, o capital social pode ser endógeno quando consegue revalorizar o conjunto de recursos de um país ou região e permite a otimização do seu potencial, criando estratégias de ação local em oposição aos impactos dos processos globalizantes. Assim a ênfase consistiria no papel de uma sociedade cívica como causa ou consequência para o processo de prosperidade social e econômica, recomenda-se assim estratégias de desenvolvimento e fortalecimento do capital social.

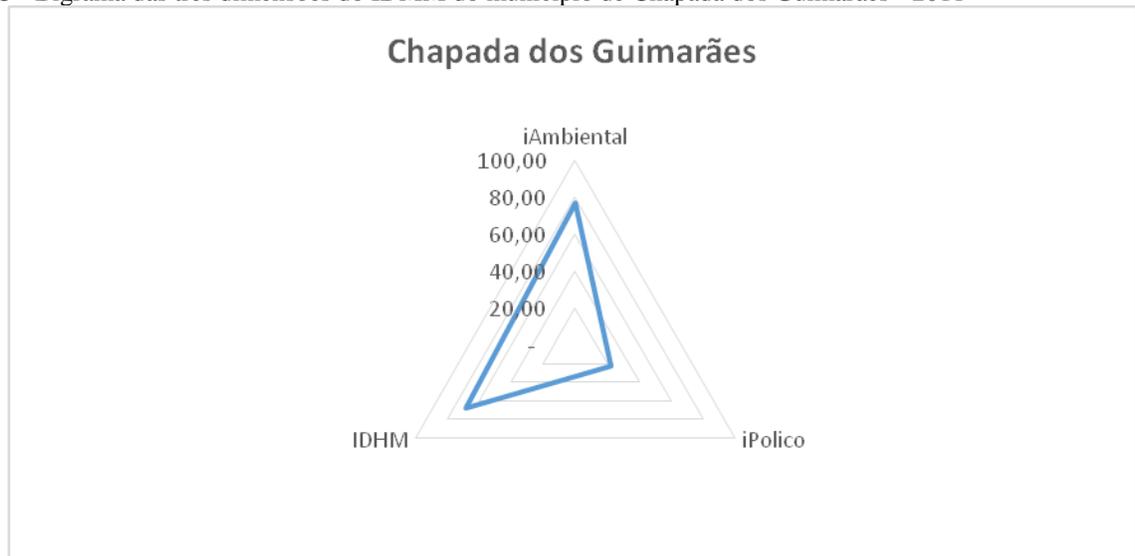
Em análise do mapa 4, que demonstra a localização dos projetos de colonização desenvolvidos no Estado, observa-se que no município não foi contemplado por estas ações, sendo que sua ocupação inicial, ocorreu principalmente em função do extrativismo vegetal, que após o declínio desta atividade inicial, não observa-se alternativas e ou incentivos para a sustentabilidade econômica local. Desta forma dinâmica da *path dependence*, reforça uma determinada direção para as ações dos indivíduos e organismos sociais uma vez que ela tenha sido adotada, tal direção na medida em que se auto reforça na sociedade, se converte no modelo de dependência à trajetória histórica. Assim sendo, ressalta-se a importância das instituições para a identificação de oportunidades de desenvolvimento endógeno, com base nas potencialidades locais e no potencial turístico do município.

Por fim, após análise do município concluí-se que o desempenho ambiental contribuiu favoravelmente para os resultados do IDMM, seguido do socioeconômico e na sequência da dimensão político-institucional, não existindo equilíbrio entre as dimensões do desenvolvimento.

5.1.10 Chapada dos Guimarães

O município localiza-se na mesoregião Centro Sul, microregião de Cuiabá, entre as cidades de Cuiabá e Campo Verde, possui atualmente uma população estimada de 18.548 habitantes (IBGE 2014). A população encontra-se distribuída em uma área de 6.256,09 km², com uma densidade demográfica de 2,85 hab/km², o PIB *per capita* a preços correntes (2012) foi de R\$13.173,19, abriga o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães.

Figura 13 - Bigrama das três dimensões do IDMM do município de Chapada dos Guimarães - 2011



Fonte: Elaboração própria, com dados das três dimensões do IDMM (2015).

O índice de desenvolvimento multidimensional IDMM obtido para o município foi 49,28 o que lhe confere a última posição no ranking estadual dos 141 municípios de Mato Grosso. A dimensão ambiental é a que mais contribui positivamente para o IDMM, com índice de 76,72, seguida da socioeconômica, com índice de 68,80, e da político-institucional, com índice de 22,67.

O biograma constante na figura 13 demonstra desequilíbrio entre as três dimensões que compõem o índice. A dimensão ambiental, é influenciada positivamente, na subdimensão saneamento básico, pelas variáveis coleta de lixo e acesso a água potável, já a rede de esgoto tem baixa contribuição na subdimensão. O desempenho na subdimensão preservação ambiental é satisfatório, especialmente porque no município encontra-se situado o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães.

A dimensão socioeconômica, com índice de 68,80, classificado com médio, possui maior representação na longevidade, seguido da renda e por último a educação e, alcança no estado a 67ª posição. Em análise sob a ótica do VAB, observa-se maior participação no setor serviços com 48,42%, seguido da agropecuária com 33,62% e na sequência da indústria com 17,96%, destaca-se a participação deste último, sendo equivalente a média estadual (18,66%). Tomando por base, a tabela do anexo V, é possível identificar que a maior participação da indústria encontra-se no segmento de alimentos e bebidas, 8 empresas geraram em 2011, 108 empregos, ressalte-se que o município possui grande potencial para exploração de água mineral. O comércio varejista e atacadista, em conjunto por meio de 86 empresas, ofertaram 308 empregos, os serviços de alojamento e comunicação, transporte e comunicação tiveram importante participação na geração de empregos, oferecendo quase 300 empregos por meio de 63 empresas. A agricultura com 151 empresas, gerou 578 empregos, já a administração pública, com 4 empresas, empregou 527 pessoas.

A dimensão político-institucional, foi a que mais contribuiu negativamente para o IDMM, sendo muito influenciada pelos resultados da subdimensão fiscal, o município figura na última posição do IGFM-TCE-MT, as fragilidades encontram-se nos índices de gasto com pessoal, liquidez e resultado orçamentário. Os resultados da subdimensão participação, também apresentaram resultados insatisfatórios, demonstrando ser fraca a representação via conselhos municipais. Identifica-se no município, instabilidade política nos anos recentes, retomando Putnam (1996) que dentre os doze indicadores do desempenho institucional elencados em seu estudo, a “estabilidade do gabinete” é o primeiro indicador elencado para a avaliação do desempenho institucional, e adverte que, “a eficácia de uma instituição depende sobretudo de sua capacidade de bem conduzir seus negócios internos. Assim, podemos avaliar, por exemplo, a estabilidade do aparato decisório de uma instituição, a efetividade de seu processo orçamentário ou a eficácia de seus sistemas de informações administrativas”(PUTNAM,1996). Na análise do território, tomando como base o mapa 4, que indica a localização dos projetos de colonização em Mato Grosso, não se observam a implantação destes projetos, e por conseguinte benefícios das políticas desenvolvimentistas que estavam em seu bojo associadas. Caracterizado como município tradicional, não se observou ainda, direcionamento de políticas públicas com prioridades para as potencialidades locais. O município possuiu grande potencial turístico, e também não se identificou alinhamento de ações motivadas pelo setor público capazes de

dinamizar o setor, em equilíbrio com a conservação e preservação ambiental. Neste caso, o desenvolvimento local apoiado no turismo, poderia contribuir para o desenvolvimento econômico, pois favorece a interação econômica que atende a satisfação das necessidades humanas (SACHS, 2000). Tal observação é importante, na medida em que, a existência do patrimônio natural, poderia atuar como fator “impeditivo” para instalações de empreendimentos nos diversos segmentos, sob a justificativa de que causariam danos ao ambiente natural, aliadas às dificuldades decorrentes da legislação ambiental.

Sobre este tema, legislação ambiental, e de acordo com a teoria institucionalista, este enfrenta dois obstáculos que têm a ver com as mudanças institucionais. São as chamadas limitações formais e informais, responsáveis pela evolução de dada matriz institucional. As limitações formais, incluem as regras políticas (e jurídicas), regras econômicas e contrato. Por outro lado, as limitações informais são mais complexas e envolvem normas ou códigos de conduta, cultura, valores e ideologias formados em geral no seio da própria sociedade. (NORTH, 1992). Assim, no contexto da análise do município, e dado que atualmente, o ambiente político-institucional encontra-se bastante fragilizado, pela instabilidade de poder público local, recomenda-se atenção aos fatores da estabilidade institucional como medida de curto prazo. Para que no médio e longo prazo, as instituições busquem a promoção do desenvolvimento apoiado em suas potencialidades locais, em especial do turismo

Por fim, após análise do município concluí-se que o desempenho ambiental contribuiu favoravelmente para os resultados do IDMM, seguido do socioeconômico e na sequência da dimensão político-institucional, não existindo equilíbrio entre as dimensões do desenvolvimento.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se identificar a contribuição positiva da dimensão político-institucional nos municípios melhores classificados segundo o IDMM, foi possível confirmar a hipótese do presente estudo. Constatou-se que a existência de um ambiente institucional favorável, apresentava-se como fator explicativo para a trajetória do desenvolvimento municipal. A análise histórica confirmou o poder do *path dependence*, na medida em que se observou que as regiões que foram beneficiadas pelos projetos de colonização públicos ou privadas, por extensão foram impactadas positivamente pelos projetos desenvolvimentistas associados por esta forma de ocupação do território. Por outro lado, as regiões, onde os movimentos iniciais de ocupação, ocorreram no contexto dos primeiros movimentos civilizatórios, caracterizados como tradicionais, não se observou direcionamento de políticas públicas que priorizassem as potencialidades locais. A convivência destes dois modelos de ocupação determinaram diferenças no processo de desenvolvimento municipal no Estado de Mato Grosso, tendo em vista que os fatores históricos, culturais, sociais, ambientais, político-institucionais encontram-se totalmente inter-relacionados como fatores explicativos do desenvolvimento socioeconômico.

A análise dos resultados do IDMM para os municípios de Mato Grosso, acrescido das dimensões político-institucional e ambiental, quando comparada aos resultados do IDHM, apresentaram realocações importantes nos resultados nas primeiras e últimas colocações dos referidos índices.

Na dimensão político-institucional foi possível observar a importância da gestão fiscal para o retrato do município no momento estudado, a combinação dos indicadores que avaliam a capacidade própria dos municípios em realizar investimentos, bem como o grau de comprometimento das receitas próprias são clássicos indicadores da boa gestão. Garantem condições favoráveis à elaboração e implementação de políticas públicas locais e, diminuem a dependência a programas de desenvolvimento prontos e padronizados, bem como dos recursos externos, e mais importante, possibilitam autonomia e identidade do desenvolvimento apoiada nas realidades locais. Ao mesmo tempo, em contrapartida, a ausência de gestão fiscal eficiente compromete a elaboração destas ações, assim a análise dos índices dados pelo IGFM-TCE-MT, caracterizou-se como importante subdimensão na análise do grau de desenvolvimento. Para a subdimensão participação, ficou clara a importância da herança cultural do associativismo e

cooperativismo, para o desenvolvimento, confirmando que o poder do *path dependence* pode traduzir diferenças duradouras na organização das sociedades, no nível de confiança e no desempenho das instituições formais e informais. Os resultados demonstrados pelo IDHM e pelo IDMM mostram que o desenvolvimento não ocorre de forma uniforme, comprovando a ideia apresentado de que o crescimento não pode acontecer em toda a parte, devendo haver pólos de crescimento em regiões ou países, ou seja enquanto algumas regiões crescem outras apresentam estagnação ou até decrescem.

Neste aspecto identificou-se no estudo que nos municípios do “agronegócio”, tais como Lucas do Rio Verde e Sorriso, possuem bons desempenhos socioeconômicos, com base no modelo agroexportador, voltado para fora, e recomenda-se atenção a existência de “enclaves” que possam gerar efeitos negativos superiores aos positivos, nas questões ambiental e distributivas e que alternativas de desenvolvimento endógeno podem ser implementadas, frente ao risco apresentado por uma economia direcionada ao setor externo. Assim, um ambiente institucional desenvolvido pode ser determinante na capacidade de propor alternativas sustentáveis para o modelo, aproveitando externalidades positivas e mitigando as negativas. Para estas regiões, recomenda-se ainda ações de médio e longo prazo, na dimensão social da equidade na distribuição de renda e de bens, de forma a reduzir as desigualdades entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres.

O desenvolvimento endógeno apresenta-se como alternativa viável tanto para os municípios que apresentaram bons resultados, tanto para os que apresentaram baixos indicadores, na medida em que para os primeiros, mitigam os riscos da economia voltada para fora e dos efeitos da desigualdade distributiva, para os do segundo grupo, apresenta-se como oportunidades de desenvolvimento sustentável com base nas potencialidades locais, e o mais importante no contexto deste trabalho de diminuir as desigualdades que se apresentam atualmente, conforme identificado pelos dois índices.

O setor agropecuário vem se modernizando ao longo dos últimos anos e, capitaneando o desenvolvimento dos municípios que se destacam nos indicadores socioeconômico, onde o processo de ocupação esteve ligado aos projetos desenvolvimentistas, destarte, identifica-se que reprodução do modelo no contexto atual, na medida em que estes municípios continuam recebendo incentivos para o setor primário exportador, e industrial associado, beneficiando de atividades com possibilidades de geração de renda e maior número de postos de trabalho. Assim,

continuam se beneficiando, e possuem a seu favor, uma estrutura institucional mais organizada favorável ao poder *path dependence*, e continuidade da trajetória de desenvolvimento.

Assim, indica-se como aprimoramento deste trabalho, bem como para os estudos futuros do desenvolvimento a necessidade de inclusão das dimensões político-institucional na pauta das discussões e na composição dos indicadores construídos pelos órgãos de planejamento, institutos de pesquisa etc, bem como a sua disponibilização no recorte municipal.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE JUNDIAÍ E REGIÃO - ADEJ. Disponível em: <<http://www.adej.org.br/desenvolvimento.asp#P5>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

ALMEIDA, José Elesbão de. **Subdesenvolvimento e dependência: uma análise comparada de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso**. 2009. 204 f. Tese (Doutorado em Economia do Desenvolvimento)- Faculdade de Ciências Econômicas, – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. **Pobreza multidimensional no Brasil**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2006.

BIELSCHOWSKY, R.; MUSSI, C. **O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005**. Brasília: CEPAL, 2005.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. **Do extrativismo a pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 a 1930)**. Cuiabá: Ed. UFMT, 1991.

_____. **Economia brasileira: posições extremas**. Cuiabá, Genus. 1992.

BUGELLI, Alexandre Hamilton; PIRES, Júlio Manuel. Uma revisão da teoria de estagnação de Celso Furtado e a crise econômica dos anos 1960. **CADERNOS do DESENVOLVIMENTO**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p.19-41, jul.-dez. 2011.

CAVALCANTE, Fábio Robson Casara. Análise da desigualdade regional no estado de Rondônia à luz da teoria institucionalista de Douglas North. 2011. 463 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

_____. Desenvolvimento e conservação no Estado de Rondônia: uma análise a partir do institucionalismo de douglass north1 2fábio carlos da silva3 1. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA REDCELSOFURTADO, 3., 2004, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, Jornal dos Economistas, jun. 2014.

CLEMENTE, Ademir. **Economia regional e urbana**. São Paulo: Atlas, 1994.

CONCEIÇÃO, A. C. Octavio. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **R. Econ. Contemp.**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 119-146, jul./ dez. 2002.

D`AGUIAR, Rosa Freire. **Anos de Formação 1938 – 1948**. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado; Contraponto, 2014. Coleção Arquivos Celso Furtado.

DALY, H. E. **Crescimento sustentável? Não, obrigado**. **Ambiente & Sociedade**, v. 7, n. 2, p. 197-202, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v7n2/24695.pdf>>. Acesso em: nov.2009.

DASSOW, Charline. **Crescimento econômico municipal em Mato Grosso: uma análise de autocorrelação espacial**. 2010. Dissertação (Mestrado em Agronegócios e Desenvolvimento Regional)- Faculdade de Economia, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2010.

ENRÍQUEZ, Maria Amélia. **Trajetórias do desenvolvimento: da ilusão do crescimento ao imperativo da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

ESTÊVÃO, João. **Desenvolvimento econômico e mudança institucional: o papel do Estado**. [S.l.]: ISEG. Universidade Técnica de Lisboa. 2004.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

_____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nacional, 2000.

_____. **Economia Colonial no Brasil, nos séculos XVI e XVII: elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais**. São Paulo, Editora HUCITEC, 2001.

FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. n. 96, out./ dez . p. 484, 2004.

_____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009. (Original de 1961. Fundo de Cultura).

GRASEL, D. **Gestão pública e desenvolvimento econômico no Brasil: perspectivas nacional e regional**. GRASEL, Dirceu; SOUZA, Antônio Ricardo de. (Org.). Cuiabá: EdUFMT, 2005. 286 p.

HIGA, Tereza Cristina Souza. Processo de ocupação e formação territorial. In: MORENO, G. HIGA, T. C. S., **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

HOFFMANN, Rodolfo. **Estatística para economistas**. Pioneira, 2006.

IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 2 jun. 2014. Inserir na outra versão que está com Denny ADEJ. Disponível em: <<http://www.adej.org.br/desenvolvimento.asp#p5>>. Acesso em: 23 maio, 2014.

_____. **Contas Regionais do Brasil 2012**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2012/default.shtm>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

_____. **Censo demográfico 2010**. Características da População e dos domicílios. Resultados do Universo. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_do_micilios.pdf> Acesso em: 4 maio, 2015.

JANUZZI, Paulo. Indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.36, n. 1, p. 51-72, jan/fev. 2002.

_____. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 51-72, jan./fev. 2002

_____. **Indicadores sociais no Brasil**. 5. ed. Campinas, SP: Alinea, 2012.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura**: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: FURB, 2000. 275p.

_____. **Saber ambiental. Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ, Vozes; PNUMA, 2001. 343p.

_____. Economia ecológica e ecologia produtiva. In: LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 42-55.

LENHARO, Alcir. **Crise e mudança na frente oeste de colonização**. NDIHR UFMT ensaios 1. 1982.

_____. **Colonização e trabalho no Brasil, nordeste e centro-oeste**. Campinas: UNICAMP. 1985.

MANTZAVINOS, C. NORTH, Douglass C.; SHARIQ, Syed. Learning, Institutions, and Economic Performance. **Articles Learning**, v. 2, n. 1, p. 75 – 84, mar. 2004.

MEIER, Gerald M; BALDWIN, Robert E. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

MENDES, M. A. **História e geografia de Mato Grosso**. Cuiabá: Cafarnaum, 2012.

NORTH, Douglas C. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: J. SCHWARTZMANN (Org.) **Economia regional e urbana**: textos escolhidos. Belo Horizonte: UFMG, 1977. p. 333-343.

_____. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: University Press, 1990.

_____. Institutions. **Journal of Economic Perspectives**, v. 3, n. 1, p. 97-112, 1991.

_____. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico.** Ensaio & Artigos. Tradução de Elizabet Hart. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1992.

_____. Economic performance through time. **The American Economic Review**, v. 84, n. 3, p. 359-68, jun. 1994a.

PEREIRA, Benedito Dias. **Principais eixos viários e a modernização da agricultura.** Cuiabá, MT. EdUFMT, 2007.

_____. **Agropecuária de Mato Grosso: velhas questões de uma nova economia.** Cuiabá, MT. EdUFMT, 2012.

PERROUX, François. **A economia do século XX.** Porto: Herder, 1967.

_____. Nota sobre a noção de pólo de crescimento. In: SCHWARTZMAN, Jacques. **Economia regional: textos escolhidos.** Belo Horizonte, CEDEPLAR. 1977. p. 145-55.

PIAIA, I. I. **Geografia de Mato Grosso.** 3. ed. ver. amp. Cuiabá: EdUNIC, 2003.

PIGNATI, W; MACHADO, J. M. H. O agronegócio e seus impactos na saúde dos trabalhadores e da população de MT. In: GOMEZ (Org.). **Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea.** RJ: FIOCRUZ; 2011. p. 245-272.

PORTAL. Disponível em: <http://portal.cnm.org.br/sites/6700/6745/AtlasIDHM2013_Perfil_Campinapolis_mt.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO-PNUD. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.** (Com dados do Censo 1991, 2000 e 2010). Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-UF-2010.aspx>>. Acesso em: 8 jan, 2014.

_____. **Relatório do desenvolvimento humano 2014: sustentar o progresso humano: reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência.** 2014.

PNUD; IPEA; FJP. **Atlas de desenvolvimento humano no Brasil 2013** (Com dados dos Censos 1991, 2000 e 2010). Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

_____. **Índice de desenvolvimento humano municipal brasileiro.** Brasília, DF: PNUD, IPEA, FJP, 2013.96 p.

PNUD. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDH-Global-2013.aspx>>. Acesso em: 23 maio, 2014.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RAMMINGER, Reinhard; GRASEL, Dirceu. Modernização da agricultura e distribuição de renda em Mato Grosso (1980-2005). Cuiabá: EdUFMT, 2011.150 p.

RIBEIRO, Alexandro Rodrigues. **A colonização promovida por empresas e famílias do Centro-Sul do Brasil na Amazônia Mato-Grossense**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico, 2013.

RICHARDSON, H. W. **Insumo-produto e economia regional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ROSTOW, W. Whitman. **The Stages of Economic Growth. A Non-Communist Manifest**. Londres: Cambrige University Press, 1960.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. Studio Nobel São Paulo, 1933).

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. YONESTROH, Paula. (Org.) Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
SANTOS, Fabio Pádua, ARCENO, Elder Figueiredo;PINTO FILHO, Luiz Couto Corrêa. Desenvolvimento endógeno, projeto meu lugar e uma nova ontologia social para pensar o local . **Revista Discente Expressões Geográficas**, Florianópolis, SC, n. 4, p. 48-61, maio, 2008.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SEPÚLVEDA, Sergio. **Desenvolvimento microrregional sustentável: métodos para planejamento local**. Brasília: IICA, 2005.

SILVA, Ivana Aparecida Ferrer. **Inovação sustentável na indústria do Estado de Mato grosso: setores de alimentos e madeireiro -1970-2012**. 2012. 232 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2012.

SILVA, Fábio; FERRER SILVA, Ivana. Mitos Interpretativos da História Econômica Mato-grossense. **Papers**, Belém: NAEA, n. 280, 2011.

SIMAN, Renildes Fortunato; CONCEIÇÃO, Octavio A. C., FILIPPI, Eduardo Ernesto. A economia institucional: em busca de uma teoria do desenvolvimento rural. **PERSPECTIVA ECONÔMICA**; v.2, n, 2, p. 37 - 55, jul./dez. 2006.

SOLOW, Robert. A contribution to the theory of economic growth.**The quarterly Journal of Economics**, v. 70, n. 1, p. 65-94, Feb. 1956.Disponível em:<<http://www.jstor.org/stable/1884513>>. Acesso em: 24 maio, 2015.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed.rev. São Paulo: Atlas, 2005.

TIMACO, Jorge F.; MOREIRA, J.O.C. **Economia**. São Paulo, Atlas, 1995.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO- TCM/MT. **Indicador de gestão fiscal dos Municípios – IGFM**. Disponível em: <<http://cidadao.tce.mt.gov.br/igfmtce>>. Acesso em: 22 jan. 2015.

VASCONCELLOS, Marco Antonio; GARCIA, Manoel Enriquez. **Fundamentos de Economia**. São Paulo. Saraiva, 1998.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Tradução Ricardo Brinco. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

WILLIAMSON, O. E. **Mercados y hierarquias: su análisis y sus implicaciones anti-trust**. Fondo de Cultura. 1991a.

ZAMBRANO, C.; LIMA, J.E. de. Análise Estatística Multivariada de dados socioeconômicos. In: SANTOS, M.L.; VIEIRA, W.C (Org.). **Métodos quantitativos em economia**. Viçosa: UFV, 2004.

ANEXOS

ANEXO A - Resultados do IDMM- Indicador de Desenvolvimento Multidimensional Municipal para os 141 municípios de Mato Grosso – 2010/2011.

ORDEM	Município	IDA	IDPI	IDS	IDMM
1	Nova Canaã do Norte	83,07	84,19	68,60	78,28
2	Sorriso	75,32	78,50	74,40	76,05
3	Canarana	81,04	76,87	69,30	75,58
4	Conquista d`Oeste	83,88	68,22	71,80	74,34
5	Lucas do Rio Verde	70,79	75,10	76,80	74,19
6	Sapezal	73,95	74,80	73,20	73,98
7	Nova Mutum	74,68	71,21	75,80	73,87
8	Nova Xavantina	75,78	74,80	70,40	73,62
9	Figueirópolis d`Oeste	81,78	71,37	67,90	73,45
10	Nova Monte verde	91,78	62,30	69,10	73,38
11	Nortelândia	78,91	69,84	70,20	72,87
12	Água Boa	76,96	68,36	72,90	72,65
13	Canabrava do Norte	90,25	63,66	66,70	72,64
14	Jauru	82,37	69,09	67,30	72,62
15	Matupá	81,54	65,36	71,60	72,53
16	Tapurah	76,61	69,26	71,40	72,36
17	Nova Marilândia	85,15	62,79	70,40	72,20
18	Itanhangá	80,55	65,05	71,00	71,92
19	Araguaiana	84,21	64,26	68,70	71,90
20	Vera	83,18	65,54	68,00	71,84
21	Rondonópolis	69,41	70,37	75,50	71,71
22	Nova Santa Helena	83,47	61,36	71,40	71,51
23	Colíder	79,37	64,43	71,30	71,44
24	Querência	82,28	63,61	69,20	71,28
25	Ipiranga do Norte	81,35	61,10	72,70	71,23
26	Itaúba	78,66	66,02	69,00	71,03
27	Campo Verde	78,72	60,15	75,00	70,82
28	Sinop	78,16	60,19	75,40	70,79
29	Primavera do Leste	73,66	63,71	75,20	70,66
30	Campos de Júlio	79,57	58,92	74,40	70,39
31	Acorizal	82,66	67,18	62,80	70,39
32	Campo Novo do Parecis	74,53	63,10	73,40	70,15
33	Alto Taquari	77,74	62,70	70,50	70,04
34	Glória d`Oeste	80,11	60,32	71,00	70,01
35	Vila Bela da Santíssima Trindade	85,71	62,01	64,50	69,99
36	Santo Afonso	85,74	57,94	68,90	69,95

37	União do Sul	81,18	62,85	66,50	69,74
38	São Félix do Araguaia	81,97	61,68	66,80	69,64
39	Tabaporã	83,64	57,92	69,50	69,57
40	Jangada	88,33	60,43	63,00	69,54
41	Cláudia	77,86	61,74	69,90	69,52
42	Confresa	82,92	60,17	66,80	69,33
43	Novo São Joaquim	80,35	63,38	64,90	69,14
44	Paranaíta	86,98	56,49	67,20	69,12
45	Porto Alegre do Norte	84,62	57,89	67,30	69,08
46	Reserva do Cabaçal	81,09	59,89	67,60	68,98
47	Carlinda	88,97	55,34	66,50	68,92
48	Brasnorte	79,66	59,04	69,60	68,92
49	Vale de São Domingos	89,78	55,49	65,60	68,88
50	Ponte Branca	78,80	60,21	68,60	68,79
51	Vila Rica	84,14	56,05	68,80	68,71
52	Santa Terezinha	82,25	64,65	60,90	68,67
53	Pontal do Araguaia	78,26	56,37	73,40	68,67
54	Juína	83,31	54,18	71,60	68,62
55	Cotriguaçu	92,17	57,61	60,10	68,34
56	Alta Floresta	79,46	56,15	71,40	68,30
57	Guarantã do Norte	81,84	54,85	70,30	68,08
58	Apiacás	85,17	54,83	67,50	68,06
59	Araputanga	78,58	55,32	72,50	68,05
60	Barra do Garças	69,17	60,66	74,80	67,96
61	Juruena	82,33	57,55	66,20	67,95
62	Feliz Natal	80,62	56,13	69,20	67,91
63	Peixoto de Azevedo	82,74	57,83	64,90	67,72
64	Mirassol d'Oeste	95,29	46,28	70,40	67,71
65	Gaúcha do Norte	84,68	59,54	61,50	67,68
66	Torixoréu	78,61	54,91	71,60	67,61
67	Castanheira	86,54	53,65	66,50	67,59
68	Alto Araguaia	77,56	56,50	70,40	67,57
69	Nova Guarita	89,16	49,91	68,80	67,40
70	Comodoro	73,67	60,03	68,90	67,29
71	Colniza	85,68	58,06	61,10	67,23
72	Juara	75,39	58,65	68,20	67,06
73	São José dos Quatro Marcos	78,72	52,97	71,90	66,93
74	Indiavaí	80,05	56,52	66,10	66,87
75	Guiratinga	70,75	59,77	70,50	66,80
76	Santa Carmem	79,20	52,64	71,50	66,80
77	Novo Horizonte do Norte	85,99	52,19	66,40	66,79

78	Nova Lacerda	80,71	57,69	63,60	66,66
79	Nova Maringá	77,94	57,14	66,30	66,59
80	Tesouro	77,97	57,72	65,50	66,55
81	São José do Povo	84,26	52,82	66,10	66,51
82	Pontes e Lacerda	77,23	54,15	70,30	66,49
83	Alto Garças	78,36	53,29	70,10	66,40
84	Arenópolis	78,12	53,15	70,40	66,37
85	Salto do Céu	81,88	53,39	66,60	66,28
86	Nova Brasilândia	79,56	56,15	65,10	66,25
87	Rio Branco	79,19	51,73	70,70	66,16
88	Jaciara	72,40	54,14	73,50	66,04
89	Lambari d'Oeste	75,95	60,19	62,70	65,93
90	Terra Nova do Norte	83,94	48,63	69,80	65,80
91	Barra do Bugres	75,48	54,01	69,30	65,62
92	Aripuanã	81,94	50,94	67,50	65,56
93	Curvelândia	88,61	45,97	69,00	65,50
94	Poxoréo	74,75	54,88	67,80	65,27
95	Cuiabá	64,85	54,61	78,50	65,26
96	Ribeirão Cascalheira	79,71	51,95	67,00	65,22
97	General Carneiro	80,12	51,49	67,00	65,14
98	São José do Rio Claro	79,75	50,59	68,20	65,04
99	Cocalinho	87,41	47,64	66,00	65,02
100	Porto dos Gaúchos	80,28	49,95	68,50	65,00
101	Nova Nazaré	87,08	52,66	59,50	64,86
102	Serra Nova Dourada	85,51	47,20	66,40	64,47
103	Nobres	75,20	50,56	69,90	64,29
104	Porto Esperidião	86,86	46,52	65,20	64,11
105	Nova Ubiratã	78,48	50,10	66,90	64,07
106	Paranatinga	77,99	49,85	66,70	63,77
107	São José do Xingu	80,75	48,41	65,70	63,56
108	Santa Rita do Trivelato	84,15	40,92	73,50	63,25
109	Várzea Grande	73,13	46,33	73,40	62,88
110	Bom Jesus do Araguaia	92,05	40,02	66,10	62,44
111	Alto Boa Vista	83,52	44,64	65,10	62,37
112	Cáceres	72,20	46,29	70,80	61,85
113	Araguainha	78,25	42,90	70,10	61,74
114	Pedra Preta	79,90	43,35	67,90	61,73
115	Alto Paraguai	76,07	48,26	63,80	61,64
116	Rosário Oeste	78,19	45,24	65,00	61,26
117	Tangará da Serra	71,94	43,67	72,90	61,18
118	Novo Mundo	90,83	37,31	67,40	61,12

119	Marcelândia	82,15	39,40	70,10	60,99
120	Planalto da Serra	80,80	42,73	65,60	60,95
121	Santa Cruz do Xingu	80,49	40,11	68,40	60,44
122	Campinápolis	84,54	48,31	53,80	60,34
123	Itiquira	81,54	37,79	69,30	59,77
124	Ribeirãozinho	75,33	39,79	69,20	59,19
125	Santo Antônio do Leste	84,18	37,16	65,50	58,95
126	Santo Antônio do Leverger	81,22	38,36	65,60	58,90
127	Rondolândia	95,42	33,29	64,00	58,80
128	Nova Olímpia	77,30	37,99	68,20	58,51
129	Luciára	79,39	36,79	67,60	58,23
130	Juscimeira	76,02	36,33	71,40	58,21
131	Nossa Senhora do Livramento	82,50	36,16	63,80	57,52
132	Novo Santo Antônio	90,54	31,40	65,30	57,05
133	Dom Aquino	78,89	33,37	69,00	56,63
134	Nova Bandeirantes	84,66	29,60	65,00	54,61
135	Barão de Melgaço	81,25	33,39	60,00	54,60
136	Diamantino	77,98	28,19	71,80	54,04
137	São Pedro da Cipa	77,99	29,49	66,00	53,34
138	Denise	78,73	27,90	68,30	53,14
139	Poconé	80,78	28,01	65,20	52,84
140	Porto Estrela	81,48	28,95	59,90	52,08
141	Chapada dos Guimarães	76,72	22,67	68,80	49,28

ANEXO B - Tabela – Produto Interno Bruto das Grandes Regiões e Unidades de Federação -2002 a 2012.

Tabela 1 – Produto Interno Bruto das Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2002-2012

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Produto Interno Bruto (1000 000 R\$)										
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Brasil	1,477,822	1,699,948	1,941,498	2,147,239	2,369,484	2,661,345	3,032,203	3,239,404	3,770,085	4,143,013	4,392,094
Norte	69,310	81,200	96,012	106,442	119,993	133,578	154,703	163,208	201,511	223,538	231,383
Rondônia	7,780	9,751	11,260	12,884	13,107	15,003	17,888	20,236	23,561	27,839	29,362
Acre	2,868	3,305	3,940	4,483	4,835	5,761	6,730	7,386	8,477	8,794	9,629
Amazonas	21,791	24,977	30,314	33,352	39,157	42,023	46,823	49,614	59,779	64,555	64,120
Roraima	2,313	2,737	2,811	3,179	3,660	4,169	4,889	5,593	6,341	6,951	7,314
Pará	25,659	29,755	35,563	39,121	44,370	49,507	58,519	58,402	77,848	88,371	91,009
Amapá	3,292	3,434	3,846	4,361	5,260	6,022	6,765	7,404	8,266	8,968	10,420
Tocantins	5,607	7,241	8,278	9,061	9,605	11,094	13,090	14,571	17,240	18,059	19,530
Nordeste	191,592	217,037	247,043	280,545	311,104	347,797	397,500	437,720	507,502	555,325	595,382
Maranhão	15,449	18,483	21,605	25,335	28,620	31,606	38,486	39,855	45,256	52,187	58,820
Piauí	7,425	8,777	9,817	11,129	12,788	14,136	16,760	19,033	22,060	24,607	25,721
Ceará	28,896	32,565	36,866	40,935	46,303	50,331	60,099	65,704	77,865	87,982	90,132
Rio Grande do Norte	12,198	13,515	15,580	17,870	20,555	22,926	25,481	27,905	32,339	36,103	39,544
Paraíba	12,434	14,158	15,022	16,869	19,951	22,202	25,697	28,719	31,947	35,444	38,731
Pernambuco	35,251	39,308	44,011	49,922	55,493	62,256	70,441	78,428	95,187	104,394	117,340
Alagoas	9,812	11,210	12,891	14,139	15,748	17,793	19,477	21,235	24,575	28,540	29,545
Sergipe	9,454	10,874	12,167	13,427	15,124	16,896	19,552	19,767	23,932	26,189	27,823
Bahia	60,672	68,147	79,083	90,919	96,521	109,652	121,507	137,075	154,340	159,869	167,727
Sudeste	837,646	947,748	1,083,975	1,213,863	1,345,513	1,501,185	1,698,588	1,792,049	2,088,221	2,295,690	2,424,005
Minas Gerais	127,782	148,823	177,325	192,639	214,754	241,293	282,521	287,055	351,381	386,156	403,551
Espírito Santo	26,756	31,064	40,217	47,223	52,778	60,340	69,870	66,763	82,122	97,693	107,329
Rio de Janeiro	171,372	188,015	222,945	247,018	275,327	296,768	343,182	353,878	407,123	462,376	504,221
São Paulo	511,736	579,847	643,487	726,984	802,655	902,784	1,003,015	1,084,353	1,247,596	1,349,465	1,408,904
Sul	249,626	300,859	337,657	356,211	386,588	442,820	502,040	535,662	622,255	672,049	710,860
Paraná	88,407	109,459	122,434	126,677	136,615	161,582	179,263	189,992	217,290	239,366	255,927
Santa Catarina	55,732	66,849	77,393	85,316	93,147	104,623	123,282	129,806	152,482	169,050	177,276
Rio Grande do Sul	105,487	124,551	137,831	144,218	156,827	176,615	199,494	215,864	252,483	263,633	277,658
Centro-Oeste	129,649	153,104	176,811	190,178	206,284	235,964	279,372	310,765	350,596	396,411	430,463
Mato Grosso do Sul	15,154	19,274	21,105	21,651	24,341	28,121	33,143	36,368	43,514	49,242	54,471
Mato Grosso	20,941	27,889	36,961	37,466	35,258	42,687	53,386	57,294	59,600	71,418	80,830
Goiás	37,416	42,836	48,021	50,534	57,057	65,210	75,271	85,615	97,576	111,269	123,926
Distrito Federal	56,138	63,105	70,724	80,527	89,629	99,946	117,572	131,487	149,906	164,482	171,236

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

ANEXO C -Tabela 5 – Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, Brasil. 2001 – 2012.

Tabela 5 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação- 2002-2012											
Atividades econômicas	(continua)										
	Participação no valor adicionado bruto a preços básicos (%)										
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Brasil											
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Agropecuária	6.6	7.4	6.9	5.7	5.5	5.6	5.9	5.6	5.3	5.5	5.3
Indústria	27.1	27.8	30.1	29.3	28.8	27.8	27.9	26.8	28.1	27.5	26.0
Indústria extrativa	16	17	19	2.5	2.9	2.3	3.2	18	3.0	4.1	4.3
Indústria de transformação	16.9	18.0	19.2	18.1	17.4	17.0	16.6	16.6	16.2	14.6	13.0
Construção civil	5.3	4.7	5.1	4.9	4.7	4.9	4.9	5.3	5.7	5.8	5.7
Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana	3.3	3.4	3.9	3.8	3.8	3.6	3.1	3.1	3.2	3.1	3.1
Serviços	66.3	64.8	63.0	65.0	65.8	66.6	66.2	67.5	66.6	67.0	68.7
Comércio	10.2	10.6	11.0	11.2	11.5	12.1	12.5	12.5	12.5	12.6	12.7
Transportes, armazenagem e correio	4.8	4.7	4.7	5.0	4.8	4.8	5.0	4.8	5.0	5.1	5.4
Serviços de informação	3.6	3.6	3.8	4.0	3.8	3.8	3.8	3.6	3.2	3.0	2.9
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	7.5	7.1	5.8	7.1	7.2	7.7	6.8	7.2	7.5	7.4	7.2
Atividades imobiliárias e aluguéis	10.2	9.6	9.1	9.0	8.7	8.5	8.1	8.4	7.8	7.9	8.2
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	15.5	15.1	14.7	15.0	15.3	15.5	15.8	16.3	16.2	16.3	16.6
Outros serviços	14.6	14.0	13.8	13.8	14.5	14.2	14.1	14.7	14.3	14.5	15.7

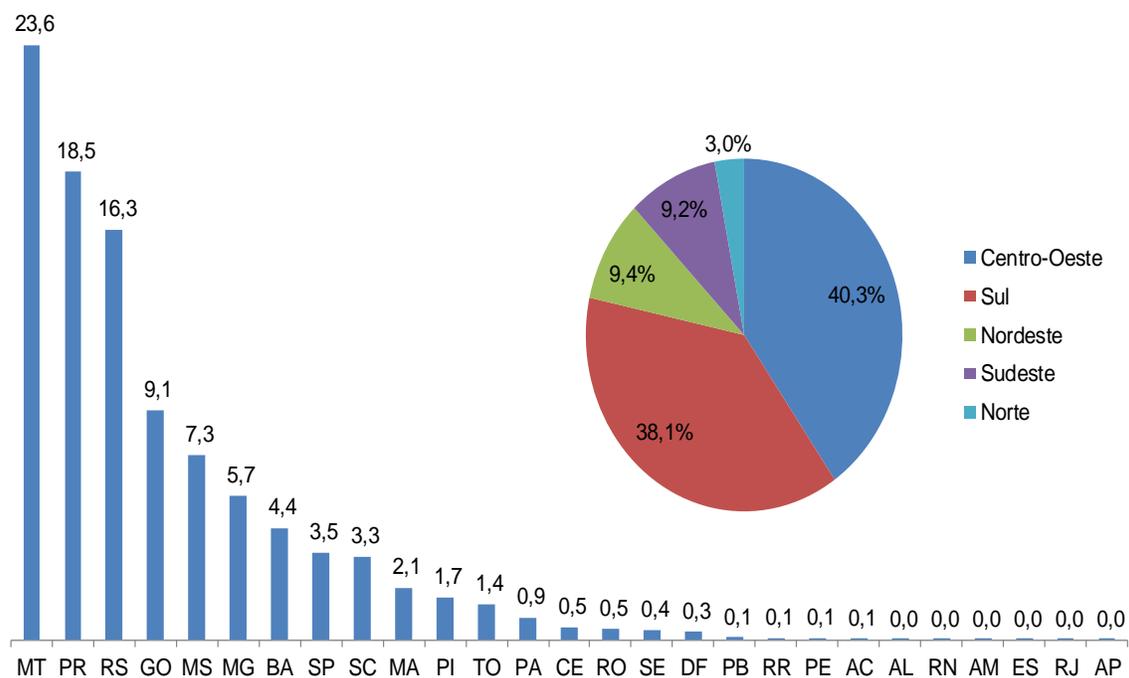
ANEXO D -Tabela 5 – Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, Mato Grosso – 2002 a 2012.

Tabela 5 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos, por Unidades da Federação- 2002-2012											
											(continuação)
Atividades	Participação no valor adicionado bruto a preços básicos (%)										
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Mato Grosso											
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Agropecuária	29.7	31.8	35.3	32.2	25.3	28.1	29.4	28.6	22.1	24.1	28.6
Indústria	17.2	16.1	19.9	18.7	18.1	16.4	15.9	16.9	20.6	18.6	15.8
Indústria extrativa	0.2	0.2	0.3	0.2	0.2	0.1	0.1	0.1	0.2	0.4	0.4
Indústria de transformação	9.7	9.0	11.1	10.3	9.2	8.2	8.0	8.9	11.7	10.0	8.3
Construção civil	5.0	3.9	5.5	4.9	5.4	4.7	4.7	4.6	5.6	5.0	4.6
Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana	2.3	2.9	3.1	3.4	3.3	3.4	3.0	3.3	3.1	3.2	2.5
Serviços	53.1	52.1	44.8	49.2	56.6	55.5	54.7	54.5	57.3	57.3	55.7
Comércio	9.9	14.3	13.0	13.3	12.6	13.5	16.7	16.0	14.8	16.6	17.2
Transportes, armazenagem e correio	3.2	2.8	2.5	2.5	3.6	4.0	3.6	3.8	4.6	5.2	4.3
Serviços de informação	2.1	2.3	2.1	2.3	2.4	2.1	1.7	1.8	1.8	1.9	1.3
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	4.8	3.9	3.0	3.6	4.3	4.1	3.3	3.3	3.7	3.4	3.3
Atividades imobiliárias e aluguéis	10.4	8.6	7.4	7.9	9.2	8.5	7.6	7.5	7.8	6.8	6.6
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	14.4	12.6	10.5	12.2	15.2	14.3	13.5	13.8	15.6	14.5	14.0
Outros Serviços	8.3	7.7	6.2	7.4	9.3	8.9	8.3	8.3	9.1	9.0	9.0

Fonte: IBGE, em parceria com Órgãos Estaduais de Estatística.

ANEXO E - Produção de grãos em Mato Grosso e percentual em relação ao total Brasil – Março 2015

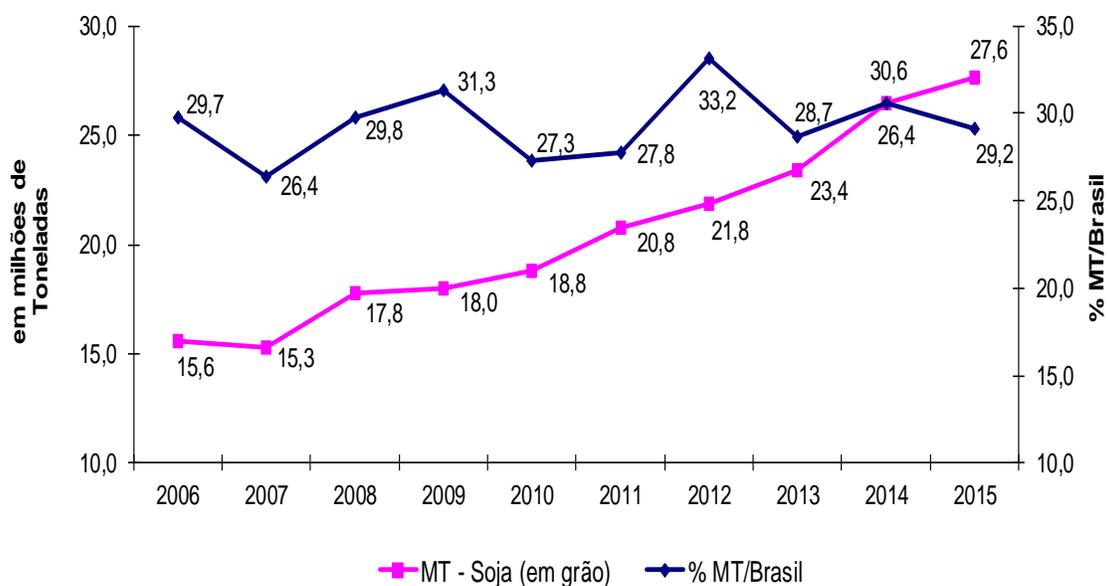
Produção total de grãos (participação %) - março 2015 (previsão)



Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola

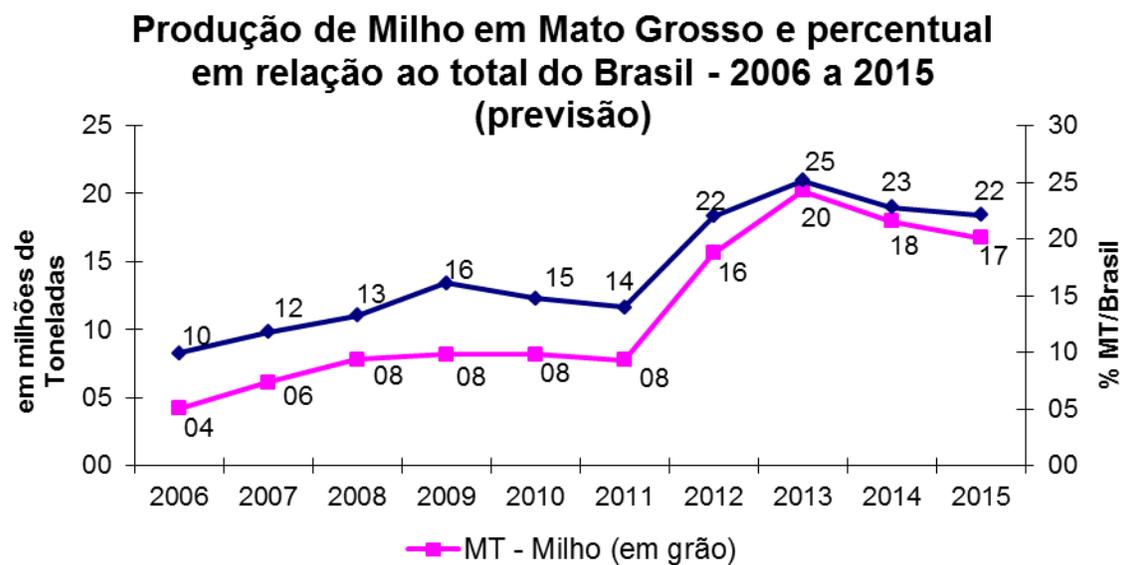
ANEXO F - Produção de Soja em Mato Grosso e percentual em relação ao total Brasil – 2006 a 2015

Produção de Soja em Mato Grosso e percentual em relação ao total do Brasil - 2006 a 2015 (previsão)

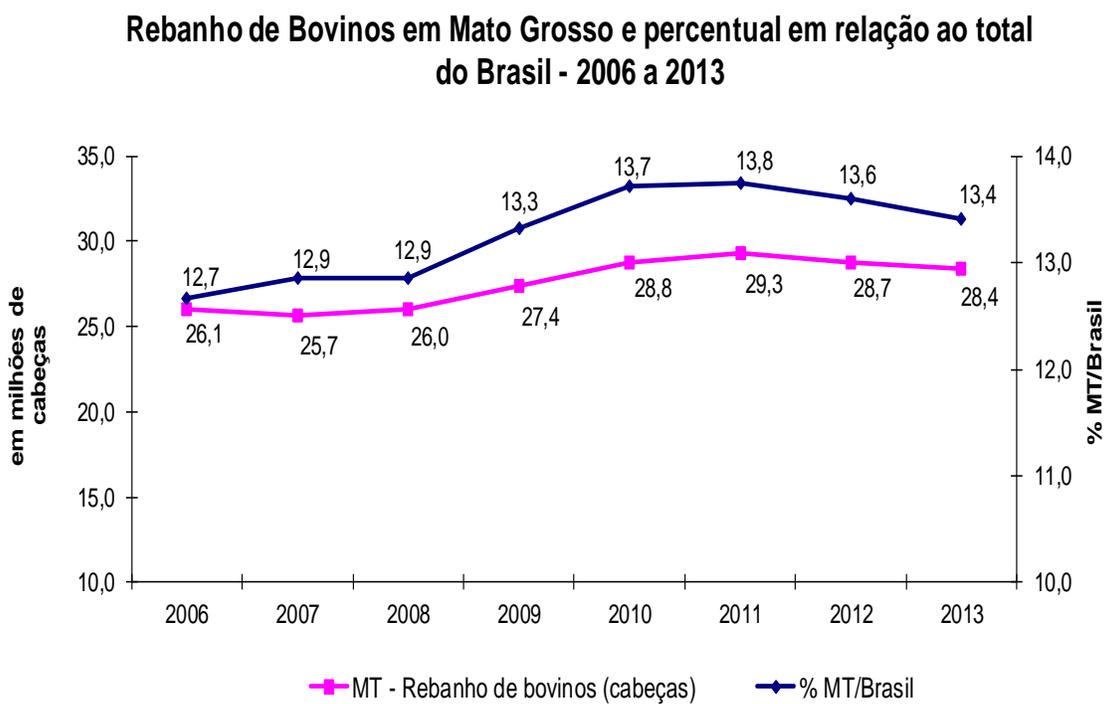


Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal e Levantamento Sistemático da Produção Agrícola

ANEXO G - Produção de Milho em Mato Grosso e percentual em relação ao total Brasil – 2006 a 2015



ANEXO H -Rebanho de Bovinos em Mato Grosso e percentual em relação ao total Brasil – 2006 a 2013



Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal

ANEXO I - Quadro - Dados Gerais das Empresas industriais – MT 2012.

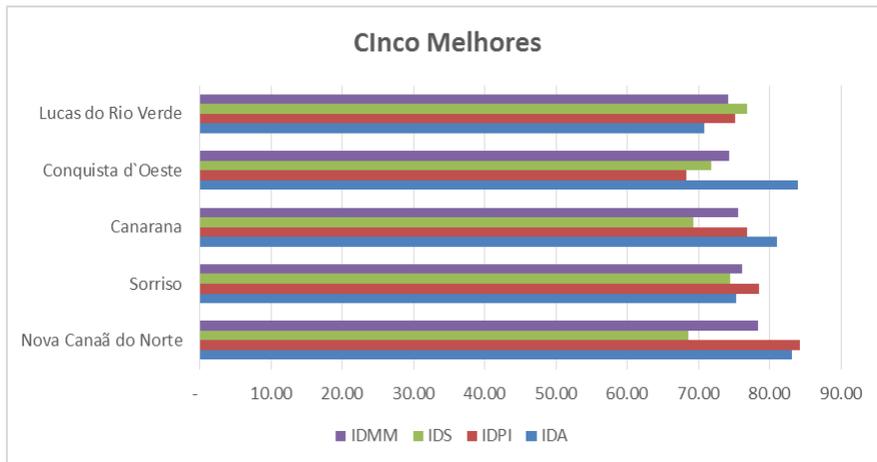
Empresas com 5 ou mais pessoas ocupadas	Número de	Pessoal ocupado	Salários	Custos das operações	Valor bruto da produção	Valor da transformação
	unidades locais	(31/12)	(Mil Reais)	industriais (Mil Reais)	industrial (Mil Reais)	industrial (Mil Reais)
Total	3.071	103.451	1.975.290	23.420.813	36.025.968	12.605.154
B Indústrias extrativas	110	3.330	84.627	504.557	758.677	254.120
C Indústrias de transformação	2.961	100.121	1.890.663	22.916.256	35.267.291	12.351.035
10 Fabricação de produtos alimentícios	602	48.647	945.510	14.945.464	23.254.940	8.309.476
11 Fabricação de bebidas	27	3.006	82.573	683.322	1.365.945	682.623
16 Fabricação de produtos de madeira	778	14.185	231.790	532.557	1.071.817	539.260
19 Fab de coque, de prods deriv. petróleo e biocombustíveis	22	3.709	121.603	1.484.000	2.031.914	547.914
20 Fabricação de produtos químicos	93	1.889	46.619	3.409.302	4.190.630	781.328
23 Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	344	6.687	103.324	432.331	808.243	375.912
Demais setores	1.090	21.929	350.150	1.429.276	2.543.069	1.113.795

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria, Pesquisa Industrial Anual - Empresa

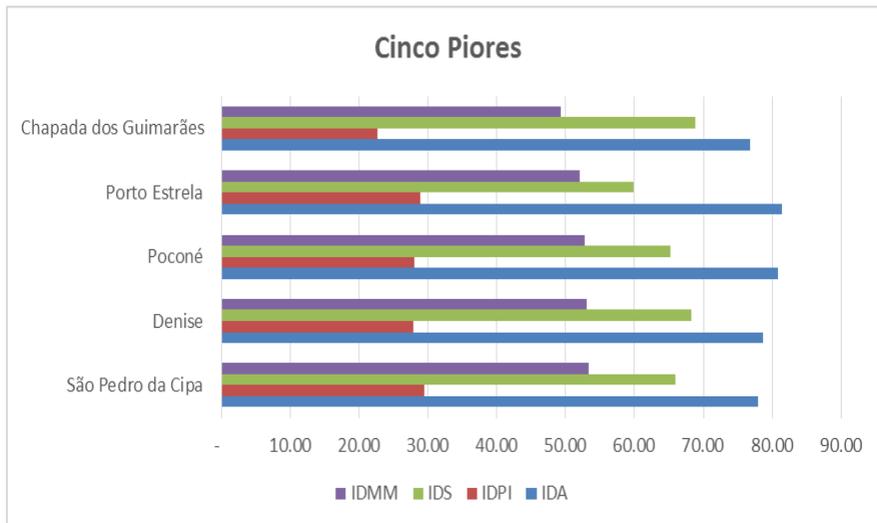
ANEXO J -Quadro - Índice de Produção Industrial Mensal (%) – Brasil e Mato Grosso, 2014 a 2015 - Base igual mês do ano anterior

	Brasil		Mato Grosso	
	2014	2015	2014	2015
Janeiro	-2,0	-5,1	-0,6	5,2
Fevereiro	4,6	-9,1	9,5	-1,5
Março	-0,6		-1,0	
Abril	-5,8		3,3	
Maiο	-3,3		2,5	
Junho	-7,1		-3,9	
Julho	-3,6		7,6	
Agosto	-5,3		2,7	
Setembro	-1,9		0,6	
Outubro	-3,4		4,9	
Novembro	-6,2		5,5	
Dezembro	-2,9		4,9	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria, Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física

ANEXO K - Gráfico 1 – Os cinco melhores municípios do IDMM por dimensão

Fonte: Elaboração própria

ANEXO L - Gráfico 2 – Os cinco piores municípios do IDMM por dimensão

Fonte: Elaboração própria

ANEXO M - Tabela do número de empregados e empresas por atividade econômica do município de Nova Canãa do Norte em 2011.

Sub-Setores - IBGE	2011	
	Empregados	Empresas
Extrativa Mineral	-	-
Minerais Não Metálicos	11	1
Ind. Metalúrgica	-	-
Ind. Mecânica	6	1
Ind. de Material Elétrico e de Comunicação	-	-
Ind. de Material de Transporte	-	-
Ind. da Madeira e Mobiliário	22	6
Ind. do Papel e Gráfica	1	1
Ind. da Borracha, Fumo e Couro	21	1
Ind. Química	-	-
Ind. Textil	-	-
Ind. de Calçados	-	-
Ind. de Alimentos e Bebidas	197	7
Ind. de Serviços de Utilidade Pública- SIUP	1	1
Ind. da Construção Civil	545	2
Sub-Total Indústria	804	20
Comércio Varejista	281	62
Comércio Atacadista	-	-
Instituições Financeiras	15	2
Administração Técnica Profissional	14	6
Transporte e Comunicação	23	9
Alojamento e comunicação	30	13
Médico, Odontológico e Veterinário	5	4
Ensino	7	2
Administração Pública	449	2
Agricultura	497	116
Outras / Ignoradas	-	-
Total	2,125	236

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego / RAIS - Registro Anual de Informação Social

ANEXO N - Tabela do número de empregados e empresas por atividade econômica do município de Sorriso em 2011.

Sub-Setores - IBGE	2011	
	Empregados	Empresas
Extrativa Mineral	45	7
Minerais Não Metálicos	315	28
Ind. Metalúrgica	201	29
Ind. Mecânica	64	16
Ind. de Material Elétrico e de Comunicação	1	1
Ind. de Material de Transporte	23	5
Ind. Da Madeira e Mobiliário	378	50
Ind. do Papel e Gráfica	68	12
Ind. da Borracha, Fumo e Couro	65	13
Ind. Química	162	15
Ind. Textil	74	14
Ind. de Calçados	2	1
Ind. de Alimentos e Bebidas	1,018	38
Ind. de Serviços de Utilidade Pública- SIUP	33	3
Ind. da Construção Civil	1,273	240
Sub-Total Indústria	3,722	472
Comércio Varejista	4,723	744
Comércio Atacadista	1,772	153
Instituições Financeiras	198	16
Administração Técnica Profissional	615	141
Transporte e Comunicação	570	122
Alojamento e comunicação	1,254	218
Médico, Odontológico e Veterinário	298	106
Ensino	447	29
Administração Pública	1,430	6
Agricultura	3,138	634
Outras / Ignoradas	-	-
Total	18,167	2,641

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego / RAIS - Registro Anual de Informação Social

ANEXO O - Tabela do número de empregados e empresas por atividade econômica do município de Canarana em 2011

Sub-Setores - IBGE	2011	
	Empregados	Empresas
Extrativa Mineral	7	2
Minerais Não Metálicos	36	4
Ind. Metalúrgica	14	5
Ind. Mecânica	3	1
Ind. de Material Elétrico e de Comunicação	-	-
Ind. de Material de Transporte	-	-
Ind. da Madeira e Mobiliário	6	2
Ind. do Papel e Gráfica	11	3
Ind. da Borracha, Fumo e Couro	9	2
Ind. Química	8	2
Ind. Textil	4	2
Ind. de Calçados	-	-
Ind. de Alimentos e Bebidas	32	9
Ind. de Serviços de Utilidade Pública- SIUP	15	1
Ind. da Construção Civil	34	16
Sub-Total Indústria	179	49
Comércio Varejista	746	201
Comércio Atacadista	269	33
Instituições Financeiras	85	6
Administração Técnica Profissional	87	26
Transporte e Comunicação	74	17
Alojamento e comunicação	164	39
Médico, Odontológico e Veterinário	25	15
Ensino	51	5
Administração Pública	467	4
Agricultura	1,181	288
Outras / Ignoradas	-	-
Total	3,328	683

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego / RAIS - Registro Anual de Informação Social

ANEXO P - Tabela do número de empregados e empresas por atividade econômica do município de Conquista D'Oeste em 2011.

Sub-Setores - IBGE	2011	
	Empregados	Empresas
Extrativa Mineral	-	-
Minerais Não Metálicos	-	-
Ind. Metalúrgica	-	-
Ind. Mecânica	-	-
Ind. de Material Elétrico e de Comunicação	-	-
Ind. de Material de Transporte	-	-
Ind. da Madeira e Mobiliário	-	-
Ind. do Papel e Gráfica	-	-
Ind. da Borracha, Fumo e Couro	-	-
Ind. Química	-	-
Ind. Textil	-	-
Ind. de Calçados	-	-
Ind. de Alimentos e Bebidas	23	2
Ind. de Serviços de Utilidade Pública- SIUP	5	1
Ind. da Construção Civil	62	3
Sub-Total Indústria	90	6
Comércio Varejista	106	27
Comércio Atacadista	-	-
Instituições Financeiras	6	1
Administração Técnica Profissional	-	-
Transporte e Comunicação	-	-
Alojamento e comunicação	18	6
Médico, Odontológico e Veterinário	-	1
Ensino	-	-
Administração Pública	190	2
Agricultura	123	17
Outras / Ignoradas	-	-
Total	533	60

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego / RAIS - Registro Anual de Informação Social

ANEXO Q - Tabela do número de empregados e empresas por atividade econômica do município de Lucas do Rio Verde em 2011

Sub-Setores - IBGE	2011	
	Empregados	Empresas
Extrativa Mineral	7	1
Minerais Não Metálicos	197	23
Ind. Metalúrgica	137	26
Ind. Mecânica	27	10
Ind. de Material Elétrico e de Comunicação	13	3
Ind. de Material de Transporte	18	4
Ind. da Madeira e Mobiliário	78	15
Ind. do Papel e Gráfica	22	9
Ind. da Borracha, Fumo e Couro	49	5
Ind. Química	138	8
Ind. Textil	44	14
Ind. de Calçados	-	-
Ind. de Alimentos e Bebidas	4,133	18
Ind. de Serviços de Utilidade Pública- SIUP	72	5
Ind. da Construção Civil	1,100	184
Sub-Total Indústria	6,035	325
Comércio Varejista	3,273	577
Comércio Atacadista	908	84
Instituições Financeiras	228	17
Administração Técnica Profissional	474	107
Transporte e Comunicação	678	114
Alojamento e comunicação	784	155
Médico, Odontológico e Veterinário	233	62
Ensino	282	22
Administração Pública	1,218	4
Agricultura	1,758	300
Outras / Ignoradas	-	-
Total	15,871	1,767

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego / RAIS - Registro Anual de Informação Social

ANEXO R - Tabela do número de empregados e empresas por atividade econômica do município de São Pedro da Cipa em 2011.

Sub-Setores - IBGE	2011	
	Empregados	Empresas
Extrativa Mineral	-	1
Minerais Não Metálicos	-	-
Ind. Metalúrgica	-	-
Ind. Mecânica	-	-
Ind. de Material Elétrico e de Comunicação	-	-
Ind. de Material de Transporte	-	-
Ind. Da Madeira e Mobiliário	-	-
Ind. do Papel e Gráfica	-	-
Ind. da Borracha, Fumo e Couro	-	-
Ind. Química	-	-
Ind. Textil	-	-
Ind. de Calçados	-	-
Ind. de Alimentos e Bebidas	-	-
Ind. de Serviços de Utilidade Pública- SIUP	-	-
Ind. da Construção Civil	2	1
Sub-Total Indústria	2	2
Comércio Varejista	27	7
Comércio Atacadista	2	1
Instituições Financeiras	-	-
Administração Técnica Profissional	2	1
Transporte e Comunicação	11	6
Alojamento e comunicação	6	2
Médico, Odontológico e Veterinário	-	-
Ensino	2	1
Administração Pública	204	2
Agricultura	13	12
Outras / Ignoradas	-	-
Total	269	34

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego / RAIS - Registro Anual de Informação Social

ANEXO S - Tabela do número de empregados e empresas por atividade econômica do município de Denise em 2011

Sub-Setores - IBGE	2011	
	Empregados	Empresas
Extrativa Mineral	-	-
Minerais Não Metálicos	25	2
Ind. Metalúrgica	-	-
Ind. Mecânica	-	-
Ind. de Material Elétrico e de Comunicação	-	-
Ind. de Material de Transporte	-	-
Ind. da Madeira e Mobiliário	-	-
Ind. do Papel e Gráfica	-	-
Ind. da Borracha, Fumo e Couro	-	-
Ind. Química	-	-
Ind. Textil	-	-
Ind. de Calçados	-	-
Ind. de Alimentos e Bebidas	2	2
Ind. de Serviços de Utilidade Pública- SIUP	20	2
Ind. da Construção Civil	8	2
Sub-Total Indústria	55	8
Comércio Varejista	168	46
Comércio Atacadista	1	1
Instituições Financeiras	8	1
Administração Técnica Profissional	5	2
Transporte e Comunicação	9	4
Alojamento e comunicação	23	6
Médico, Odontológico e Veterinário	2	3
Ensino	4	1
Administração Pública	154	3
Agricultura	192	58
Outras / Ignoradas	-	-
Total	621	133

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego / RAIS - Registro Anual de Informação Social

ANEXO T- Tabela do número de empregados e empresas por atividade econômica do município de Poconé em 2011

Sub-Setores - IBGE	2011	
	Empregados	Empresas
Extrativa Mineral	257	16
Minerais Não Metálicos	40	3
Ind. Metalúrgica	9	3
Ind. Mecânica	-	-
Ind. de Material Elétrico e de Comunicação	-	-
Ind. de Material de Transporte	-	-
Ind. Da Madeira e Mobiliário	-	-
Ind. do Papel e Gráfica	3	2
Ind. da Borracha, Fumo e Couro	-	-
Ind. Química	177	2
Ind. Textil	-	-
Ind. de Calçados	-	-
Ind. de Alimentos e Bebidas	27	5
Ind. de Serviços de Utilidade Pública- SIUP	15	1
Ind. da Construção Civil	8	7
Sub-Total Indústria	536	39
Comércio Varejista	527	162
Comércio Atacadista	35	8
Instituições Financeiras	17	1
Administração Técnica Profissional	46	14
Transporte e Comunicação	150	13
Alojamento e comunicação	443	53
Médico, Odontológico e Veterinário	10	8
Ensino	82	4
Administração Pública	916	3
Agricultura	566	236
Outras / Ignoradas	-	-
Total	3,328	541

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego / RAIS - Registro Anual de Informação Social

ANEXO U - Tabela do número de empregados e empresas por atividade econômica do município de Porto Estrela em 2011.

Sub-Setores - IBGE	2011	
	Empregados	Empresas
Extrativa Mineral	-	-
Minerais Não Metálicos	-	-
Ind. Metalúrgica	-	-
Ind. Mecânica	-	-
Ind. de Material Elétrico e de Comunicação	-	-
Ind. de Material de Transporte	-	-
Ind. Da Madeira e Mobiliário	-	-
Ind. do Papel e Gráfica	-	-
Ind. da Borracha, Fumo e Couro	-	-
Ind. Química	-	-
Ind. Textil	-	-
Ind. de Calçados	-	-
Ind. de Alimentos e Bebidas	2	1
Ind. de Serviços de Utilidade Pública- SIUP	-	-
Ind. da Construção Civil	-	-
Sub-Total Indústria	2	1
Comércio Varejista	33	8
Comércio Atacadista	-	-
Instituições Financeiras	-	-
Administração Técnica Profissional	1	1
Transporte e Comunicação	2	1
Alojamento e comunicação	3	4
Médico, Odontológico e Veterinário	-	-
Ensino	-	-
Administração Pública	215	2
Agricultura	133	42
Outras / Ignoradas	-	-
Total	389	59

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego / RAIS - Registro Anual de Informação Social

ANEXO V- Tabela do número de empregados e empresas por atividade econômica do município de Chapada dos Guimarães em 2011

Sub-Setores - IBGE	2011	
	Empregados	Empresas
Extrativa Mineral	-	-
Minerais Não Metálicos	-	-
Ind. Metalúrgica	-	-
Ind. Mecânica	-	-
Ind. de Material Elétrico e de Comunicação	-	-
Ind. de Material de Transporte	-	1
Ind. da Madeira e Mobiliário	-	-
Ind. do Papel e Gráfica	1	1
Ind. da Borracha, Fumo e Couro	-	-
Ind. Química	-	1
Ind. Textil	-	-
Ind. de Calçados	-	-
Ind. de Alimentos e Bebidas	108	8
Ind. de Serviços de Utilidade Pública- SIUP	56	5
Ind. da Construção Civil	44	14
Sub-Total Indústria	209	30
Comércio Varejista	305	83
Comércio Atacadista	3	3
Instituições Financeiras	18	2
Administração Técnica Profissional	147	23
Transporte e Comunicação	63	6
Alojamento e comunicação	232	57
Médico, Odontológico e Veterinário	3	3
Ensino	15	5
Administração Pública	527	4
Agricultura	578	151
Outras / Ignoradas	-	-
Total	2,100	367

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego / RAIS - Registro Anual de Informação Social